

COORDENADORES

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho  
Júlio Antonio Lopes



# ÉTICA & ADVOCACIA

*Estudos em Homenagem a Bernardo Cabral  
por Ocasão de Seus 90 Anos*

AUTORES PARTICIPANTES

Biela Jr

Bruno da Cunha Moreira

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

Daniel Marcelo Benvenutti de Sales

Esther dos Santos Nobre

Frank Figueiredo César

Hamilton Gomes de Santana Neto

Júlio Antonio Lopes

Omara Oliveira de Gusmão



**Instituto Memória**



**Instituto Memória**  
Centro de Estudos da Contemporaneidade

[www.institutomemoria.com.br](http://www.institutomemoria.com.br)

Editor: Anthony Leahy

Gráfica: Juliano Carvajal

Produção: Barbara Marafigo

Jurídico: Jocelino Freitas

Qualidade: Rivaldo Dantas

Logística: Volney Pacheco

Revisão final realizada pelo próprio autor

A presente obra foi aprovada pelo nosso Conselho Científico-Editorial respeitando as diretrizes da Qualis/CAPES, quais sejam, originalidade, relevância, pertinência, embasamento teórico, densidade científica, metodologia e desenvolvimento, inclusive o sistema “double blind review”, garantindo a isenção e imparcialidade do corpo de parecerista e a plena autonomia do Conselho Editorial, atestando a excelência da obra que apresentamos à sociedade.

### CONSELHO EDITORIAL

Edson Fachin - Reynaldo Soares da Fonseca - Francisco Rezek - Ingo Sarlet - Sidney Guerra - Flávia Piovesan - Valerio Mazzuoli - André de Carvalho Ramos - Wagner Menezes - Felipe Chiarello - Eduardo Arruda Alvim - Nelson Nery Júnior - Ricardo Seidenfus - René Dotti - Luiz Eduardo Gunther - Eduardo Biacchi Gomes - Luis Alexandre Carta Winter - Octavio Fischer - Betina Grubenmacher - Augusto Bonner Cochran III (USA) - Andrea Pitasi (Itália) - Fernando Araujo (Portugal) - Sara Petroccia (Itália)... (no site, relação completa com qualificação)

**ISBN: 978-85-5523-491-0**

LOPES, J. A.

RAMOS FILHO, C. A. de M.

Ética e advocacia: estudos em homenagem a Bernardo Cabral por ocasião de seus 90 anos. Coordenadores: Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho, Júlio Antonio Lopes. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2022.

136 p.

1. Advocacia. 2. Regulamentação Profissional. 3. OAB.  
I. Título.

CDD: 340

# PREFÁCIO

**B**ernardo Cabral, advogado, amazonense, relator da Constituição Federal Brasileira de 1988, sempre será lembrado pelo histórico legado deixado para advocacia. O Texto Constitucional, no artigo 133 dispõe que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”, contemplando a importância da advocacia e a indispensabilidade do advogado.

Ele fez parte de um grande marco quando houve a inclusão da Zona Franca de Manaus ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, mais precisamente no artigo 40<sup>1</sup>, importando lembrar que é até hoje um modelo econômico de sucesso e responsável pelo desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.

A homenagem ao Bernardo Cabral envolve muito mais que um simples conjunto de palavras, mas um verdadeiro reconhecimento por todo trabalho desenvolvido em prol da sociedade brasileira e amazonense.

*Jean Cleuter Simões Mendonça*

Presidente da OAB-AM

---

<sup>1</sup> Art. 40. É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição.  
Parágrafo único. Somente por lei federal podem ser modificados os critérios que disciplinaram ou venham a disciplinar a aprovação dos projetos na Zona Franca de Manaus.

# APRESENTAÇÃO

A atividade correcional da Advocacia, exercida pelo Tribunal de Ética e Disciplina, é, sem sombra de dúvidas, a atividade mais espinhosa das realizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil. Entre o ato de entregar uma Carteira de Advogado ou Advogada, momento que traduz toda a felicidade da vitória e de aprovação no Exame de Ordem, e a missão de “cortar na própria carne” desempenhada pelo TED, esta sempre será a mais difícil.

Nesse contexto, da dura missão institucional desempenhada pelos integrantes do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem, destaca-se a busca pela cientificidade do trato com as questões deontológica da profissão, com a edição desta importante publicação, o que proporcionará, a ampliação dos debates acadêmicos sobre o tema.

Com a construção de um ambiente científico de debates sobre o tema da ética e da disciplina, favorece-se, inclusive, a criação de um novo nicho profissional para a Advocacia, a Advocacia perante o TED, com a utilização de profissionais especializados, com leitura sobre o tema e com oportunidade do desenvolvimento de um trabalho mais aprimorado.

Aliás, a especialização é o caminho adequado para o sucesso na Advocacia, tornar-se expert no tema, referenciar-se no mercado são estratégias sólidas e duradouras, mesmo num ambiente de ampla concorrência e do crescente número de colegas advogados e advogadas no Brasil.

Não tenho dúvidas que a presente obra, destacando a cientificidade da disciplina, proporciona, inclusive, o desenvolvimento de um novo nicho profissional. Infelizmente, é bastante comum estereótipos de sucesso criados a partir da ostentação de bens

materiais, em especial, nas redes sociais, mostrando uma realidade profissional de encantamento e que pouco estimula o preparo, o estudo e a própria ética profissional.

Não temos produtos em nossas prateleiras, não vendemos bens de consumo! Trabalhamos apenas com a nossa credibilidade, predicado difícil e demorado de se conquistar, mas, também, fácil de se corromper, de se destruir. Sigamos firmes, preparados, preocupados com a imagem que queremos transmitir.

Parabéns aos organizadores, que deixaram durante essa difícil quadra para a Advocacia um legado de muito trabalho, dedicação, com a criação de competições, de eventos e da presente obra. A história está escrita.

*Marco Aurélio de Lima Choy*

Conselheiro Federal da OAB

# SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i>	<b>BERNARDO CABRAL: 90 ANOS DE UMA VIDA DEDICADA AO BRASIL .....</b>	<b>08</b>
-------------------	--	-----------

Júlio Antonio Lopes

<i>Capítulo 2</i>	<b>A IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ADVOGADOS PELA OAB: UMA REFLEXÃO SOBRE AS NOVAS REGRAS DA PUBLICIDADE NA ADVOCACIA DE ACORDO COM O PROVIMENTO 205/2021 .....</b>	<b>12</b>
-------------------	---	-----------

Biela Jr

<i>Capítulo 3</i>	<b>OS LIMITES DA IMUNIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO .....</b>	<b>34</b>
-------------------	---	-----------

Bruno da Cunha Moreira

Esther dos Santos Nobre

<i>Capítulo 4</i>	<b>BREVES LINHAS SOBRE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA .....</b>	<b>48</b>
-------------------	---	-----------

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

<i>Capítulo 5</i>	<b>O PROVIMENTO 205/2021 CFOAB EM ANÁLISE PRÁTICA SOBRE A PUBLICIDADE DA ADVOCACIA BRASILEIRA .....</b>	<b>73</b>
-------------------	---	-----------

Daniel Marcelo Benvenuto de Sales



<i>Capítulo 6</i>	<b>O COMPORTAMENTO ÉTICO DOS ADVOGADOS NAS REDES SOCIAIS .....</b>	<b>87</b>
	Frank Figueiredo César	
<i>Capítulo 7</i>	<b>ÉTICA COMO VALOR NORMATIVO NA CONDUTA MORAL DO ADVOGADO .....</b>	<b>93</b>
	Hamilton Gomes de Santana Neto	
<i>Capítulo 8</i>	<b>ADVOCACIA EM BREVES NOTAS .....</b>	<b>112</b>
	Júlio Antonio Lopes	
<i>Capítulo 9</i>	<b>PARIDADE DE GÊNERO E COTA RACIAL NO SISTEMA OAB: A ESPERANÇA DE UMA OAB MAIS DEMOCRÁTICA E REPRESENTATIVA .....</b>	<b>129</b>
	Omara Oliveira de Gusmão	

# BERNARDO CABRAL:

## 90 ANOS DE UMA VIDA DEDICADA AO BRASIL

*Júlio Antonio Lopes\**

No dia 27/03/2022 o jurista amazonense – e também querido amigo – José Bernardo Cabral completou 90 anos de idade. Filho de Antonio Bernardo Andorinha e de Cecília Cabral Bernardo, ele nasceu nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, aqui, na cidade de Manaus. Em sua homenagem e para conhecimento dos mais jovens, faço um breve resumo de sua luminosa e inspiradora trajetória de vida.

A sua opção pelo direito foi condicionada pelas circunstâncias. Nos idos de 1949, Cabral, aos 17 anos, ganhara uma bolsa de estudos para cursar Engenharia nos EUA. Estava tudo preparado para a viagem, quando o seu irmão Antonio Lopes foi assassinado por um policial. Ele resolveu, então, fazer o exame para a Faculdade de Direito do Amazonas, hoje UFAM, logrando êxito. Ainda como estudante obteve uma carta de solicitador, que lhe permitia formular petições, impulsionando o processo, que estava parado. Houve dois jús. No segundo, como advogado, na assistência da acusação, conseguiu a

---

\* Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Velha Jaqueira. Advogado, membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), membro efetivo da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA), membro efetivo da Academia Brasileira de Direito (ABD), membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (ABCMP), membro efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (AIJDC), sócio honorário do Instituto Sívio Meira – Academia de Direito (ISM), sócio honorário da Academia Paraibana de Letras Jurídicas (APLJ), sócio correspondente da Academia Cearense de Direito (ACED) e sócio correspondente da Academia Paraense de Letras Jurídicas (APLJ).



condenação do acusado a mais de 20 anos de prisão. Na abertura do júri, ele disse: “Estou aqui com uma procuração de meu pai para acusar o matador de meu irmão”. Na Faculdade, na Velha Jaqueira, Bernardo foi orador da turma e anel simbólico. Em 2009, cinquenta e cinco anos depois, recebeu daquela casa de ensino, em cerimônia memorável, o título de doutor *honoris causa*.

Concluída a Faculdade, Bernardo passou a advogar, aos 22 anos. Foi delegado de polícia, promotor, secretário de Segurança Pública, secretário de Interior e Justiça e, aos 27, tornou-se chefe da Casa Civil do Amazonas, deputado estadual, professor e, em 1966, elegeu-se deputado federal. Ao fim de seu primeiro ano de mandato já recebera a medalha Craveiro Lopes, da república portuguesa; e a medalha Tamandaré, da república do Brasil. O Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados o escolheu como um dos dez melhores parlamentares de 1967. No ano seguinte Cabral era o vice-líder do MDB e a ele coube a defesa em plenário do deputado Márcio Moreira Alves, na questão em que o governo pedia licença para processá-lo. O pedido foi negado. Em 13 de dezembro do mesmo ano, veio o AI 5. Cabral, dentre outros, teve o mandato injustamente cassado.

Cumpridos os dez anos de ostracismo, Bernardo volta a advogar, agora no Rio de Janeiro, onde fora alcançado pelo ato de exceção. Em 1981, para cumprir mandato até 1983, elege-se presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), vencendo o Sepúlveda Pertence, que mais tarde tornar-se-ia presidente do STF. Na conferência de Florianópolis, sob a liderança de Cabral, a OAB lança as sementes da Constituinte.

Em 1987, após recuperar o seu mandato de deputado federal pelo Amazonas, Cabral é eleito Relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), disputando, no voto, contra o então senador Fernando Henrique Cardoso, que mais adiante seria presidente da República; e contra o deputado Pimenta da Veiga. Ambos, aliás, representantes de estados poderosos: São Paulo e Minas Gerais. Em certo momento, torna-se

Relator-Geral e braço direito do presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, que dele disse, ao ensejo da promulgação da Carta de 1988: “Bernardo Cabral é o Relator histórico da Constituição de 1988, que tem a marca de seu talento. Por todos os lugares onde tenho passado, basta falar em seu nome para que todos batam palmas pela sua competência de jurista, pela sua habilidade, pelo seu senso de realidade e pela defesa do direito social. Saúdo o Relator Bernardo Cabral, que confirmou seu renome e sua espartana dedicação”.

Graças a Bernardo Cabral, liderando a bancada do Amazonas e na condição de Relator-Geral, a Zona Franca de Manaus ganhou status constitucional e foi prorrogada por 25 anos, na forma do art. 40 ADCT da CF 88. A aprovação se deu por maioria esmagadora de 394 votos a favor, 5 contra e 6 abstenções.

De março a outubro de 1990 Bernardo Cabral exerceu o cargo de Ministro da Justiça. Nesta fase o Congresso Nacional aprovou e presidente da República sancionou as seguintes e importantes normas, dentre elas: a Lei 8.041/90 (Organização e Funcionamento do Conselho da República); a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e a Lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).

Em 1994 elege-se para o Senado. Foi o mais votado. Como senador, Cabral foi eleito pelos seus pares para exercer a vice-presidência da Comissão de Relações Exteriores e presidente, por duas vezes, da Comissão de Constituição e Justiça. Pontuou a sua atuação parlamentar a defesa do meio ambiente, da Amazônia, da Zona Franca de Manaus e do sistema dos quatro S (SESC, SENAC, SESI e SENAI). Cabral, ainda na Constituinte, foi um dos responsáveis pela construção daquele que é o capítulo mais avançado para a época entre as nações. Sua luta contra as queimadas, contra o tráfico de biodiversidade e, sobretudo, alertando para a proteção dos recursos hídricos, valeram-lhe o epíteto de “Patrão das águas”. Em 2000 Cabral é eleito pelos seus pares para relatar a proposta de EC n. 29, destinada a promover a Reforma do Judiciário. Quase tudo o que foi

proposto ali, mais adiante, consolidou-se por meio da EC n. 45, quando Cabral já não estava no Senado, como, por exemplo: o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a razoável duração do processo, as súmulas vinculantes, a criação das Escolas da Magistratura, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a equivalência dos tratados e convenções relacionados aos direitos humanos às emendas constitucionais etc.

Bernardo Cabral é uma das personalidades brasileiras mais reverenciadas de todos os tempos em nosso país, o que é fantástico, circunstância que se acentuou depois de haver deixado a vida pública, prova de que construiu, com a sua luminosa trajetória, um legado precioso e imorredouro. Em 13 de julho de 2017 cinquenta juristas fundaram a Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA) em honra de Cabral, que foi eleito por seus confrades e confreriras como patrono perpétuo – ainda em vida – do Silogeu. Da ACLJA ele é também presidente de honra. A posse dos acadêmicos aconteceu em 25 de maio de 2018. Bernardo Cabral é membro, dentre dezenas de instituições culturais, aqui, no país e no exterior, da Academia Amazonense de Letras (AAL), do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e membro honorário da Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas (ALCEAR).

Bernardo é casado com Zuleide Cabral desde 10 de setembro de 1995. Eles se conheceram e se casaram em Manaus. Possuem um filho, o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) Antonio Júlio Cabral. Em 2022 Bernardo e Zuleide completarão 67 de casados. Contando os quatro anos de namoro, são 71 anos juntos.

Sua legião de amigos, seus familiares e os cidadãos brasileiros, unidos pelo mesmo sentimento, agradecem a Deus por nos ter brindado com tão bela alma, razão pela qual, por ocasião de seus 90 anos, todos lhe desejam um feliz aniversário e uma generosa prorrogação, pedido, certamente, que já foi deferido pelo Criador.

# A IMPORTÂNCIA DA FISCALIZAÇÃO DA PUBLICIDADE DE ADVOGADOS PELA OAB:

## UMA REFLEXÃO SOBRE AS NOVAS REGRAS DA PUBLICIDADE NA ADVOCACIA DE ACORDO COM O PROVIMENTO 205/2021

*Biela Jr\**

### 1 PROLEGÔMENOS

O Código de Ética e Disciplina dos Advogados, Resolução 02/2015 e que entrou em vigor em 1º de setembro de 2016<sup>1</sup> trata da publicidade profissional dos advogados entre os arts. 39 a 47, inclusive já considerando a publicidade eletrônica e as novas tecnologias da informação. Contudo, havia necessidade de se deixar mais claro questões que versem sobre a publicidade de advogados, ainda mais diante das transformações ocorridas na pandemia e, para tanto, em 15 de julho de 2021 o Conselho Pleno da OAB aprovou o Provimento

---

\* Advogado e professor de Direito Civil e Ética Profissional. Mestre em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos na área de concentração Responsabilidade Civil Ambiental. Pós-graduado lato sensu em Responsabilidade Civil pela FAAP e em Direito Processual Civil pelo Mackenzie. Possui MBA em Gestão de Negócios Imobiliários pela FMU. Autor de obras jurídicas.

<sup>1</sup> Conselho Federal, Resolução n. 03, de 12 de abril de 2016.

205/2021 sobre a publicidade na advocacia<sup>2</sup>, permitindo o marketing jurídico, desde que com informações objetivas e verdadeiras e exercido de forma compatível com os ditames do EOAB, CED e Regulamento Geral

Ao contrário do que muitos advogados pensam, é permitido ao advogado fazer publicidade e marketing jurídico, porém observando os limites impostos pelo Código de Ética e Disciplina conforme dever imposto no art. 33 do EOAB, devendo o advogado proceder de forma que se torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio dos advogados e da advocacia como um todo.

Ruy de Azevedo Sodré<sup>3</sup> alerta que “o primeiro dever que a profissão impõe aos que nela ingressam é, sem dúvida, o de bem conhecê-la. Não se pode, em verdade, exercer uma profissão, desconhecendo-lhe os deveres, as regras de conduta, as prerrogativas. Observar o Código de Ética Profissional é dever inerente ao exercício da profissão”.

De fato.

O primeiro ato praticado pelo advogado é o de prestar compromisso perante do Conselho Seccional, nos termos do art. 8º, VII do EOAB c/c art. 20 do Regulamento Geral. Nesse ato, o advogado solenemente promete exercer a advocacia com dignidade e independência e a observar a ética, obrigando-se a cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina (EOAB, art. 33). Todavia, muitos advogados têm se desviado de seu juramento e passam a banalizar e desprestigiar a advocacia em suas condutas na questão da publicidade de seus serviços jurídicos.

O Conselho Federal, em julho de 2021, registrou a marca de 1.224.474 milhões de advogados em todo território nacional<sup>4</sup>, sendo

---

<sup>2</sup> <https://www.oab.org.br/noticia/59000/conselho-pleno-da-oab-aprova-novo-provimento-sobre-a-publicidade-na-advocacia?argumentoPesquisa=provimento%20publicidade> Acesso em 20/07/2021.

<sup>3</sup> *Ética profissional e Estatuto do Advogado*. São Paulo: LTr, 1975, p. 39.

<sup>4</sup> <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>

São Paulo o primeiro colocado contando com 329.821 advogados, seguido do Rio de Janeiro com 146.620 e Minas Gerais com 125.670. O que desde já se conclui que 50% de todos advogados do país estão sediados na região sudeste. A concorrência é grande e a forma de aparecer é por meio da publicidade.

O CED e novo Provimento da Publicidade n. 205/2021, na mesma toada dos anteriores, mas antenado às novas tecnologias da informação e a nova realidade social dos advogados, permite a publicidade na advocacia desde que observados os princípios da não-mercantilização, da informação, da discrição e sobriedade, vedando-se a captação de clientela. Portanto, esses são os princípios norteadores da publicidade na advocacia.

Paulo Roberto de Gouvêa Medina<sup>5</sup> pontifica de forma clara a distinção entre publicidade e propaganda, sendo que na publicidade o objetivo é de apenas tornar público algo que se deseja fazer conhecido, ou seja, informar; já a propaganda envolve uma ação de propagar ou promover a propagação, cujo objetivo é vender produtos ou serviços, o que é proibido para a divulgação dos serviços de advocacia.

No mesmo sentido, explica Luiz Antônio Gambelli<sup>6</sup> “há uma diferença muito grande entre publicidade e propaganda. A propaganda cria estímulo, incentiva demanda e faz uso da ampla divulgação por meio de todos os veículos. Usa a imagem, o som, os recursos gráficos, a informática, luminosos, placas, faixas, panfletos, encartes, mala direta, televisão, cinema, rádio, alto-falantes, carros de som. A publicidade não cria estímulo. É mais discreta porque seu objetivo é o de tornar pública uma informação dirigida a um público mais reservado”. Adiante, pontifica o autor, “uma coisa é divulgar os serviços com finalidade exclusivamente informativa; outra, bem diferente, é a divulgação indiscriminada dos serviços com estímulo à demanda”.

---

<sup>5</sup> *Comentários ao Código de Ética e Disciplina da OAB*, p. 107.

<sup>6</sup> Publicidade do Advogado: discrição e moderação – limites éticos, In: *Ética aplicada à advocacia*, p. 52-53.

Nesse sentido, para pôr fim a qualquer divergência doutrinária sobre conceitos, o Provimento 205/2021, que dispõe sobre a Publicidade na Advocacia, em seu artigo 2º traz conceitos sobre os termos específicos da área, *verbis*:

- I – Marketing jurídico: Especialização do marketing destinada aos profissionais da área jurídica, consistente na utilização de estratégias planejadas para alcançar objetivos de negócio no ramo da advocacia;
- II – Marketing de conteúdos jurídicos: estratégia de marketing que se utiliza da criação e divulgação de conteúdos jurídicos, por meio do compartilhamento de conhecimento jurídico, voltada para a consolidação profissional;
- III – Publicidade: ferramenta por meio da qual se pretende tornar públicas as informações a respeito de pessoas, ideias, serviços ou produtos, por meio da mídia;
- IV – Publicidade profissional: divulgação destinada a tornar público os dados do perfil da pessoa física ou jurídica inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil e as informações atinentes ao exercício profissional;
- V – Publicidade de conteúdos jurídicos: divulgação destinada a levar ao conhecimento do público conteúdos jurídicos;
- VI – Publicidade ativa: estratégia de divulgação capaz de atingir número indeterminado de pessoas, mesmo que elas não tenham buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados;
- VII – Publicidade passiva: estratégia de divulgação capaz de atingir somente público certo que tenha buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados, bem como por aqueles que concordem previamente com o recebimento do anúncio;

Vale observar, como bem pontuado por Luiz Antônio Gamelli<sup>7</sup> que “o prestígio do profissional não se edifica pela divulgação do nome do advogado em praças públicas ou em locais onde transitam muitas pessoas, mas decorre da competência e dos conhecimentos jurídicos do advogado, de sua atuação perante os clientes, de sua capacidade de inspirar confiança e segurança ao aplicar a ciência do direito, para fazer valer os justos interesses dos patrocinados”. Enfim, como já dizia Aristóteles, nosso caráter é o resultado da nossa conduta.

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 65.

Há, portanto, elementos obrigatórios, facultativos e proibitivos para a publicidade da advocacia que são determinados pelos princípios acima referidos, os quais devem ser fiscalizados pela OAB que não pode abrir mão do *controle efetivo e ostensivo* sobre a conduta ética dos advogados nesse campo (EOAB, art. 44, II). O art. 10 do novo Provimento sobre a publicidade na advocacia dispõe que as Seccionais poderão (o que é facultativo) conceder poderes coercitivos à Comissão de Fiscalização, permitindo a expedição de notificações com a finalidade de dar efetividade às disposições do respectivo Provimento. Todavia, vale observar que antes do dito Provimento, em alguns Conselhos Seccionais (a maioria) a Comissão de Fiscalização não existia ou era inexpressiva ou ineficaz fazendo-se letra morta tal norma de conduta no tocante à disciplina dos seus inscritos.

A fiscalização deve existir e ser ostensiva!

Passamos à análise dos princípios norteadores da publicidade na advocacia e dos elementos da norma de conduta quanto a divulgação da atividade profissional do advogado.

## **2 PRINCÍPIO DA NÃO-MERCANTILIZAÇÃO**

Descrito no art. 5º do CED, esse princípio pontifica que o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização.

Segundo o dicionário Aulete Digital, mercantilização é a transformação em mercadoria; em objeto de comércio, visando a interesses particulares.

A advocacia, embora seja um serviço, ela não pode ser transformada em mercadoria, em objeto de comércio visando a interesses particulares, pois o advogado exerce uma função social por ser indispensável a administração da justiça (EOAB, art. 2º c/c CF, art. 133). Nesse sentido, o Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB



editou a Súmula n. 2, pontificando que não se aplica o CDC nas relações advogado e cliente, *verbis*:

Advocacia. Concorrência. Consumidor. 1. A lei da advocacia é especial e exauriente, afastando a aplicação, às relações entre clientes e advogados, do sistema normativo da defesa da concorrência. 2. O cliente de serviços de advocacia não se identifica com o consumidor do Código de Defesa do Consumidor – CDC. Os pressupostos filosóficos do CDC e do EAOAB são antípodas e a Lei n. 8.906/94 esgota toda a matéria, descabendo a aplicação subsidiária do CDC.

Esse argumento é corroborado pela confiança que deve ser pautada na relação advogado e cliente. Não tem como transformar a confiança em objeto de comércio, ela não se adquire como se adquire um produto no supermercado ou lojas. Em outras palavras, confiança não se negocia, se tem ou não!

Por essa razão a propaganda é proibida na advocacia, já que seu objetivo final é vender o serviço e auferir lucro, portanto, como já defendemos na obra *Minimanual do Novo Código de Ética e Disciplina dos Advogados*<sup>8</sup>, “o art. 5º do NCED estabelece a vedação ética da mercantilização da advocacia, ou seja, todos os atos tipicamente mercantis, ligados à publicidade, aos meios de cobrança, ao local de instalação do escritório, ao relacionamento com os clientes não podem ser praticados pelo advogado, p. ex., a impossibilidade de instalação de escritório em shoppings ou o uso de veículo com a indicação de ‘advocacia itinerante’ estacionado em frente de agência de INSS ou estabelecimento penal; a impossibilidade da publicidade em outdoors, muros, veículos, elevadores, rádio e TV, etc..”.

Nessa linha é o que dispõe o Provimento 205/2021, da Publicidade na Advocacia, que, em seu art. 3º, aponta o que efetivamente é proibido na publicidade profissional de advogados e sociedade de advogados, *verbis*:

---

<sup>8</sup> Biela Jr, *Minimanual do Novo Código de Ética e Disciplina dos Advogados*, p. 38.



- I - referência, direta ou indireta, a valores de honorários, forma de pagamento, gratuidade ou descontos e reduções de preços como forma de captação de clientes;
- II - divulgação de informações que possam induzir a erro ou causar dano a clientes, a outros advogados ou à sociedade;
- III - anúncio de especialidades para as quais não possua título certificado ou notória especialização, nos termos do parágrafo único do art. 3º-A do Estatuto da Advocacia;
- IV - utilização de orações ou expressões persuasivas de auto engrandecimento ou de comparação;
- V - distribuição de brindes, cartões de visita, panfletos, apresentações dos serviços ou afins de maneira indiscriminada para não clientes em eventos não jurídicos ou locais públicos presenciais ou virtuais.

Pontifica o Conselho Federal de forma clara e cristalina que “entende-se por publicidade profissional sóbria, discreta e informativa a divulgação que, sem ostentação, torna público o perfil profissional e as informações atinentes ao exercício profissional, conforme estabelecido pelo § 1º do Art. 44 do Código de Ética e Disciplina, sem incitar diretamente ao litígio judicial, administrativo ou à contratação de serviços”, conforme reza o art. 3º § 1º do novo Provimento.

Nessa relação, assevera Marcus Vinicius Furtado Coelho<sup>9</sup>, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, “é o cliente quem procura o advogado, nunca o contrário, que configuraria infração ética”.

Concordamos com o entendimento acima, pois pensamos que, quando o advogado vai atrás do cliente, utilizando-se de veículos de publicidades persuasivos, a aceitação da contratação baseada na confiança estará maculada por algum vício de consentimento, especialmente por erro, dolo ou lesão.

Práticas que afastem a pessoalidade, o poder decisório ou a responsabilidade do advogado não deve ser admitidas, pois considerando que o advogado lida com valores fundamentais da pessoa humana, tais como a liberdade, o patrimônio, a família, o trabalho, o sustento, a honra, dignidade, etc., não se pode transformar a advocacia em mercadoria, em relação fria, de confiança questionável

---

<sup>9</sup> Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados, p. 61.

e frágil, pois a falta de contato pessoal e reservado entre as partes, gera a insegurança no que tange a certeza da contratação de um profissional habilitado e especializado na área ou de um rábula, o que vai refletir diretamente nos parágrafos § 2º e 3º do art. 2º do EOAB, onde o advogado deve cumprir sua função social e que seus atos constituem um múnus público. Todavia, o Anexo único do Provimento 205/2021, permite a utilização do “Chatbot” que é um programa de computador que simula a conversação com as pessoas, pois se considera uma forma de facilitar a comunicação ou de melhorar a prestação dos serviços jurídicos. É possível, também, a utilização de sites para responder as primeiras dúvidas de um potencial cliente ou para encaminhar as primeiras informações sobre a atuação do escritório.

### 3 PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

O princípio da exclusividade proíbe a divulgação da advocacia em conjunto com outra (s) atividade (s), como p. ex., advocacia e imobiliária; advocacia e contabilidade. Tal vedação encontra-se tipificada no art. 1º § 3º do EOAB, art. 40, IV do CED e art. 8º do novo Provimento da Publicidade na Advocacia<sup>10</sup>, cujo verbo é divulgar, do latim *divulgare*, cujo significado é, segundo o dicionário Aulete Digital: 1. Fazer divulgação de, tornar público, fazer com que (algo) seja do conhecimento de muita gente; difundir, propagar, publicar. 2. Fazer conhecer, almejando publicidade; promover.

Um ponto novo e importante ponto abordado no novo Provimento da Publicidade na Advocacia diz respeito ao Coworking que é o compartilhamento de espaço físico entre diversos profissionais ou empresas. Firmou-se o entendimento de que o uso do coworking

---

<sup>10</sup> Não é permitido vincular os serviços advocatícios com outras atividades ou divulgação conjunta de tais atividades, salvo a de magistério, ainda que complementares ou afins.

não caracteriza infração ético-disciplinar, todavia, é vedada a divulgação da atividade de advocacia em conjunto com qualquer outra atividade ou empresa que compartilhem o mesmo espaço, salvo a possibilidade de afixação de placa indicativa no espaço físico em que se desenvolve a advocacia e veiculação da informação de que a atividade profissional é desenvolvida em local de coworking, como reza o parágrafo único do art. 8º do Provimento.

Note-se, a importância da fiscalização ostensiva por parte da OAB que ao constatar tal irregularidade deverá de ofício instaurar o respectivo processo disciplinar, pois ao cumprir sua finalidade (EOAB, art. 44, I e II c/c art. 55 do CED) irá inibir e frear essa modalidade de prática de mercantilização que contamina e desvirtua a advocacia de sua função social.

#### **4 PRINCÍPIO INFORMATIVO DA PUBLICIDADE**

Ao contrário do que muitos alegam, tanto o marketing jurídico, quanto a publicidade (ativa ou passiva, paga ou não) na advocacia é permitida, desde que não esteja incutida a mercantilização, captação de clientela ou emprego excessivo de recursos financeiros (art. 4º do Provimento 205/2021). Já vimos alhures que a propaganda é vedada, ou seja, é vedada a mercantilização da advocacia. Segundo ensina José Eduardo Haddad<sup>11</sup> ao se abandonar a princípio da informação e discrição, estar-se-ia adentrando na seara da propaganda e “uma exposição agressiva e aberta do público, por meio de promoção dos serviços advocatícios traria resultados contrários ao escopo da própria profissão, como meio de defesa de um direito lesado, tornando a Advocacia uma atividade fomentadora do litígio, quando o advogado deve buscar, antes, a composição de interesses para uma rápida

---

<sup>11</sup> O advogado e publicidade na internet, In: *Ética aplicada à advocacia*, p. 209.

solução do conflito em busca da tão almejada paz social”, nos exatos termos do art. 2º, parágrafo único, VI e VII do Código de Ética.

É permitida a publicidade informativa do advogado e da sociedade de advogados, contanto que se limite a levar ao conhecimento do público em geral, ou da clientela, dados objetivos, claros e verdadeiros a respeito dos serviços de advocacia que se propõe a prestar, conforme reza o art. 1º § 1º e “caput” do art. 3º do Provimento da Publicidade da Advocacia. Portanto, é possível manter página eletrônica de advogados em redes sociais como Facebook<sup>12</sup> e Instagram, porém, sempre observando os princípios norteadores da publicidade na advocacia traçados no art. 39 do CED e do respectivo Provimento.

Assim, considerando-se que o objetivo da publicidade é de apenas tornar público algo que se deseja fazer conhecido, ou seja, informar, o Código de Ética e Disciplina e o Provimento 205/2021 estabelecem como elementos obrigatórios dessa publicidade informativa o nome e número de inscrição do advogado ou da sociedade de advogados. Os elementos facultativos são: os títulos

---

<sup>12</sup> 558ª SESSÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2012. PUBLICIDADE - FACEBOOK - CRIAÇÃO DE PÁGINA POR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA – POSSIBILIDADE - OBSERVÂNCIA DE PARÂMETROS ÉTICOS.

A presença de escritório de advocacia na rede social Facebook é permitida tanto por meio da criação de “páginas” e como de “conteúdos patrocinados”. A “página” do Facebook assemelha-se ao website convencional, acrescido do envio de informações, tal como ocorre com as malas-diretas. Os usuários apenas recebem informações das “páginas” com as quais estabelecerem vínculo por meio do botão “curtir”, de modo que o acesso e o envio de informações decorrem da iniciativa do próprio usuário e não do advogado. Não viola a ética a criação de página no Facebook por escritório de advocacia, desde que seu conteúdo se limite à divulgação de informações objetivas relativas aos advogados e à sociedade de advogados, sempre com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa e ilustrativa. Da mesma forma, não viola a ética a contratação por escritório de advocacia de “conteúdo patrocinado” que consiste na contratação do Facebook para exibir publicidade da sociedade de advogados aos usuários. Esse tipo de publicidade apenas indica ao interessado o caminho eletrônico para página do Facebook do próprio escritório de advocacia ou ao seu website externo. Inteligência do Provimento n. 94/2000 do Conselho Federal da OAB. Prec. E-3.716/2008; E-4.013/2011 e E-4.108/2012. Proc. E-4.176/2012 - v.u., em 18/10/2012, do parecer e ementa do Rel. Dr. FLÁVIO PEREIRA LIMA - Rev. Dra. MARY GRUN - Presidente Dr. CARLOS JOSÉ SANTOS DA SILVA.

acadêmicos (mestrado, doutorado, etc.), as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional (p. ex., Medalha Rui Barbosa), as instituições jurídicas de que faça parte (IAB, IASP, IBCCRIM), as áreas ou matérias jurídicas de exercício preferencial (Trabalhista, Família – Divórcio, Usucapião e Criminal), o endereço, e-mail, site, página eletrônica (redes sociais) QR code, logotipo e fotografia do escritório (desde que discreta, sóbria e sem intuito de captação de clientela), horário de atendimento e idiomas em que o cliente poderá ser atendido, nos termos do art. 44 do CED. O Provimento 205/2021 em seu Anexo único trouxe de forma clara a permissão para a utilização do Google Ads, ou seja, a aquisição de palavras-chave em sites de busca, bem como, a utilização de ferramentas tecnológicas, o Chatbot e patrocínio e impulsionamento nas redes sociais, desde que preservem os princípios do CED e não se trata de publicidade contendo oferta de serviços jurídicos.

Na seara da tecnologia da informação, o Código de Ética permite aos advogados a utilização da internet e da telefonia, desde que o envio de mensagens seja a destinatários certos, não implique em oferecimento de serviços ou representem qualquer forma de captação de clientela (CED, 46), no mesmo sentido é o que dispõe o Anexo único do Provimento da Publicidade na Advocacia. Todavia, o advogado se desviará da ética quando elaborar e enviar e-mail marketing (spam) ou mensagens por aplicativos de smartphones para oferecer seu serviço estimulando o litígio.

Como se vê dos elementos obrigatórios e facultativos da publicidade permitida aos advogados e sociedades de advogados, a informação deve se ater a dados objetivos, claros e verdadeiros a respeito dos serviços de advocacia que se propõe a prestar. A partir do momento em que essa publicidade se desvia da finalidade informativa e se concentra na prospecção de clientes, seja de que forma for, tem-se a mercantilização da advocacia e a violação do Código de Ética e Disciplina.

## 5 PRINCÍPIO DA DISCRICÃO E DA SOBRIEDADE

A publicidade informativa do advogado ou sociedade de advogados deve primar, também, conforme o art. 39 do CED, pela discricão e sobriedade.

Segundo os léxicos, discricão diz respeito a qualidade de quem ou do que é discreto; de quem ou do que não chama a atenção; sobriedade. Discreto é aquilo que é sóbrio ou quem é comedido e reservado; que não chama a atenção em seu comportamento, seus gestos, suas palavras.

Nessa linha de pensamento, a sobriedade revela que publicidade na advocacia deve ser séria, sóbria, elegante e sem excessos. Nessa toada, explica Luiz Antônio Gambelli<sup>13</sup> que a questão da sobriedade “se volta exatamente para a apresentação em si, quanto à plástica, às cores e tonalidades, tamanho, desenho, significado e, principalmente, à mensagem”. Prossegue explicando que “na publicidade impressa, apenas anunciativa, a sobriedade está nos limites das tonalidades e cores, na posição, no tamanho, nos símbolos permitidos, na composição do logotipo, observadas todas as demais exigências contidas na legislação”.

Por essa razão, gera perplexidade na classe dos advogados quando uma publicidade indiscreta, imoderada, persuasiva e exagerada vem à tona, sendo as mais comuns a mala direta, o uso do aplicativo TikTok, distribuição de panfletos, uso de outdoors, publicidade no Youtube, ou em muros, paredes, veículos, elevadores, espaços públicos, uso de cores extravagantes ou fluorescentes, divulgação de lista de clientes e de causas ganhas em sites ou redes sociais, condutas essas proibidas pelo CED, art. 40 e 42 e art. 3º do Provimento.

---

<sup>13</sup> Op. cit., p. 56.

## 6 DA PUBLICIDADE PROIBIDA E SEUS VEÍCULOS

É importante salientar que o Código de Ética e Disciplina dos Advogados e o Provimento 205/2021, não estabelecem um rol taxativo de proibições, mas sim exemplificativo dos casos mais comuns da publicidade de advogados que se desvia dos pilares da informação, discricção e sobriedade e que se inclina para a mercantilização e captação de clientela.

O art. 40 do CED, estabelece um rol de proibições através dos seguintes veículos de publicidade: rádio, televisão, cinema, outdoors, painéis luminosos<sup>14</sup>, muros, paredes, veículos, elevadores e espaços públicos como bancos de praça.

Há ainda, outros meios de publicidade utilizados que são incompatíveis com os princípios norteadores da publicidade na advocacia, tais como: advocacia e engenharia<sup>15</sup>; fornecimento de contatos<sup>16</sup> como telefone e endereço em colunas de jornais ou revistas, em artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, bem como, em programas de rádio, TV ou assemelhados; lista de clientes e

---

<sup>14</sup> Salvo na fachada do escritório, exclusivamente para fins de identificação do mesmo, desde que discreto, sóbrio, sem intuito de captação de clientela ou mercantilização da advocacia.

<sup>15</sup> PUBLICIDADE - WEBSITE - DIVULGAÇÃO EM CONJUNTO COM OUTRA ATIVIDADE - IMPOSSIBILIDADE. É vedada a divulgação, em um mesmo website, da atividade do advogado juntamente com atividades de engenharia e de assessoria para obtenção de passaporte estrangeiro, ambas estranhas à advocacia. O website que contenha informações sobre a atividade advocatícia deve ser exclusivo e deve ser destinado apenas à publicidade da advocacia. A assessoria para obtenção de passaporte não é atividade inerente à advocacia e não pode ser divulgada em conjunto com o trabalho advocatício. Inteligência do artigo 28 do CED. Precedentes: Processos E-1.684/98; E-4.024/2011; E-3.196/05 e E-3.468/200. Proc. E-3.947/2010. Proc. E-3.947/2010 - v.u., em 19/07/2012, do parecer e ementa do Rel. Dr. FLÁVIO PEREIRA LIMA - Rev. Dr. RICARDO CHOLBI TEPEDINO - Presidente Dr. CARLOS JOSÉ SANTOS DA SILVA.

<sup>16</sup> É permitida apenas a referência a e-mail (CED, art. 40, V, in fine). Cumpre observar que, o novo Provimento da Publicidade na Advocacia, o Provimento 205/2021, em seu art. 4º § 3º considera equiparado ao e-mail, todos os dados de contato e meios de comunicação do escritório ou advogado, inclusive os endereços dos sites, das redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas.



demandas<sup>17</sup> sob seu patrocínio; menção a qualquer emprego, cargo ou função ocupado, atual ou pretérito, em qualquer órgão ou instituição (salvo o de professor universitário); emprego de expressões persuasivas como o slogan: Divorcie-se e seja feliz!; divulgação de valores dos serviços e forma de pagamento; promessas de resultados, responder com habitualidade a consulta jurídica nos meios de comunicação<sup>18</sup> (rádio, tv, internet), autopromoção pessoal ou profissional em programas de entrevistas, bem como, a utilização de meios promocionais típicos de atividade mercantil.

Dentre outras novidades trazidas pelo novo Provimento da Publicidade na Advocacia, quanto ao marketing de conteúdo jurídico é

---

<sup>17</sup> 616ª SESSÃO DE 26 DE JULHO DE 2018 (...) A publicidade há de ser objetiva, ter caráter meramente informativo, sem qualquer conotação comercial ou de autopromoção que visem angariar ilegalmente clientela. A publicação de decisão favorável ao escritório de advocacia, em página do Facebook, viola essa regra, caracterizando-se, em tese, como captação ilegal de clientes. Inteligência dos artigos 5º, 39 e seguintes do CED, artigos 1º, e 4º e 5º do Provimento 94/2000 do Conselho Federal da OAB e artigo 34, IV, do Estatuto da Advocacia e da OAB. Precedentes: E-4.176/2012, E-3.679/2008, E-4.685/2016, E-4.200/2008 e E-4.278/2013. Proc. E-5.044/2018 - v.u., em 26/07/2018, do parecer e ementa da Rel. Dra. CÉLIA MARIA NICOLAU RODRIGUES, Rev. Dr. FÁBIO GUIMARÃES CORRÊA MEYER - Presidente em exercício Dr. CLÁUDIO FELIPPE ZALAF.

<sup>18</sup> 611ª SESSÃO DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018. PUBLICIDADE – PARTICIPAÇÃO EM GRUPO DE FACEBOOK COM A FINALIDADE DE ESCLARECER DÚVIDAS JURÍDICAS – CRIAÇÃO DE FÓRUM VIRTUAL DE PERGUNTAS E RESPOSTAS – CONFIGURADA A CAPTAÇÃO DE CAUSAS E CLIENTELA – VEDAÇÃO. O Código de Ética e Disciplina permite a publicidade dos serviços profissionais do advogado, desde que respeitados os limites impostos no Capítulo VIII da Publicidade Profissional do CED, bem como no Provimento 94/2000 do Conselho Federal. A publicidade tem caráter meramente informativo e deve obedecer aos critérios de moderação, discricção e sobriedade da profissão. Participar de grupo de Facebook com intuito de atender e responder às dúvidas jurídicas e criação de Fórum virtual de perguntas e respostas jurídicas trata-se, evidentemente, de insinuação imoderada, que tem por finalidade a exposição através da utilização de meio eletrônico, vedada pelo inciso I do artigo 42, do CED. Possibilidade de participação do advogado de forma eventual para manifestação profissional (artigo 43 do CED). Obrigatória a observação rigorosa aos termos do CAPÍTULO VIII DA PUBLICIDADE PROFISSIONAL do CED e do Provimento 94/2000, do Conselho Federal. Proc. E-4.956/2017 - v.u., em 22/02/2018, do parecer e ementa da Rel. Dra. MARCIA DUTRA LOPES MATRONE, Rev. Dr. FABIO KALIL VILELA LEITE - Presidente em exercício Dr. CLÁUDIO FELIPPE ZALAF.

proibição da publicidade mediante o uso de meios ou ferramentas que influam de forma fraudulenta no seu impulsionamento ou alcance<sup>19</sup>.

Muito comum tornou-se o a divulgação nas redes sociais, por exemplo no Instagram, da atuação profissional. O novo provimento enfrentou tal questão permitindo a divulgação de imagem, vídeo ou áudio de sua atuação profissional, seja em audiência ou em sustentações orais, em processos judiciais ou administrativos, desde que não alcançados por segredo de justiça, sendo respeitado o sigilo e a dignidade profissional. O que é proibido reside justamente no óbvio, ou seja, ficou vedada a referência ou menção a decisões judiciais e resultados de qualquer natureza obtidos em procedimentos que patrocina ou participa de alguma forma, o que é muito como ver em redes sociais, ressalvado, é claro, a hipótese de manifestação espontânea em caso coberto pela mídia<sup>20</sup>.

Anuários somente será possível a participação do advogado em publicações que indiquem, de forma clara e precisa, qual a metodologia e os critérios de pesquisa que ou de análise que justifiquem a inclusão de determinado escritório de advocacia ou do advogado na publicação. Portanto, é vedado o pagamento, patrocínio ou efetivação de qualquer outra despesa para viabilizar aparição em rankings, prêmios ou qualquer tipo de recebimento de honrarias em eventos ou publicações, em qualquer mídia, que vise destacar ou eleger profissionais como detentores de destaque<sup>21</sup>.

As participações dos advogados em “lives” no Youtube, no Instagram ou outros aplicativos, palestras ou debates virtuais ou em vídeos gravados, de acordo com a nova realidade da sociedade da informação, restou permitida, desde que observadas as restrições impostas pelos arts. 42 e 43 do CED e não se utilize de casos concretos ou apresentação de resultados<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Art. 4º § 5º.

<sup>20</sup> Art. 4º § 2º.

<sup>21</sup> Art. 5º § 1º.

<sup>22</sup> Art. 5º § 3º.

Na publicidade ativa, ou seja, aquela divulgação que é capaz de atingir um número indeterminado de pessoas, mesmo que não tenha buscado a informação acerca do anunciante ou dos temas anunciados, restou proibida a divulgação de qualquer informação relativa às dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, bem como, na divulgação do anúncio a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para a oferta da atuação profissional. Além disso, o Provimento da Publicidade na Advocacia proibiu em qualquer publicidade a ostentação de bens relativos ao exercício ou não da profissão, como o uso de veículos, viagens, hospedagens e bens de consumo<sup>23</sup>. Portanto, s.m.j., consideramos ostentação aquelas fotos do advogado nas redes sociais onde é focalizado o volante do veículo Mercedes ou Porsche, o relógio Rolex e o anel de formatura, bem como, fotos cujo foco sejam as dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, o que denota o objetivo final de promoção pessoal e mensagem subliminar aqueles que veem a postagem.

Como se vê, o terreno é fértil para as infrações no tocante a publicidade mercantilista na advocacia e a fiscalização, física e virtual, é medida necessária que se impõe.

## **7 DA FISCALIZAÇÃO PELA OAB DA PUBLICIDADE DOS ADVOGADOS**

A OAB tem dupla finalidade estabelecida no art. 44, I e II do EOAB. Assim, ao considerarmos que é o inciso II que traça a finalidade da entidade que determina ter por finalidade a promoção da *disciplina* de todos seus inscritos e, que o inciso I determina que a Ordem tem o dever de pugnar pela boa aplicação das leis, inclusive as suas,

---

<sup>23</sup> Art. 6º.

encontramos primeiro fundamento para a fiscalização da publicidade mercantilista dos advogados.

Os Conselhos Seccionais, via-de-regra, são detentores o poder de punir os advogados (EOAB, art. 70)<sup>24</sup>, tendo eles, também, competência recursal (EOAB, art. 58, III), sendo certo que os processos disciplinares podem ser instaurados de ofício ou mediante representação (CED, art. 55).

Nesse sentido, justifica-se uma fiscalização mais ostensiva por parte dos Conselhos Seccionais, inclusive virtualmente nas redes sociais; primeiro porque é dever da entidade a fiscalização e disciplina de seus inscritos, instaurando-se de ofício os processos disciplinares; segundo porque o cidadão/cliente não conhece a norma ética da publicidade na advocacia; terceiro porque representação de advogado contra advogado em decorrência dessa temática é pífia e por vezes motivada por represália ou vingança; o quarto motivo se dá pela vedação da representação anônima.

Assim, por meio da fiscalização ostensiva, como fazem outras entidades de classe com agentes e veículos próprios de fiscalização, inclusive virtualmente, e, conseqüentemente com a instauração do processo disciplinar de ofício, as práticas de publicidade mercantilistas da advocacia e a captação de clientela serão inibidas.

A norma ética deve ser cumprida, pois só assim se alcançará a valorização da advocacia que tanto vem se querendo resgatar nos últimos tempos. Vale ressaltar que de acordo com o art. 53 do Regulamento Geral, os dirigentes da OAB ao tomar posse firmam o seguinte compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir os princípios e finalidades da OAB, exercer com dedicação e ética as atribuições que me são delegadas e pugnar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia.”.

Dessa forma, é importante destacar que tais membros, ao tomarem posse dos respectivos cargos e firmarem o compromisso,

---

<sup>24</sup> Salvo, se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

passam a ser os olhos da Ordem. Tanto isso é certo que o art. 49 do EOAB, dispõe que “os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial ou extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou fins desta Lei”, no caso o EOAB e, conseqüentemente, o CED e Provimentos. Se tais membros, se omitem ao mandamento, deixando de cumprir seu dever legal e, assim, via de consequência, entidade também se omitirá e acabará por não cumprir sua finalidade nas respectivas esferas enfraquecendo a advocacia.

O que se propõe aqui é que conselheiros e dirigentes da OAB tem o dever legal de agir ao constatar uma publicidade mercantilista com finalidade de ostentação e captação de clientela determinando a instauração de ofício do procedimento disciplinar, dando cumprimento efetivo ao juramento supramencionado, bem como dar cumprimento ao Código de Ética e Disciplina e Provimento 205/2021 no tocante à publicidade mercantilista.

Nesse sentido, o Código de Ética, pioneiramente, criou o Capítulo VI, que trata com maior rigor aqueles que exercem cargos e funções na OAB e na representação da classe. Especificamente no art. 31 do CED, determinando que o advogado que exerce cargos ou funções em órgãos da OAB, deve manter conduta adequada com as disposições do CED e que revele plena lealdade aos interesses, direitos e prerrogativas da classe dos advogados que representa.

Para ratificar nosso entendimento, o projeto de lei n. 8.347-a de 2017, prevê a alteração do EOAB, criando novas infrações disciplinares específicas para o advogado que exerce cargo ou função em qualquer órgão da Ordem, como se vê abaixo:

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

XXX – manter conduta incompatível com o exercício de cargo ou função, administrativa ou não, em qualquer órgão da Ordem, descumprindo com leniência<sup>25</sup>, imprudência, imperícia ou negligência o seu dever;

---

<sup>25</sup> Leniência: Lentidão, suavidade, excessiva tolerância.



XXXI – manter conduta incompatível com o exercício de cargo ou função, administrativa ou não, em qualquer órgão da Ordem, descumprindo com dolo o seu dever.

No primeiro caso, referente ao inciso XXX, a sanção correspondente será de censura e no outro caso, mais grave em razão do dolo, a sanção será de exclusão. Note-se que será considerada conduta incompatível com o exercício do cargo ou da função, o descumprimento de dever, no primeiro caso, culposos (inciso XXX) e no segundo caso, dolosos (XXXI). Em outras palavras, punir-se-á o advogado dirigente ou não da OAB, mas que exerça cargo ou função nela, que descumpra seu dever de exercer com dedicação e ética as atribuições que lhe são delegadas, de pugnar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia, conforme reza do art. 53 do Regulamento Geral.

Em pesquisa no sítio do Conselho Federal<sup>26</sup>, dos 27 (vinte e sete) Conselhos Seccionais, observamos que somente a OABAC, OABPE e OABPI possuem Comissões específicas de fiscalização da publicidade e propaganda na advocacia. Outros Conselhos Seccionais possuem Comissões de Fiscalização do Exercício da Advocacia, cujo foco principal não é a publicidade mercantilista da advocacia, mas sim o exercício ilegal da advocacia por pessoas ou entidades não habilitadas para a prática da advocacia, é o caso das OABDF, OABMA, OABPR, OABRO, OABRR, OABSC, OABSE e OABSP. Os demais Conselhos Seccionais não possuem comissões nenhuma das duas comissões acima citadas.

Como se vê, diante da falta de fiscalização efetiva por parte dos Conselhos Seccionais, proliferam-se as publicidades mercantilistas de advogados e sociedades de advogados com o intuito de captação de clientes por meio de uma persuasão que relativiza a ética positivada no *Codex*, como explica Clóvis de Barros Filho em

---

<sup>26</sup> <https://www.oab.org.br/seccional/ac> Acesso em 21/07/2021.

diálogo com Mario Sergio Cortella<sup>27</sup> ao aduzir que “a lógica do resultado, da meta e do sucesso acaba se impondo de tal forma que os procedimentos e a maneira de atingir um objetivo acabam sendo sucateados e colocados como uma questão menor”. É o que se tem verificado na publicidade de advogados.

Ora, a sanção para quem viola as regras do Código de Ética e Disciplina no tocante a publicidade é a mais branda possível, ou seja, a censura e, atualmente, passível de celebração de TAC. Assim, aquele que fere a ética nessa seara, o faz na expectativa de que esse ilícito compense a eventual penalidade, cite-se por exemplo a divulgação de serviços jurídicos de um advogado na TV que gere um elevado número de clientes captados por esse meio, ou outro exemplo clássico é aquele da distribuição de cartões de advogado trabalhista nos grandes centros comerciais, nas redes sociais a publicidade é desenfreada. A fiscalização ostensiva se faz necessária, sob pena da Ordem não cumprir as finalidades para a qual foi instituída, dada sua natureza *sui generis* que atua em prol não só do interesse da advocacia, dos advogados, mas, também, da sociedade como um todo.

## **8 CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, na atual sociedade da informação não há como se negar a publicidade informativa à classe dos advogados, devidamente adequada aos tempos modernos que estamos vivendo na tecnologia da informação acelerada no período de pandemia, o que foi viabilizado pelo novo Provimento n. 205/2021 da Publicidade na Advocacia. Todavia, a publicidade mercantilista, de ostentação, visando a captação de clientela é vedada, inclusive a virtual, posto que prejudicial à advocacia, aos advogados e a sociedade. A advocacia, porque a banaliza, desprestigia e desvaloriza,

---

<sup>27</sup> *Ética e vergonha na cara!*, p. 11.

passando a ser vista como uma prestação de serviço comum. Aos advogados porque ocorrendo o relativismo moral ou a ética da conveniência, quando o advogado visa seu interesse particular, deixando de lado seu encargo indeclinável de contribuir para a realização da justiça, o 4º mandamento do advogado restará descumprido e, nesse caso, cairá por terra a função social do advogado e seu respectivo múnus público. Aos cidadãos, porque põe em xeque a confiança, elemento essencial para a contratação de um advogado, cuja aceitação do cliente pode restar contaminada por algum vício de consentimento, especialmente, erro, dolo ou lesão em decorrência dos meios de persuasão da publicidade mercantilista utilizada pelo advogado ou sociedade de advogados.

A fiscalização da publicidade dos advogados pelos Conselhos Seccionais, seja física ou virtualmente, é medida necessária para se frear as condutas reprováveis pela OAB e essa não pode abrir mão desse controle efetivo e ostensivo sobre a conduta ética dos advogados nesse campo, sob pena de não cumprir suas finalidades institucionais (EOAB, art. 44, I e II), ou seja, de cumprir sua própria lei e punindo disciplinarmente seus inscritos que violarem as normas de conduta profissional.

Como visto, conselheiros, dirigentes e advogados que exerçam cargos e funções na OAB, são os olhos da entidade e devem cumprir seu mister nos termos do juramento (RG, art. 53 c/c art. 49 EOAB), determinando a instauração de ofício quando se deparar com publicidade mercantilista de advogados ou sociedades de advogados, sob pena violação por omissão de seu dever previsto no EOAB, CED e Regulamento Geral.

A ausência dessa fiscalização, gera o descumprimento das finalidades da OAB e do juramento dos dirigentes da entidade, prejudicando a valorização da advocacia e a dignidade da profissão, pois aquele que faz publicidade dos serviços jurídicos sem olhar para a ética da classe está preocupado com o seu próprios valores individuais (morais e financeiros) e este que não se atenta para a ética



da publicidade, também, não se atentarão para ética com seus clientes, pois visa o resultado (captação de clientes + dinheiro) custe o que custar, inclusive a ética e, via de consequência, a injustiça.

## REFERÊNCIAS

BIELA JR. **Curso de Ética Profissional para Advogados**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2018.

\_\_\_\_\_. **Curso de Ética Profissional para Advogados**. 6. ed. São Paulo: Amazon-Kindle, 2020.

\_\_\_\_\_. **Minimanual do Novo Código de Ética e Disciplina dos Advogados**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

\_\_\_\_\_. **Minimanual do Novo Código de Ética e Disciplina dos Advogados**. 3. ed. São Paulo: Amazon-Kindle, 2020.

\_\_\_\_\_. **Legislação Profissional do Advogado**: anotada e sistematizada. São Paulo: Amazon-Kindle, 2020.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética e Vergonha na Cara!** Campinas/SP: Papirus 7 Mares, 2014.

LEITE, Fabio Kalil Vilela (coord.). **Ética Aplicada à Advocacia**. São Paulo: FVLACJ, 2009.

LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Comentários ao Novo Código de Ética e Disciplina da OAB**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. **Ética profissional e Estatuto do Advogado**. São Paulo: LTr, 1975.

# OS LIMITES DA IMUNIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO

*Bruno da Cunha Moreira\**

*Esther dos Santos Nobre\*\**

## 1 INTRODUÇÃO

A classe advocatícia sempre esteve presente e contribuiu para construção das mais importantes páginas da nossa história, a disseminação do liame jurídico no Brasil se deu fortemente através da outorga da primeira Carta Magna brasileira em 1824, a criação dos primeiros cursos jurídicos em 1827, seguido da proposta do Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão para criação do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB, em meados de 1843, nos moldes da entidade portuguesa já existente<sup>1</sup>, dando assim, o passo inicial para a organização da classe no Brasil.

A imunidade foi conferida aos advogados, como forma de evitar o cerceamento da atividade profissional, de forma que, indiretamente se constituiu em desdobramento da própria garantia

---

\* Graduando em Direito pela Universidade Paulista - UNIP. Estagiário no Tribunal de Justiça do Amazonas e Assessoria Jurídica da Secretaria de Saúde do Amazonas, membro do Centro de Negócios e Aperfeiçoamento Jurídico Septem Capulus e da Liga Universitária Trabalhista – UNDB.

\*\* Graduanda em Direito pela Universidade Paulista - UNIP. Estagiária na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Membro do Núcleo de Estudos do escritório Zaidan Advogados Associados - Alumnuz.

<sup>1</sup> CFOAB, História da OAB - p. 02

constitucional da ampla defesa e contraditório, contudo, com as transformações de paradigmas da persecução penal, com a reiterada reformulação de entendimentos sobre conquistas centenárias, com a consequente redução de garantias, muito se discute sobre tal imunidade garantida aos advogados e qual a sua delimitação, de forma a evitar abusos e violações desnecessárias a terceiros.

Deste modo, a intangibilidade profissional pressupõe o exercício regular e legítimo da advocacia no tribunal do júri, portanto, práticas abusivas ou atentatórias à dignidade da profissão, que ultrapassem o bom senso, o equilíbrio e a defesa do seu cliente, que atentem às normas ético-jurídicas que regem o seu *munus* público e que não tenham nenhuma utilidade no processo, que acabam por agredir a honra e dignidade de quaisquer das pessoas envolvidas, enseja a sua responsabilização.

A despeito da Constituição Federal, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outros dispositivos infraconstitucionais concederem ao advogado uma imunidade para peticionar em juízo de maneira livre, a doutrina e a jurisprudência pacificam que esta imunidade é relativa e que o causídico será responsabilizado quando proferir ofensas à honra das partes envolvidas na demanda, sendo cabível responsabilização e punições.

Destarte, no presente trabalho se analisará os limites da atuação do advogado no tribunal do júri, tendo como parâmetros a Constituição Federal, o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e jurisprudências acerca da temática, buscando-se ao final uma breve conclusão acerca dos limites dessa atuação.

## **1 IMUNIDADE PENAL DO ADVOGADO À LUZ DO ART. 133 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO ART. 7º, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.906/1994**

A imunidade penal outorgada do advogado na condução da causa e nos eventuais excessos que possam ser cometidos está pacificado com fundamento maior no artigo 133 da Constituição Federal, que é enfática em exortar que: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.”.

Nesse sentir, nenhuma das Constituições anteriores outorgou à advocacia o seu reconhecimento como indispensável à administração da justiça. Essa disposição teve “o intuito de evidenciar a função social da advocacia e preservar as suas prerrogativas em um patamar constitucional mais proeminente do que desfrutavam nos demais Textos Constitucionais.”<sup>2</sup>, como leciona Walber de Moura Agra.

Somado a isso, o mesmo dispositivo legal aplacou a garantia da inviolabilidade do exercício pleno da advocacia, sendo este um dos princípios essenciais que regem a atividade do advogado, a lei confere ao patrono a prerrogativa de zelar pela intangibilidade dos direitos daquela pessoa que o compõe como seu procurador na defesa técnica de seus interesses, competindo ao causídico, ao buscar o cumprimento fiel do seu ofício, a utilização dos meios legais conferidos a ele.

Elucidando o sentido de atingir plenamente aquilo que o mandato profissional outorga Alexandre de Moraes traz o seguinte entendimento:

A Constituição de 1988 erigiu a princípio constitucional a indispensabilidade e a imunidade do advogado, prescrevendo em seu art. 133: “O advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo

---

<sup>2</sup> AGRA, Walber de Moura. *Curso de direito constitucional*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 869.



inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.” Tal previsão coaduna-se com a necessária intervenção e participação da nobre classe dos advogados na vida de um Estado democrático de direito e, como salientado pelo Supremo Tribunal Federal, “na aplicação e defesa da ordem jurídica, razão pela qual o constituinte o proclamara indispensável à administração da Justiça.”.<sup>3</sup>

Recepcionado pelo dispositivo retromencionado da Carta Magna, o art. 142, inciso I, do Código Penal, disciplina, nos limites de crimes contra a honra, a imunidade penal aos advogados, expondo: “Não constitui injúria ou difamação punível: a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador”.

Nesse diapasão, a figura do advogado é envolta de grande sentido, haja vista que, exercendo suas funções, cabe a ele promover a necessária defesa da ordem jurídica que compõe o Estado Democrático de Direito.

Desta forma, o legislador adotou como fundamental o exercício da advocacia para a prestação jurisdicional e dedicou uma exata essencialidade ao advogado na dinâmica judiciária, uma vez que ele passa a ser a ligação entre o cidadão e a efetiva prestação da justiça, sob a fundamentação constitucional dos direitos à defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

O art. 133, tratado no item anterior estabeleceu uma norma constitucional de eficácia limitada, onde se requisitou que uma lei regulamentadora fosse criada para dar efetividade a imunidade do advogado, o Constituinte Originário, editou a Lei Federal nº 8.906/1994, conhecida como Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - EOAB.

No mesmo sentir, o citado estatuto atentou de disciplinar as matérias relacionadas aos direitos e deveres dos advogados, requisitos para inscrição no quadro da OAB, os impedimentos, incompatibilidades, condição ética que direciona o exercício da

---

<sup>3</sup> MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 656.



advocacia, entre outros, bem como, consumou a validade da imunidade profissional conferida ao causídico.

Por conseguinte, no que diz respeito à imunidade profissional do advogado, assim é o dispõe o art. 7º, § 2º do EOAB:

Art. 7º São direitos do advogado: § 2º O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer.<sup>4</sup>

Na lógica desse dispositivo legal, dispõe Uadi Lammêgo Bulos, que:

Quaisquer restrições injustas ao legítimo e lícito exercício da advocacia enseja a impetração do mandado de segurança, inclusive em sua feição coletiva, impedindo que o art. 7º, da Lei nº 8.906/94 seja desrespeitado por episódios lamentáveis, os quais denigrem a imagem sacrossanta daqueles que se acham investidos na nobilitante tarefa de defender seres humanos. Esse, também, é o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que, em linha de princípio, tem proclamado o dever de respeito às prerrogativas profissionais dos advogados.<sup>5</sup>

Cabe neste momento um comentário acerca do disposto anteriormente mencionado o art. 142, I, do Código Penal o qual preceitua que o alcance da imunidade profissional do advogado é causa excludente de tipicidade, estando restrita a dois âmbitos: quando

---

<sup>4</sup> Importante ressaltar que o crime de desacato foi excluído da imunidade prevista no EOAB, através da ADIN 1.127-8, sob o fundamento de que tal previsão cria situação de desigualdade entre o juiz e o advogado, retirando do primeiro a autoridade necessária à condução do processo. (BRASIL. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906/1994, de 04 de julho de 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm). Acesso em: 10/09/2014).

<sup>5</sup> BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p.1163.

a expressão configurar crime de injúria e/ou difamação, bem como quando seu conteúdo versar sobre a discussão da causa.

Para Gisela Gondim Ramos, embora a liberdade de expressão de que trata o art. 7º, § 2º do EOAB, seja um direito indubitável ao advogado e antes disso ao cumprimento do dever, podendo o advogado momentaneamente afastar-se dos limites do discurso técnico, “deixando-se influenciar pelas circunstâncias da causa, e pelos reflexos de sua personalidade”<sup>6</sup> deve haver reservas a essa imunidade, posto que, continuamente, compete ao advogado uma autocrítica de forma a mantê-lo na extensão da liberdade que lhe foi atribuída com o fim de atuar no Direito e buscar a justiça.

## **2 LIMITES DA IMUNIDADE DO ADVOGADO**

Verifica-se pela dissonância dos textos legislativos aludidos, que o advogado tinha imunidade judiciária diante do vigente Código Penal, que perdeu sua eficácia diante do texto contido no Estatuto da Advocacia e da OAB, que passou a regular a matéria, trata-se então de revogação tácita.

Com o advento da Carta Política Federal de 1988, que consagrou o causídico como indispensável à administração da justiça, a matéria sobre sua imunidade profissional ficou subordinada à edição de lei infraconstitucional, posto que o legislador constituinte, no dispositivo de regência, a teor do preceito anteriormente transcrito, condicionou a inviolabilidade “*nos limites da lei*”.

A expressão em realce tem duplo sentido: primeiro, deverá haver lei específica disciplinando a prerrogativa do advogado, o que foi realizado por intermédio do Estatuto da Advocacia e segundo, que esse direito do referido profissional não pode ser amplo, mas sim

---

<sup>6</sup> RAMOS, Gisela Gondim. Estatuto da Advocacia: Comentários e Jurisprudência Seleccionada. 4.ed. Florianópolis: OAB/SC, 2003. p.142.

restrito (“limites”) àquilo que se encontrar normativamente consubstanciado, logo, o próprio texto constitucional vedou o absolutismo da imunidade profissional.

Prosseguiu com correção o legislador constituinte, é certo apontar, que a prerrogativa em espécie conferida ao advogado, em continuação àquilo que foi outrora assentado, se mostra necessária para o real desenvolvimento de sua atividade profissional, principalmente tendo em consideração não só sua indispensabilidade para a administração da justiça, bem como em virtude de sua independência funcional, já que não se encontra sujeito a nenhuma modalidade de subordinação e também porque atua, de maneira bastante acentuada, defendendo direitos de terceiros, por intermédio de representação postulatória e, mais raramente, seus próprios interesses jurídicos. Este fator, indubitavelmente, constitui forte razão capaz de justificar com maior intensidade a existência da prerrogativa em espécie conferida ao advogado.

Nessa senda, jamais poderia ser tolerado que se concedesse imunidade plena ao advogado, que em qualquer situação ficasse isento de responsabilidade em nível criminal, civil ou disciplinar. Ela jamais pode ser absoluta, irrestrita, assim é que a isenção a ele atribuída se eleva à condição de exceção, o que se revela compatível com dispositivo constitucional pertinente ao mencionar “nos limites da lei”.

Nesse tocante, o professor Cahali torna cristalino ao afirmar

é certo que a imunidade profissional assegurada ao advogado no debate da causa seja pelo que estabelece a Constituição Federal (art. 133), seja pelo que preceitua o Código Penal (art. 142, inciso I), seja pelo que dispõe o Estatuto da OAB (Lei 8906/94, art. 7º, § 2º), não se mostra absoluta ou irrestrita, uma vez que deve responder pelos abusos, nos limites da lei<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> CAHALI, Yussef Sahid. *Dano Moral*. 3ª ed. 2005. Editora Revista dos Tribunais. p. 345



## Reforça ainda a premissa que

seria odiosa qualquer interpretação da legislação vigente conducente à conclusão absurda de que o novo Estatuto da OAB teria instituído, em favor dos advogados, imunidade penal ampla e absoluta, nos crimes contra a honra e até no desacato, imunidade essa não conferida ao cidadão, às partes litigantes, nem mesmo aos juízes e promotores<sup>8</sup>.

Em linhas gerais, a imunidade, independentemente da conjuntura particularizada em que possa ser empregada, deve ser regrada, não pode ser infinita, deve ser condicionada à situação determinada. Não pode existir privilégio incondicionado, posto que isso não se revela conveniente ao Estado e também aos próprios fins colimados pelos preceitos legais em favor da defesa dos interesses comuns de qualquer cidadão dentro de um Estado Democrático de Direito.

A propósito do que está sendo sustentado, “a imunidade conferida a quem exerce a advocacia não possui caráter absoluto, pois não pode ser suscitada para respaldar o cometimento de eventuais atos ilícitos.”<sup>9</sup> Nesse sentido, Heleno Cláudio Fragoso, ao fazer menção à imunidade judiciária, exalta que:

Não constitui crime a injúria ou a difamação irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador. Trata-se da chamada imunidade judiciária, que já era acolhida pelo direito romano. (Codex, II, 6, 6, 1). O que ocorre em tal caso é o *animus defendendi*, que exclui a vontade de ofender. Não se indaga, no entanto, da concorrência do propósito de ofender, motivo pelo qual, a existir tal propósito, haverá exclusão da antijuridicidade. A injúria ou difamação feitas na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, são levadas à conta da normal e razoável exaltação de ânimos dos litigantes na defesa de seus direitos.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> CAHALI, Op. cit. p. 348

<sup>9</sup> BRASIL. STJ, AgRg no AREsp 711817/DF, T6 – 6a T, rel. Min. Neri Cordeiro, DJE 22.08.2016.

<sup>10</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal*. 7. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1983, p. 198.

Assim, essa isenção não pode ser ampla, posto que isso conduziria à impunidade de maneira exagerada, ao descumprimento injustificado das normas legais, o que se mostra inconveniente do ponto de vista social e jurídico.

### **3 RESPONSABILIDADE ÉTICA**

De outro modo, a imunidade penal não aparta, absolutamente, o poder/dever da Ordem dos Advogados do Brasil em punir disciplinarmente o advogado que, em juízo ou fora dele, não obrou com ética, é o que deflui da parte final daquela norma estatutária, que agora se repete: "Sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer".

A expressão "sem prejuízo", deixa normativamente assimilado em seu bojo, que muito embora o advogado no exercício da profissão, fique alheio a qualquer sanção de cunho penal por ter feito uso de expressões injuriosas ou difamatórias, nada impede que ele arque disciplinarmente perante a Comissão de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, portanto, não obstante a proteção penal que se confere ao causídico quando do exercício profissional, essa mesma proteção pode não estender-se no campo disciplinar.

Em contrapartida, pretendendo a devida exegese do texto acima copiado, ao lado da expressão "sem prejuízo", deve-se conjugar a frase "pelos excessos que cometer", isso pressupõe que a sanção disciplinar somente terá cabimento quando o advogado, ao exercer sua imunidade no exercício profissional, se exceder, exorbitar quanto ao seu emprego.

Tratando-se da discussão ética da tarefa de defesa no Tribunal do Júri e do trabalho árduo, devido à plenitude da defesa consagrada na alínea "a" do inciso XXXVIII do art. 5º da Carta Magna, tal plenitude confere ao defensor o dever de uma defesa que paira à perfeição,

respeitadas obviamente as limitações do ser humano. Expõe Nucci (2008b, p. 149) sobre a força normativa concedida ao advogado:

Fazer valer essa força normativa é um desafio, pois implica, muitas vezes, em confrontar com o órgão acusatório, de modo veemente, porém respeitoso, além de buscar, com insistência, formar o convencimento do juiz presidente.

Frisa-se que as prerrogativas do advogado para defender o seu cliente somente ganham brilho se forem bem utilizadas, em prol de uma boa atuação, respeitando-se tanto o juiz presidente quanto às demais partes do processo (NUCCI, 2008b, p. 151).

Relacionado a atividade do advogado na Tribuna, explana Nucci (2008b, p. 152):

Atuar na tribuna da defesa, no Tribunal do Júri, é missão peculiar e realmente destacada, pois demanda conhecimento jurídico seguro, flexibilidade para o trato com outras pessoas, didática particular para expor idéias, frieza para enfrentar, diante do público, revezes inesperados, estrutura emocional para defender o cliente, sem ultrapassar as fronteiras da ética profissional, agilidade no raciocínio para que as impugnações orais, inscritas em ata, sejam imediatamente promovidas, quando falhas se apresentarem, firmeza para sustentar as prerrogativas do advogado, sem avançar para o campo do desrespeito e da ofensa.

Em circunstâncias desse matiz, a averiguação que conduz àquele “excesso” deve ser observada sob a ótica do que se impõe ao advogado a título de transgressão disciplinar, vinculada à imunidade objeto de apreciação.

Em sintonia com o que está sendo discorrido,

[...] a imunidade profissional não exclui a punibilidade ético-disciplinar do advogado, porque cabe a ele o dever de tratar os membros do MP e da Magistratura com consideração e respeito recíprocos. O art. 60, como já



vimos ao abrir o capítulo dos direitos dos advogados, impõem-lhes o dever de tratar magistrados e promotores de justiça “com consideração e respeito recíprocos.” Já o Código de Ética e Disciplina considera dever ético do advogado tratar o público, os colegas e as autoridades com respeito, discrição e independência, empregando linguagem polida e agindo com lhanza. Mas apenas a OAB tem competência para punir o excesso do advogado, por suas manifestações, palavras e atos, no exercício da advocacia.<sup>11</sup>

Objetivamente, o “excesso” em questão só poderá ser sopesado, aquilatado, considerando que é dever ético do advogado tratar com educação, urbanidade, polidez, cortesia, não só os magistrados e membros do Ministério Público, mas sim todo qualquer servidor público no exercício de suas funções, bem como as pessoas de modo geral, incluindo seus próprios colegas de profissão. Não o fazendo, a punição disciplinar se impõe de forma inexorável.

O Código de Ética e Disciplina, ao cuidar do “Dever de Urbanidade”, deixa consignado em seu art. 44, a despeito de exigir zelo pelas prerrogativas, impõe o dever de urbanidade no trato com todos os envolvidos com o exercício de suas atribuições.<sup>12</sup>

Rememorando, que o próprio Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é enfático, em seu art. 6º, ao deixar exortado o seguinte preceito: “não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos”.

---

<sup>11</sup> LOBO, Paulo. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 73.

<sup>12</sup> Art. 44. Deve o advogado tratar o público, os colegas, as autoridades e os funcionários do Juízo com respeito, discrição e independência, exigindo igual tratamento e zelando pelas prerrogativas a que tem direito

## 4 CONCLUSÃO

A Advocacia Brasileira, que sempre esteve na vanguarda da defesa dos interesses da nação, incumbindo-se da protagonização das principais lutas travadas na construção do país, recebeu o merecido reconhecimento na Magna-Carta de 1988, especialmente na petrificação como função essencial à administração da Justiça.

De forma consentânea com tal expressiva prerrogativa, a mesma Carta outorgou aos Advogados a crucial inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão. Por certo, tal inviolabilidade não se restringe à simples proteção pessoal do profissional, muito mais que isso, a garantia constitucional buscou assentar um anteparo de proteção ao cidadão, isto porque esse profissional é sempre o esteio no qual se apoiam os anseios e expectativas daquele que não possui voz em muitos debates.

Todavia, não obstante ter o advogado o direito constitucional de executar livremente a sua profissão, sem sofrer qualquer tipo de restrição, caso ofenda a honra e a dignidade dos demais integrantes do processo, praticando, assim, atos abusivos que não façam ligação com a demanda, será responsabilizado civilmente, isso porque, a imunidade do advogado não é princípio constitucional superior a todas as garantias individuais de honra e dignidade, asseguradas aos cidadãos brasileiros.

Nessa lógica, leciona o professor Paulo Lôbo, “a imunidade profissional não exclui a punibilidade ético-disciplinar do advogado, porque cabe a ele o dever de tratar os membros do Ministério Público e da Magistratura com consideração e respeito recíprocos”<sup>13</sup>.

O Estatuto da Advocacia, ao incluir determinação estatuída pela própria Constituição, preocupou-se em realçar a garantia maior. Além de especificar a imunidade, a lei estabeleceu os limites éticos e

---

<sup>13</sup> LOBO, Op. cit. p. 60

as sanções administrativas passíveis de aplicação nas hipóteses de condutas desviantes.

A imunidade aqui tratada não pode ser vista como um simples privilégio outorgado a uma categoria profissional, mas sim para além disso, afinal trata-se de uma garantia destinada à sociedade, verificando sua ausência, em tempo algum o profissional da Advocacia conseguiria perfazer o gravíssimo ônus de garantir o direito de contraditório e ampla defesa, que muitas vezes pressupõe desafiar o arbítrio e aspereza de partes ou de autoridades que intervêm em debates administrativos ou judiciais.

A contar do momento em que o advogado excede as suas prerrogativas profissionais este pratica ato ilícito, especificamente ofensa à honra, que se trata de direito protegido em sede constitucional e na legislação infraconstitucional, dentro do choque de princípios ou normas constitucionais, o direito à honra deve prevalecer sobre a imunidade.

Reconhece-se, hoje, portanto, a notável garantia da imunidade aos Advogados e, concomitantemente, como não se trata de garantia absoluta, admitem-se sanções, desde as mais singelas, previstas no Estatuto da Advocacia, até as mais graves, previstas no Direito Penal, com as ponderações apontadas no corpo do presente artigo.

## **REFERÊNCIAS**

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p.869.

ALKMIM, Ivan. **As razões históricas e o advogado na Constituição -1988**. Brasília: OAB Editora, 2010.

BRASIL. STJ, AgRg no AREsp 711817/DF, T6 – 6a T, rel. Min. Neri Cordeiro, DJE 22.08.2016.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p.1163.

CAHALI, Yussef Sahid. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

CASTRO, Carlos Fernando Correa de. **Ética Profissional e o Exercício da Advocacia**. Curitiba: Juruá, 2010.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

LOBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OSÓRIO, Fábio Medina. A imunidade penal do advogado na Lei 8.906 de 4.7.94 – Estatuto da OAB. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 9, jan./mar. 1995.

RAMOS, Gisela Gondin. **Estatuto da Advocacia**: comentários e jurisprudência selecionada. 4.ed. Florianópolis: OAB/SC, 2003.

RAMOS, Gisela Gondin. **Estatuto da advocacia**. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

TORON, Alberto Zacharias. SZAFIR, Alexandra Lebelson. **Prerrogativas profissionais do advogado**. 3. ed. Brasília: OAB, 2006.

# BREVES LINHAS SOBRE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

*Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho\**

## 1 INTRODUÇÃO

A expressão “ética”, em seu sentido de maior amplitude, tem sido empregada para designar a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes, envolvendo, por conseguinte, os estudos de aprovação ou desaprovação do comportamento dos seres humanos<sup>1</sup>.

---

\* Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGDir) da UFAM. Procurador do Estado do Amazonas. Advogado. Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-AM. Diretor-Geral da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas (ESA-OAB-AM). Foi Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB-AM (2019-2021).

<sup>1</sup> SÁ, Antonio Lopes de. *Ética profissional*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 15. Nesse sentido: “Ética em sentido amplo é a ciência do comportamento da conduta humana em sociedade. O objeto da Ética é a moralidade. A ética é assim concebida como doutrina da conduta e, assim, estuda a atitude do ser humano comandada pelo cérebro” (ANDRADE, José Alfredo Ferreira de. *Estudos sobre temas jurídicos*. Manaus: Edição do Autor, 2013, p. 106).



Tomada nesta acepção, a ética é a ciência que fará a eleição das melhores ações tendo como horizonte o interesse coletivo<sup>2</sup>.

Além da ciência que estuda as ações ou os costumes, a “ética” pode ser empregada para designar a própria realização de um tipo de comportamento<sup>3</sup>.

Por considerar que a profissão, “que pode enobrecer pela ação correta e competente, pode também ensinar a desmoralização, através da conduta inconveniente, com a quebra de princípios éticos”<sup>4</sup>, foram editadas normas estabelecendo os parâmetros do comportamento ético da advocacia.

O presente trabalho busca traçar as linhas gerais do procedimento administrativo de apuração de infração disciplinar praticada no exercício da advocacia, tomando por base a legislação que dispõe sobre o referido tema, a saber:

- a) a Lei n. 8.906, de 04.07.1994, conhecida como o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – EAOAB;
- b) o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB – RGEAOAB<sup>5</sup>;

---

<sup>2</sup> ALMEIDA, Guilherme Assis de Almeida; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. *Ética e direito*: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2002, p. 14. Acerca da relação entre ética e interesses coletivos, lecionam os autores citados: “Para a ética, o que importa não é o benefício de um indivíduo ou de um específico grupo de indivíduos; seu ponto de vista não é egoístico, individual ou pessoal, mas coletivo, universal. Ela, portanto, elege as melhores ações com base no interesse de toda a comunidade humana” (Ob. cit. p. 13).

<sup>3</sup> VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos, n. 177), p. 7. O mencionado autor observa que falar de ética significa falar de liberdade: “Num primeiro momento, a ética nos lembra as normas e a responsabilidade. Mas não tem sentido falar de norma ou de responsabilidade se a gente não parte da suposição de que o homem é realmente livre, ou pode sê-lo. Pois a norma nos diz como *devemos* agir. E se *devemos* agir de tal modo, é porque (ao menos teoricamente) também *podemos não agir* deste modo. Isto é: se *devemos* obedecer, é porque *podemos* desobedecer, somos capazes de desobedecer à norma ou ao preceito” (Ob. cit., p. 48).

<sup>4</sup> SÁ, Antonio Lopes de. *Ética profissional*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 138.

<sup>5</sup> Publicado no Diário de Justiça, Seção I do dia 16.11.94, p. 31.210-31.220.

- c) o Código de Ética e Disciplina da OAB – CED-OAB, aprovado pela Resolução n. 02, de 19.10.2015, do Conselho Federal da OAB – CFOAB<sup>6</sup>.

No caso específico dos processos administrativos que tramitam na Seccional do Amazonas, inclui-se no rol da legislação aplicável o Regimento Interno do Tribunal de Ética e Disciplina – TED<sup>7</sup>.

Ressalte-se que o processo disciplinar tramita em *sigilo*, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente (art. 72, § 2º, EAOAB)<sup>8</sup>.

## 1 INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

O processo disciplinar pode ser instaurado de dois modos: (i) de ofício ou (ii) mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada (art. 72, *caput*, EAOAB)<sup>9</sup>.

Como adiante veremos, a expressão “instauração do processo” é empregada na legislação de forma ambígua.

---

<sup>6</sup> Publicada no Diário Oficial da União de 04.11.2015, e que entrou em vigor em 01.09.2016, por força da Resolução n. 03, de 12.04.2016, publicada no Diário Oficial da União de 19.04.2016.

<sup>7</sup> Compete ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Seccional competente, julgar, *em primeiro grau*, os processos ético-disciplinares (art. 70, § 1º, EAOAB; art. 71, inciso I, CED-OAB). No presente trabalho, as menções ao Regimento Interno do TED referem-se ao da Seccional do Amazonas (OAB-AM).

<sup>8</sup> O art. 58-A do CED-OAB, acrescentado pela Resolução n. 04/2020, do CFOAB, permite que, nos casos de infração ético-disciplinar punível com censura, seja celebrado termo de ajustamento de conduta, se o fato apurado não tiver gerado repercussão negativa à advocacia. Tal instituto é disciplinado pelo Provimento n. 200/2020, do CFOAB.

<sup>9</sup> No mesmo sentido: art. 55, *caput*, CED-OAB.

## 1.1 INSTAURAÇÃO *EX OFFICIO*

A instauração, de ofício, do processo disciplinar dá-se em função do conhecimento do fato, quando obtido (art. 55, § 1º, CED-OAB):

- a) por meio de fonte idônea; ou
- b) em virtude de comunicação da autoridade competente.

Não se considera fonte idônea, capaz de justificar o processamento disciplinar de profissionais inscritos nos quadros da OAB, a que consista em denúncia anônima (art. 55, § 2º, CED-OAB)<sup>10</sup>.

## 1.2 INSTAURAÇÃO MEDIANTE REPRESENTAÇÃO

No caso de processo disciplinar instaurado mediante representação, esta poderá ser formulada ao Presidente do Conselho Seccional ou ao Presidente da Subseção<sup>11</sup>, *por escrito ou verbalmente* (art. 56, *caput*, CED-OAB).

---

<sup>10</sup> Tal norma se harmoniza com o espírito da Constituição Federal de 1988 que, ainda que noutro contexto (ao dispor sobre a liberdade de manifestação do pensamento), veda o anonimato (art. 5º, inciso IV). Nesse sentido, estabelecendo a conexão da disposição da legislação da OAB com a referida norma constitucional: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2016.007685-0/SCA-TTU, Relator: Conselheiro Federal Sílvio Pessoa de Carvalho Junior (PE), Ementa n. 067/2017/SCA-TTU, j. em 13.03.2017, *DOU*, S.1, 20.03.2017, p. 161; Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2018.009301-8/SCA-TTU, Relator: Conselheiro Federal Aurino Bernardo Giacomelli Carlos (RN), Ementa n. 016/2019/SCA-TTU, j. em 10.12.2018, *DEOAB*, a. 1, n. 25, 4.2.2019; Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2019.004252-3/SCA-STU, Relator: Conselheiro Federal Marcello Terto e Silva (GO), Ementa n. 163/2019/SCA-STU, j. em 10.12.2019, *DEOAB*, a. 1, n. 244, 13.12.2019, p. 14.

<sup>11</sup> A Subseção pode ser criada pelo Conselho Seccional, na forma dos arts. 60 e 61 do EAOAB.

Se a representação tiver sido formulada verbalmente, deverá ser reduzida a termo (art. 56, *caput*, CED-OAB), isto é, registrada por escrito.

Nas Seccionais cujos Regimentos Internos atribuírem competência ao Tribunal de Ética e Disciplina – TED para instaurar o processo ético disciplinar, a representação poderá ser dirigida ao seu Presidente ou será a este encaminhada pelo Presidente do Conselho Seccional ou da Subseção, se a houver recebido (art. 56, parágrafo único, CED-OAB).

Não se exige que o Representante constitua advogado para patrocinar seu interesse no processo disciplinar na OAB<sup>12</sup>.

O Código de Ética e Disciplina estabelece os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares (art. 72, § 1º, EAOAB).

Assim, a representação deverá conter os elementos indicados no art. 57 do CED-OAB, a saber:

- a) a identificação do Representante, com a sua qualificação civil e endereço;
- b) a narração dos fatos que motivaram a representação, de forma a permitir verificar a existência, em tese, de infração disciplinar;
- c) os documentos que eventualmente instruem a representação e a indicação de outras provas a ser produzidas, bem como, se for o caso, o rol de testemunhas, até o máximo de 5 (cinco);
- d) a assinatura do Representante ou a certificação de quem a tomou por termo, na impossibilidade de obtê-la.

---

<sup>12</sup> BIELA JR. *Curso de ética profissional para advogados*: de acordo com o novo código de ética, como Novo CPC e com as súmulas do Conselho Federal da OAB. 5. ed. São Paulo: LTr, 2018, p. 169-170.

Se a representação não possuir algum dos mencionados requisitos, o Regimento Interno do TED da OAB-AM faculta ao Presidente do Tribunal determinar a notificação do Representante para emendá-la no prazo de 15 (quinze) dias (art. 16, § 1º)<sup>13</sup>.

O § 2º do art. 16 do Regimento Interno do TED da OAB-AM estabelece: “Não sendo emendada a Representação, o *Presidente do Tribunal de Ética* deverá *abster-se de instaurar o processo ético-profissional* e o Representante poderá reapresentá-la a qualquer momento, desde que respeitando o previsto no *caput*” (destaque nosso).

Entendemos que, salvo melhor juízo, referido artigo conflita com o § 3º do art. 58 do Código de Ética e Disciplina da OAB, segundo o qual cabe ao relator propor, se for o caso, o arquivamento liminar da representação. Dito de outro modo, de acordo com o CED-OAB (que deve prevalecer sobre o Regimento Interno do TED na hipótese de eventual conflito entre os diplomas), a competência do Presidente para determinar o arquivamento da representação (art. 58, § 4º, CED-OAB) somente pode ser exercida após o parecer do relator (art. 58, § 3º, CED-OAB), ainda que não acompanhe as conclusões deste.

Ressalte-se que a *desistência* da representação afigura-se irrelevante, pois o processo disciplinar segue o princípio do *interesse público* – e não o princípio da demanda –, não dispondo a OAB de discricionariedade para renunciar ao poder disciplinar conferido pelo EAOAB<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> O Regimento Interno do TED autoriza o Presidente do Tribunal a criar comissão consultiva para analisar se a representação possui os requisitos legais (art. 16, § 3º). Uma vez criada tal comissão, seus membros deverão obedecer ao sigilo previsto no Estatuto da Advocacia, no Código de Ética e no Regimento do TED (art. 16, § 4º).

<sup>14</sup> Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2018.006763-5/SCA-STU, Relator: Conselheiro Federal Aniello Miranda Aufiero (AM), Ementa n. 021/2019/SCA-STU, j. em 19.03.2019, DEOAB, a. 1, n. 60, 26.03.2019, p. 19; Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2018.012044-4/SCA-PTU, Relator: Conselheiro Federal Ulisses Rabaneda dos Santos (MT), Ementa n. 047/2019/SCA-PTU, j. em 19.03.2019, DEOAB, a. 1, n. 60, 26.03.2019, p. 14; Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.004389-1/SCA-PTU, Relatora: Conselheira Federal Graciela Iurk Marins (PR), Ementa n. 036/2021/SCA-PTU, j. em 12.04.2021, DEOAB, a. 3, n. 579, 14.04.2021, p. 8; Recurso (ao CFOAB)

### 1.2.1 Representação por advogado contra advogado

Nos processos de representação de advogado contra advogado, envolvendo questões de ética profissional, o Provimento n. 83/1996, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, prevê a possibilidade de realização de audiência visando a conciliação entre os litigantes.

## 2 DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Instaurado o processo de ofício ou recebida a representação, o Presidente (do Conselho Seccional ou o da Subseção (quando esta dispuser de Conselho) designará um de seus integrantes, por sorteio, para atuar como relator, a quem competirá a instrução do processo e o oferecimento de parecer preliminar a ser submetido ao TED (art. 73, *caput*, EAOAB; art. 58, *caput*, CED-OAB).

Os atos de instrução processual podem ser delegados ao Tribunal de Ética e Disciplina, conforme dispuser o regimento interno do Conselho Seccional, caso em que caberá ao seu Presidente, por sorteio, designar relator (art. 58, § 1º, CED-OAB)<sup>15</sup>.

## 3 JUNTADA DE DOCUMENTOS

Antes do encaminhamento dos autos ao relator, devem ser juntadas (art. 58, § 2º, CED-OAB):

---

n. 49.0000.2020.006169-7/SCA-STU, Relatora: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (SC), Ementa n. 064/2021/SCA-STU, j. em 28.06.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 19.

<sup>15</sup> Nesse sentido é o disposto no *caput* do art. 17 do Regimento Interno do TED.



- a) a ficha cadastral do Representado<sup>16</sup>;
- b) certidão negativa ou positiva sobre a existência de punições anteriores, com menção das faltas atribuídas<sup>17</sup>;
- c) certidão sobre a existência ou não de representações em andamento, a qual, se positiva, será acompanhada da informação sobre as faltas imputadas<sup>18</sup>.

#### 4 PARECER DE ADMISSIBILIDADE

Após a juntada dos documentos anteriormente mencionados, os autos são encaminhados ao relator, que, analisando os critérios de admissibilidade, emitirá parecer.

De acordo com o § 3º do art. 58 do CED-OAB, o relator, no mencionado parecer, poderá propor “a instauração de processo disciplinar ou o arquivamento liminar da representação”.

Nota-se, na referida passagem, que o emprego *ambíguo* da expressão “instauração do processo” pela legislação: é que o *caput* do art. 72 do EAOAB dispõe que o “processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada”, ao passo que o § 3º do art. 58 do CED-OAB dispõe que o parecer do relator poderá ser no sentido da recomendar o arquivamento liminar da representação ou a instauração de processo disciplinar. Afinal, o processo é instaurado com a representação (nos termos do art. 72, *caput*, do EAOAB) ou após o parecer do relator (consoante o teor do art. 58, § 3º, do CED-OAB)?

Para conciliar referidas disposições, podemos entender que a representação instaura o *procedimento administrativo* (que, nesta fase, ainda não enseja contraditório), ao passo que o *processo*

<sup>16</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 1º do art. 17 do Regimento Interno do TED.

<sup>17</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 1º do art. 17 do Regimento Interno do TED.

<sup>18</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 2º do art. 17 do Regimento Interno do TED.

*administrativo* (no qual será oportunizada a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes) é instaurado com a decisão do Presidente (do Conselho Seccional, da Subseção ou do TED, conforme o caso) após o parecer do relator.

O parecer do relator deve ser emitido no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de redistribuição do feito pelo Presidente (do Conselho Seccional, da Subseção ou do TED, conforme o caso) para outro relator, observando-se o mesmo prazo (art. 58, § 3º, CED-OAB)<sup>19</sup>.

## 5 DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE

O parecer do relator é encaminhado ao Presidente (do Conselho Seccional, da Subseção ou do TED, conforme o caso), que proferirá “despacho”.

Na referida decisão, o Presidente poderá, nos termos do parecer do relator ou segundo os fundamentos que adotar (art. 58, § 4º, CED-OAB)<sup>20</sup>:

- a) declarar instaurado o processo disciplinar; ou
- b) determinar o arquivamento da representação.

## 6 NOTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS E DO REPRESENTADO

Se a decisão do Presidente for no sentido da instauração do processo disciplinar, os autos devem ser devolvidos ao relator, a quem compete determinar a notificação:

- a) dos interessados para prestar esclarecimentos; ou

---

<sup>19</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 3º do art. 17 do Regimento Interno do TED.

<sup>20</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 4º do art. 17 do Regimento Interno do TED.



b) do Representado para apresentar defesa prévia.

Tais manifestações devem ser praticadas no prazo de 15 (quinze) dias (art. 59, *caput*, CED-OAB).

A notificação será expedida para o endereço constante do cadastro de inscritos do Conselho Seccional<sup>21</sup>, observando-se, quanto ao mais, o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB – RGEAOAB (art. 59, § 1º, CED-OAB).

A notificação inicial para a apresentação de defesa prévia ou manifestação em processo administrativo perante a OAB deverá ser feita através de *correspondência*, com aviso de recebimento<sup>22</sup> (art. 137-D, *caput*, RGEAOAB)<sup>23</sup>.

Frustrada a entrega da notificação, será a mesma realizada através de *edital*, a ser publicado na imprensa oficial do Estado (art. 137-D, § 2º, RGEAOAB), devendo respeitar o *sigilo* de que trata o § 2º do art. 72 do EAOAB, dele não podendo constar qualquer referência

---

<sup>21</sup> Incumbe ao advogado manter sempre atualizado o seu endereço residencial e profissional no cadastro do Conselho Seccional, presumindo-se recebida a correspondência enviada para o endereço nele constante (art. 137-D, § 1º, RGEAOAB). Nesse sentido: “Notificações que se presumem recebidas quando enviadas ao endereço profissional ou residencial do advogado, cadastrado no Conselho Seccional, sendo sua obrigação manter sempre atualizado seu cadastro, sob pena de se considerar validamente notificado” (Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.008654-8/SCA-PTU, Relator: Conselheiro Federal Ulisses Rabaneda dos Santos (MT), Jedson Marchesi Maioli, Relator *ad hoc*, Ementa n. 068/2021/SCA-PTU, j. em 28.06.2021, DEOAB, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 6).

<sup>22</sup> As demais notificações no curso do processo disciplinar serão feitas através de correspondência, na forma prevista no *caput* do art. 137-D do RGEAOAB, ou através de publicação na imprensa oficial do Estado ou da União, quando se tratar de processo em trâmite perante o Conselho Federal, devendo, as publicações, observarem que o nome do Representado deverá ser substituído pelas suas respectivas iniciais, indicando-se o nome completo do seu procurador ou o seu, na condição de advogado, quando postular em causa própria (art. 137-D, § 4º, RGEAOAB).

<sup>23</sup> “Notificações nos processos disciplinares da OAB. Art. 69 do EAOAB e art. 137D do Regulamento Geral. Inexistência de obrigação legal à notificação por correspondência de forma pessoal. Jurisprudência pacífica do Conselho Federal da OAB nesse sentido” (Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.008654-8/SCA-PTU, Relator: Conselheiro Federal Ulisses Rabaneda dos Santos (MT), Jedson Marchesi Maioli, Relator *ad hoc*, Ementa n. 068/2021/SCA-PTU, j. em 28.06.2021, DEOAB, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 6).

de que se trate de matéria disciplinar, constando apenas o nome completo do advogado, o seu número de inscrição e a observação de que ele deverá comparecer à sede do Conselho Seccional ou da Subseção para tratar de assunto de seu interesse (art. 137-D, § 3º, RGEAOAB).

## 7 REVELIA

Se o Representado não for encontrado ou ficar revel, o Presidente (do Conselho Seccional, da Subseção ou do TED, conforme o caso) designar-lhe-á defensor dativo (art. 73, § 4º, EAOAB; art. 59, § 2º, CED-OAB)<sup>24</sup>.

Após a decretação da revelia do advogado regularmente notificado e a nomeação de defensor dativo para patrocinar sua defesa, torna-se desnecessária a notificação feita diretamente a parte no processo disciplinar, pois sua defesa passará a ser patrocinada por defensor dativo, na pessoa de quem deverá ser notificado dos atos processuais a partir da decretação da revelia<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 2º do art. 18 do Regimento Interno do TED. Sobre a relevância da atuação do defensor dativo no processo ético-disciplinar, confira-se o seguinte julgado do CFOAB: “Recurso ao Conselho Federal. Intempestividade. Perda de prazo. Defensor dativo que, após assinar termo de compromisso, faz carga dos autos e só os restitui após quase um ano, interpondo recurso ao Conselho Federal de forma intempestiva. No caso dos autos, o dia a quo para interposição do recurso deu-se a partir do dia útil seguinte ao da assinatura do termo de compromisso pelo defensor dativo. As exigências maiores que se fazem ao defensor dativo, de usar ambas oportunidades de defesa (inclusive interposição de recurso), decorrem justamente de não ter sido ele escolhido pela parte, de não gozar de sua confiança e assim precisar justificar legal e faticamente o empenho máximo. Deve agir, pois, de forma diligente, a evitar prejuízos a interesses confiados a seu patrocínio, sob pena de se configurar infração disciplinar. Determinação de instauração de processo disciplinar para apurar a conduta do defensor dativo” (Recurso (ao CFOAB) 49.0000.2011.006928-0/SCA-TTU, Relator: Conselheiro Federal Ulisses César Martins de Sousa (MA), Relator “*ad hoc*”: Conselheiro Federal Délio Fortes Lins e Silva (DF), Ementa 038/2012/SCA-TTU, j. em 06.03.2012, *DOU* 11.04.2012, S. 1, p. 203/204).

<sup>25</sup> Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.008654-8/SCA-PTU, Relator: Conselheiro Federal Ulisses Rabaneda dos Santos (MT), Jedson Marchesi Maioli,

## 8 DEFESA PRÉVIA

O EAOAB assegura ao Representado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo em todos os termos, pessoalmente ou por intermédio de procurador, oferecendo defesa prévia após ser notificado (art. 73, § 1º).

O prazo de defesa prévia é de 15 (quinze) dias (art. 59, *caput*, CED-OAB), contados da data da notificação. Referido prazo pode ser prorrogado por motivo relevante, a juízo do relator (art. 73, § 3º, EAOAB).

A defesa prévia deve ser acompanhada dos documentos que possam instruí-la e do rol de testemunhas, até o limite de 5 (cinco) (art. 59, § 3º, CED-OAB)<sup>26</sup>.

## 9 DESPACHO SANEADOR

Oferecida a defesa prévia, o relator proferirá despacho saneador, no qual poderá se manifestar:

- a) pelo indeferimento liminar da representação; ou
- b) pela abertura da fase de instrução processual.

Caso o relator se manifeste pelo indeferimento liminar da representação, os autos serão encaminhados ao Presidente do Conselho Seccional, que decidirá sobre o arquivamento (art. 73, § 2º, EAOAB).

Se, no entanto, o relator entender que não é o caso de indeferimento liminar da representação, designará, se for o caso,

---

Relator *ad hoc*, Ementa n. 068/2021/SCA-PTU, j. em 28.06.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 6. Em sendo observado o referido procedimento, não há que se falar em qualquer nulidade processual.

<sup>26</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 3º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

audiência para oitiva do Representante, do Representado e das testemunhas (art. 59, § 3º, CED-OAB)<sup>27</sup>.

## 10 INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O Representante e o Representado incumbir-se-ão do comparecimento de suas testemunhas, salvo se, ao apresentarem o respectivo rol, requererem, por motivo justificado, sejam elas notificadas a comparecer à audiência de instrução do processo (art. 59, § 4º, CED-OAB)<sup>28</sup>.

O relator pode determinar a realização de diligências que julgar convenientes<sup>29</sup>, cumprindo-lhe dar andamento ao processo, de modo que este se desenvolva por impulso oficial (art. 59, § 5º, CED-OAB)<sup>30</sup>.

O relator somente indeferirá a produção de determinado meio de prova quando esse for ilícito, impertinente, desnecessário ou protelatório, devendo fazê-lo fundamentadamente (art. 59, § 6º, CED-OAB)<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 3º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

<sup>28</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 4º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

<sup>29</sup> “A ausência de oportunidade de o advogado se manifestar sobre documentos que venham a ser juntados aos autos, de ofício, e que influenciam na formação da convicção do julgador, configura violação ao contraditório” (Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.008778-8/SCA-PTU. Relator: Conselheiro Federal João Tota Soares de Figueiredo Filho (AC), Ementa n. 080/2021/SCA-PTU, j. em 16.08.2021, DEOAB, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 8).

<sup>30</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 5º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

<sup>31</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 6º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

## 11 PARECER PRELIMINAR

Concluída a instrução, o relator profere parecer preliminar, a ser submetido ao TED (art. 73, *caput*, EAOAB), dando enquadramento legal aos fatos imputados ao Representado (art. 59, § 7º, CED-OAB)<sup>32</sup>.

## 12 RAZÕES FINAIS

Após o parecer preliminar, abre-se prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, ao interessado e ao representado, para apresentação de razões finais (art. 59, § 8º, CED-OAB com a redação dada pela Resolução n. 9/2021, do CFOAB).

Como se vê, apesar do § 1º do art. 73 do EAOAB só mencionar as razões finais do Representado, os demais interessados (o Representante, por exemplo) também podem apresentar razões finais.

As razões finais constituem fase imprescindível do processo, em que é assegurada às partes a efetiva manifestação sobre as provas produzidas no curso da instrução processual e, no caso do advogado, a última oportunidade de sustentar eventuais alegações acerca da improcedência da representação<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 7º do art. 18 do Regimento Interno do TED.

<sup>33</sup> “A ausência de juntada das competentes alegações finais é caso de nulidade absoluta, por ofensa à garantia constitucional da ampla defesa, assegurada pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Recurso provido para declarar a nulidade absoluta do processo disciplinar desde a fase suprimida, bem como reconhecer o implemento da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 43 do Estatuto da Advocacia e da OAB” (Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2020.008506-1/SCA-PTU, Relator: Conselheiro Federal Flávio Pansieri (PR), Ementa n. 066/2021/SCA-PTU, j. em 28.06.2021, DEOAB, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 5). No mesmo sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2021.001186-6/SCA-TTU, Relator: Conselheiro Federal Helder José Freitas de Lima Ferreira (AP), Ementa n. 076/2021/SCA-TTU, j. em 16.08.2021, DEOAB, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 32).

### 13 DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Transcorrido o prazo de apresentação de razões finais, os autos são encaminhados ao Presidente do TED, que designará, por sorteio, relator para proferir voto (art. 60, *caput*, CED-OAB).

Se o processo já estiver tramitando perante o TED ou perante o Conselho competente, o relator não pode ser o mesmo designado na fase de instrução (art. 60, § 1º, CED-OAB)<sup>34</sup>.

### 14 INCLUSÃO DO PROCESSO NA PAUTA DE JULGAMENTO

A Secretaria do TED incluirá o processo em pauta na primeira sessão de julgamento após a distribuição ao relator (art. 60, § 2º, CED-OAB)<sup>35</sup>.

Note-se que, de acordo com a legislação, a inclusão do processo na pauta de julgamento não se dá após a devolução dos autos pelo relator com seu voto: o relator é que deverá preparar seu voto de modo a que esteja pronto na data da sessão designada pela Secretaria do TED.

A pauta de julgamentos do Tribunal é publicada no Diário Eletrônico da OAB e no quadro de avisos gerais, na sede do Conselho Seccional (art. 75, CED-OAB).

O Representante e o Representado devem ser notificados pela Secretaria do TED, com 15 (quinze) dias de antecedência, para comparecerem à sessão de julgamento (art. 60, § 3º, CED-OAB)<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> No mesmo sentido é o disposto no *caput* e no § 1º do art. 19 do Regimento Interno do TED.

<sup>35</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 2º do art. 19 do Regimento Interno do TED.

<sup>36</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do TED.

## 15 SESSÃO DE JULGAMENTO

Para que sessão de julgamento ocorra, faz-se necessário, primeiramente, verificar o chamado “quórum de instalação” (ou “de abertura”), que consiste no número mínimo de julgadores presentes para que a sessão seja instalada.

A legislação institucional da OAB não estabelece expressamente o quórum de instalação. Assim, salvo disposição em contrário, exige-se a presença da *maioria absoluta* dos membros do TED.

Ressalte-se, no entanto, que para a instalação de sessão de julgamento na qual se aprecie processo que possa levar à aplicação da pena de *exclusão* de inscrito<sup>37</sup> é necessário quórum de presença de 2/3 (*dois terços*) dos membros do Conselho Seccional competente (art. 108, *caput*, RGEAOAB)<sup>38</sup>.

Tendo sido preenchido o requisito do “quórum de instalação”, é iniciada a fase de julgamento de processos, devendo ser dada prioridade aos processos cujos interessados estiverem presentes à respectiva sessão (art. 75, CED-OAB).

O julgamento do processo inicia-se com a leitura do voto do relator.

Após o voto do relator, é facultada a sustentação oral pelo tempo de 15 (quinze) minutos, primeiro pelo Representante e, em seguida, pelo Representado (art. 60, § 4º, CED-OAB)<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> Arts. 11, inciso II; 35, inciso III; 38; 42; 74, EAOAB.

<sup>38</sup> O “Conselho Seccional competente” para punir disciplinarmente os inscritos na OAB é aquele em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal da OAB (art. 70, *caput*, EAOAB).

<sup>39</sup> No mesmo sentido é o disposto no § 4º do art. 19 do Regimento Interno do TED.

Note-se que, apesar do § 1º do art. 73 do EAOAB só mencionar a defesa oral do Representado, também o Representante possui tal direito nos termos do § 4º do art. 60 do CED-OAB.

Após as sustentações orais o Presidente do TED colherá os votos dos demais julgadores.

Para que haja a condenação, faz-se necessário o chamado “quórum de deliberação” (ou “de decisão”), que consiste no número mínimo de votos necessários para que ocorra a aplicação da sanção disciplinar.

A legislação institucional da OAB não estabelece expressamente o quórum de deliberação. Assim, salvo disposição em contrário, para que haja decisão condenatória exige-se o voto da *maioria simples*, isto é, mais da metade dos julgadores presentes na sessão.

Ressalte-se, no entanto, que para a aplicação da sanção disciplinar de *exclusão*, é necessária a manifestação favorável de 2/3 (*dois terços*) dos membros do Conselho Seccional (art. 38, parágrafo único, EAOAB)<sup>40</sup>.

## 16 LAVRATURA DO ACÓRDÃO

Do julgamento do processo disciplinar lavrar-se-á acórdão.

Do acórdão deverá constar, quando procedente a representação (art. 61, CED-OAB):

---

<sup>40</sup> Portanto, em se tratando de exclusão de advogado dos quadros da OAB, há necessidade de *duplo quórum qualificado*: um para a instalação da sessão de julgamento (art. 108, *caput*, RGEAOAB) e outro para a aplicação da pena (art. 38, parágrafo único, EAOAB). Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 17.0000.2019.018373-1/SCA-STU, Relator: Conselheiro Federal Marcello Terto e Silva (GO), Ementa n. 027/2021/SCA-STU, j. em 12.04.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 579, 14.04.2021, p. 15.



- a) o enquadramento legal da infração;
- b) a sanção aplicada;
- c) o quórum de instalação;
- d) o quórum de deliberação;
- e) a indicação de haver sido a decisão adotada com base no voto do relator ou em voto divergente;
- f) as circunstâncias agravantes ou atenuantes consideradas;  
e
- g) as razões determinantes de eventual conversão da censura aplicada em advertência sem registro nos assentamentos do inscrito.

O acórdão trará sempre a ementa, contendo a essência da decisão (art. 62, § 1º, CED-OAB).

O autor do voto divergente que tenha prevalecido figurará como redator para o acórdão (art. 62, § 1º, CED-OAB).

O voto condutor da decisão deverá ser lançado nos autos, com os seus fundamentos (art. 62, § 1º, CED-OAB).

O voto divergente, ainda que vencido, deverá ter seus fundamentos lançados nos autos, em voto escrito ou em transcrição na ata de julgamento do voto oral proferido, com seus fundamentos (art. 62, § 1º, CED-OAB).

O Tribunal de Ética e Disciplina deve dar conhecimento de todas as suas decisões ao Conselho Seccional, para que determine periodicamente a publicação de seus julgados (art. 67, parágrafo único, CED-OAB).

## 17 RECURSOS

### 17.1 RECURSOS INOMINADOS

Das decisões proferidas pelo Tribunal de Ética e Disciplina cabe recurso ao plenário ou órgão especial equivalente do Conselho Seccional (art. 76, EAOAB; art. 144, *caput*, RGEAOAB). Tal recurso, que pode ser interposto pelos interessados, rege-se pelas disposições do EAOAB, do Regulamento Geral e do Regimento Interno do Conselho Seccional (art. 67, *caput*, CED-OAB)<sup>41</sup>.

Das decisões definitivas<sup>42</sup> proferidas pelo Conselho Seccional cabe recurso ao Conselho Federal da OAB, quando tais decisões: (i) não tenham sido unânimes ou (ii), sendo unânimes, contrariem o EAOAB, decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional e, ainda, o regulamento geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos (art. 75, *caput*, EAOAB)<sup>43</sup>. Tal recurso pode ser interposto

---

<sup>41</sup> O Regulamento Geral disciplina o cabimento de recursos específicos, no âmbito de cada órgão julgador (art. 77, parágrafo único, EAOAB). O Regulamento Geral, por sua vez, estabelece: “O Regimento Interno do Conselho Seccional disciplina o cabimento dos recursos no âmbito de cada órgão julgador” (art. 144, parágrafo único, RGEAOAB).

<sup>42</sup> Decisão que determina a suspensão preventiva de advogado (art. 70, § 3º, EAOAB) não é definitiva, não desafiando recurso ao Conselho Federal da OAB. Nesse sentido são, dentre outras, as seguintes decisões do CFOAB: Recurso n. 22.0000.2019.007416-0/SCA-STU, Relator: Conselheiro Federal Vitor Lisboa Oliveira (SE), Ementa n. 087/2020/SCA-STU, j. em 15.12.2020, *DEOAB*, a. 2, n. 498, 16.12.2020, p. 10; Recurso n. 16.0000.2020.000024-5/SCA-STU, Relator: Conselheiro Federal Emerson Luis Delgado Gomes (RR), Ementa n. 059/2021/SCA-STU, j. em 28.06.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 17; Recurso n. 24.0000.2020.000050-8/SCA-STU, Relatora: Conselheira Federal Andreyra Lorena Santos Macêdo (PI), Ementa n. 062/2021/SCA-STU, j. em 28.06.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 632, 30.06.2021, p. 18. Também não é definitiva a decisão seccional de instauração ou recebimento de processo disciplinar, que é de natureza processual, interlocutória. Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2016.010248-7/OEP, Relator para o acórdão: Conselheiro Federal João Luis Lôbo Silva (AL), Ementa n. 036/2021/OEP, j. em 10.12.2019, *DEOAB*, a. 3, n. 648, 22.07.2021, p. 1.

<sup>43</sup> Não cabe recurso ao CFOAB para mero reexame de matéria fática. Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 16.0000.2020.000063-4/SCA-STU, Relatora: Conselheira

pelos interessados e, ainda, pelo Presidente do Conselho Seccional (art. 75, parágrafo único, EAOAB).

Os recursos são dirigidos ao órgão julgador superior competente, mas interpostos perante a autoridade ou órgão que proferiu a decisão recorrida (art. 138, *caput*, RGEAOAB).

O juízo de admissibilidade é do relator do órgão julgador a que se dirige o recurso, não podendo a autoridade ou órgão recorrido rejeitar o encaminhamento (art. 138, § 1º, RGEAOAB).

Tais recursos têm *efeito suspensivo*, exceto quando tratarem de suspensão preventiva decidida pelo Tribunal de Ética e Disciplina<sup>44</sup> e de cancelamento da inscrição obtida com falsa prova<sup>45</sup> (art. 77, *caput*, EAOAB; art. 138, § 2º, RGEAOAB).

## 17.2 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

O Regulamento Geral prevê a possibilidade de interposição de embargos de declaração no âmbito do processo disciplinar (art. 138, *caput*), mas não menciona as hipóteses de seu cabimento.

Em razão desse silêncio, entendemos ser cabível tal modalidade recursal nas situações indicadas no art. 1.022 do Código de Processo Civil – CPC (Lei n. 13.105, de 16.03.2015), isto é, quando a decisão do órgão julgador incorrer nos seguintes vícios: (i) obscuridade; (ii) contradição; (iii) omissão; e (iv) erro material.

Os embargos de declaração são dirigidos ao relator da decisão recorrida, que lhes pode negar seguimento, fundamentadamente, se

---

Federal Sandra Krieger Gonçalves (RS), Ementa n. 072/2021/SCA-STU, j. em 16.08.2021, DEOAB, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 20.

<sup>44</sup> Art. 70, § 3º, EAOAB.

<sup>45</sup> Art. 34, inciso XXVI c/c art. 38, inciso II, EAOAB.

os tiver por manifestamente protelatórios, intempestivos ou carentes dos pressupostos legais para interposição (art. 138, § 3º, RGEAOAB).

Admitindo os embargos de declaração, o relator os colocará em mesa para julgamento, independentemente de inclusão em pauta ou publicação, na primeira sessão seguinte, salvo justificado impedimento (art. 138, § 4º, RGEAOAB).

Não cabe recurso contra as decisões que admitem os embargos de declaração ou que lhes nega seguimento (art. 138, § 5º, RGEAOAB).

Os embargos de declaração têm *efeito suspensivo* (art. 138, § 2º, RGEAOAB).

## **18 COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SECCIONAL**

A decisão condenatória irrecorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o Representado tenha inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos (art. 35, parágrafo único c/c art. 70, § 2º, EAOAB).

Ressalte-se que se a pena de censura (art. 35, inciso I, EAOAB) tiver sido convertida em advertência, não haverá registro nos assentamentos do inscrito (art. 36, parágrafo único, EAOAB).

## **19 AUTONOMIA DAS INSTÂNCIAS**

O art. 71 do EAOAB estabelece: “A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes”.

Referida disposição reconhece a autonomia das instâncias administrativa e penal. Assim, a absolvição em processo disciplinar não impede conclusão diversa no processo judicial<sup>46</sup>.

A recíproca é igualmente verdadeira: a absolvição em processo criminal em razão da desistência pelo ofendido de representação, por exemplo, não enseja necessariamente absolvição em processo ético disciplinar<sup>47</sup>.

## **20 REVISÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR**

É também permitida a revisão do processo disciplinar, por erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova (art. 73, § 5º, EAOAB).

A revisão de processo disciplinar é ação de natureza autônoma que visa à desconstituição da coisa julgada administrativa, somente sendo admitida nas hipóteses taxativamente previstas no § 5º do art. 73 do EAOAB<sup>48</sup>.

A legitimidade para requerer a revisão é do advogado punido com a sanção disciplinar (art. 68, § 1º, CED-OAB).

---

<sup>46</sup> Nesse sentido: STF, HC 76157/SP, Rel. Min. Moreira Alves, 1ª Turma, j. em 25.08.1998, *DJ* 23.10.1998, p. 3. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ: RHC 10.450/SP, Rel. Min. Edson Vidigal, 5ª Turma, j. em 15.02.2001, *DJ* 26.03.2001, p. 436; RHC 14.893/SC, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 5ª Turma, j. em 23.03.2004, *DJ* 24.05.2004, p. 289; RHC 16.116/RO, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, j. em 23.06.2004, *DJ* 09.08.2004, p. 277; RHC 14.773/SP, Rel. Min. Felix Fischer, 5ª Turma, j. em 17.08.2004, *DJ* 20.09.2004, p. 304.

<sup>47</sup> Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 49.0000.2019.002500-9/SCA-STU, Relatora: Conselheira Federal Andreyra Lorena Santos Macêdo (PI), Ementa n. 108/2019/SCA-STU, j. em 20.08.2019, *DEOAB*, a. 1, n. 167, 27.8.2019, p. 33.

<sup>48</sup> Pedido de Revisão n. 16.0000.2021.000111-2/SCA, Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ), Ementa n. 010/2021/SCA, j. em 16.08.2021, *DEOAB*, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 2. Sobre o tema: "Revisão de processo disciplinar não é sucedâneo processual de recurso não interposto no momento processual oportuno" (Recurso (ao CFOAB) n. 0498/2006/SCA e 01 Apenso - 1ª Turma, Relator: Conselheiro Federal Reginaldo Santos Furtado (PI), Ementa n. 051/2007/1ªT-SCA, j. em 18.06.2007, *DJ* 14.09.2007, p. 1148, S1).

A competência para processar e julgar o processo de revisão é do órgão de que emanou a condenação final (art. 68, § 2º, CED-OAB)<sup>49</sup>.

A revisão observa, no que couber, o procedimento do processo disciplinar (art. 68, § 4º, CED-OAB).

O pedido de revisão terá autuação própria, devendo os autos respectivos ser apensados aos do processo disciplinar a que se refira (art. 68, § 5º, CED-OAB).

O pedido de revisão não suspende os efeitos da decisão condenatória, salvo quando o relator, ante a relevância dos fundamentos e o risco de consequências irreparáveis para o requerente, conceder tutela cautelar para que se suspenda a execução (art. 68, § 6º, CED-OAB).

O Representante somente será notificado para integrar o processo de revisão quando o relator entender que deste poderá resultar dano ao interesse jurídico que haja motivado a representação (art. 68, § 7º, CED-OAB).

## 21 NULIDADES

O reconhecimento de nulidade nos processos ético-disciplinares da OAB pressupõe a existência de efetivo prejuízo à defesa, prevalecendo a instrumentalidade do processo sobre o formalismo processual.

Portanto, se um ato processual atinge sua finalidade, a eventual inobservância de alguma formalidade legal não é suficiente

---

<sup>49</sup> Quando o órgão competente for o Conselho Federal da OAB, a revisão processar-se-á perante a Segunda Câmara, reunida em sessão plenária (art. 68, § 3º, CED-OAB).

para declaração de sua nulidade, especialmente quando não restar demonstrado ter havido prejuízo à defesa<sup>50</sup>.

## 22 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

A Resolução n. 04/2020, do CFOAB, acrescentou o art. 58-A ao CED-OAB, com a seguinte redação, permitindo que, nos casos de infração ético-disciplinar punível com censura, seja celebrado *termo de ajustamento de conduta*, se o fato apurado não tiver gerado repercussão negativa à advocacia, que, nos termos do parágrafo único do citado artigo, deveria ser regulamentado em provimento do CFOAB.

O Provimento n. 200/2020 regulamentou o referido termo de ajustamento de conduta, merecendo destaque o disposto em seu art. 2º, que exige, para a celebração de TAC, o preenchimento de 4 (quatro) requisitos:

- a) que a infração ético-disciplinar seja punível com censura (art. 36, EAOAB);
- b) que o fato apurado não tenha gerado repercussão negativa à advocacia (art. 70, § 3º, EAOAB);
- c) que o advogado não tenha contra si condenação transitada em julgado por representação ético-disciplinar, e
- d) que não seja imputada ao advogado a prática de mais de uma infração ético-disciplinar ou conduta que caracterize violação simultânea de outros dispositivos do Estatuto da Advocacia e da OAB.

---

<sup>50</sup> Nesse sentido: Recurso (ao CFOAB) n. 16.0000.2020.000063-4/SCA-STU, Relatora: Conselheira Federal Sandra Krieger Gonçalves (RS), Ementa n. 072/2021/SCA-STU, j. em 16.08.2021, DEOAB, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 20; Recurso (ao CFOAB) n. 24.0000.2020.000056-5/SCA-STU. Relatora: Conselheira Federal Daniela Lima de Andrade Borges (BA), Ementa n. 070/2021/SCA-STU, j. em 16.08.2021, DEOAB, a. 3, n. 667, 18.08.2021, p. 19.

## 23 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou sistematizar a legislação atualmente em vigor sobre o procedimento administrativo disciplinar aplicável às infrações éticas relacionadas ao exercício das atividades inerentes à advocacia.

Esperamos que este despretensioso trabalho possa ter alguma utilidade para os profissionais que atuam junto aos Tribunais de Ética e Disciplina dos Conselhos Seccionais da OAB.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de Almeida; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. **Ética e direito**: uma perspectiva integrada. São Paulo: Atlas, 2002.

ANDRADE, José Alfredo Ferreira de. **Estudos sobre temas jurídicos**. Manaus: Edição do Autor, 2013.

BIELA JR. **Curso de ética profissional para advogados**: de acordo com o novo código de ética, como Novo CPC e com as súmulas do Conselho Federal da OAB. 5. ed. São Paulo: LTr, 2018.

GARCIA, Ismar Estulano; PIMENTA, Ismara Estulano. **Comentários ao novo código de ética e disciplina da OAB**. Goiânia: AB, 2016.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **Comentários ao código de ética e disciplina da OAB**: análise do Código de 2015, pelo relator do anteprojeto e da sistematização final do texto. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos, n. 177).

VIEIRA, Hélio; CERNOV, Zênia. **Estatuto, regulamento geral e código de ética da OAB**: interpretados artigo por artigo. São Paulo: LTr, 2016.



# O PROVIMENTO 205/2021 CFOAB EM ANÁLISE PRÁTICA SOBRE A PUBLICIDADE DA ADVOCACIA BRASILEIRA

*Daniel Marcelo Benvenuto de Sales\**

## 1 INTRODUÇÃO

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é órgão máximo do sistema OAB e é responsável pela alteração no Código de Ética e Disciplina, além de criar e alterar os Provimentos nacionais, a fim de instituir ou modificar normas de sentido regulamentar e mandatário, a bem do livre exercício da advocacia nacional.

Nesse íterim, veio em 15 de julho de 2021 a editar o Provimento 205/2021 com a finalidade objetiva de atualizar o Provimento 94/2000, que não conseguiu acompanhar a dinamicidade com que as relações aconteceram ao longo do século XXI, quanto a publicidade da Advocacia, buscando aclarar as inquietações e pacificar as práticas dos advogados e advogadas, em todas as plataformas

---

\* Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Paulista (UNIP), Advogado, conselheiro seccional da OAB-AM (2019-2021), Especialista em Direito Tributário (LFG), Mestre em Direito Tributário (UCA-Buenos Aires), Mestrando em Educação (UNILASALLE CANOAS-RS), Professor Universitário, Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

físicas e digitais, pretendendo se integrar ao marco da publicidade nos meios digitais no novo tempo.

Havendo interpretações variadas sobre o que a norma pretendia disciplinar, nos debruçamos sobre o texto, fazendo uma análise com base na Hermenêutica filosófica para tentar identificar seu sentido de existir, e ao término apresentar sugestões quanto a sua aplicação prática e seu limite de abrangência, sem, contudo, a pretensão de exaurir o tema, apenas se colocando pronto a contribuir com o debate.

## **2 A EDIÇÃO DO PROVIMENTO 205/2021, A PARTIR DA ÓTICA DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE ÉTICA**

A presente sugestão de modificação dos provimentos, é fruto de amplos debates entre o colégio de presidentes dos tribunais de ética do Brasil, e o conselho federal, visando a modernização da regulamentação da publicidade e atentando para aprimorar o trabalho até então vigente, no provimento 94/2000.

Com claro objetivo de caminhar com alguma segurança sobre o tema, considerando que a advocacia do Século XXI, conta com mais de um milhão e trezentos mil advogados, e em virtude da esperada Revolução 4.0, na construção simbiótica do homem pós humano, com a inteiração homem máquina, que a sociedade já começou a conhecer, e foi brutalmente expandida com o advento pandêmico do isolamento imposto pela Covid-19.

Na prática com o fechamento das cidades e apenas em alguns locais do País com a inclusão da Advocacia como atividade essencial e indispensável ao exercício da justiça, ocorreu uma corrida para as redes sociais de forma indiscriminada, e as regras, não muito bem estabelecidas, geram grande confusão, e uma grande quantidade de representações junto aos tribunais de ética pelo País, portanto, sendo

objeto de muitas deliberações por parte dos presidentes das cortes em suas reuniões colegiadas.

Deliberou-se, portanto, a necessária e imediata pauta de modificação, tendo em conta que as múltiplas ferramentas do acervo digital passaram a participar do dia a dia da advocacia, e não se poderia mais ignorar tal realidade, pela ausência de normas técnicas claras, contando apenas com boa vontade e com a subjetividade da norma vigente, foi necessário começar a mudança a partir de diálogos sérios e comprometidos com o melhor para advocacia.

Importante assentar o conteúdo de abrangência do texto normativo Provimento 205/2021, que está descrito em seu preâmbulo.

Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.<sup>1</sup> (grifo nosso)

Faz-se necessário grifar, para que nos atenhamos concretamente aos objetivos desse Provimento, todos estando em sinergia absoluta com a Publicidade e a informação da Advocacia.

### 3 DA ANÁLISE SINCRÉTICA SOBRE O TEXTO LEGAL

Foi definido o objetivo do provimento em seu art. 1º já expondo os caminhos pelos quais a norma transitaria, nominando o Marketing jurídico como forma de conectar a advocacia, estabelecendo para tanto, os limites principiológicos trazidos pelo Estatuto da Advocacia, pelo Regimento Geral e pelo Código de Ética e Disciplina.

Por respeito ao leitor, esclarecemos que tais legislações tem por sua função essencial trabalhar parâmetros de atuação geral sobre a advocacia, bem como tutelar comportamentos e determinar de forma

---

<sup>1</sup> <https://www.conjur.com.br/dl/provimento-2052021.pdf>

cogente, uma postura sóbria para manutenção da Dignidade da Advocacia, como standard ao atingimento da justiça, e como valor bussolar as condutas do advogado (a) no seu trato com a sociedade brasileira.

A construção das locuções segue um padrão claro, com intenção de manter o tema em seu foco principal que é regulamentar as informações e Marketing jurídico, descrevendo, definindo e construindo predicativos e consequências para os sujeitos que optarem pela Publicidade em descompasso com o ordenamento jurídico da Ordem.

O texto passa a edificar uma dinâmica voltada a estratificar todos os possíveis comportamentos com relação ao marketing, a publicidade ativa, e os impulsionamentos sejam virtuais ou físicos, com clara intenção em gerar norma capaz de conectar premissas básicas ao advogado para utilização de sua captação de clientela.

Importante frisar, a intenção da norma que estabelece em detalhes os conceitos do que se pretende normatizar, para que não restem dúvidas.

Art. 2º Para fins deste provimento devem ser observados os seguintes conceitos:

I-Marketing jurídico: Especialização do marketing destinada aos profissionais da área jurídica, consistente na utilização de estratégias planejadas para alcançar objetivos do exercício da advocacia;

II -Marketing de conteúdos jurídicos: estratégia de marketing que se utiliza da criação e da divulgação de conteúdos jurídicos, disponibilizados por meio de ferramentas de comunicação, voltada para informar o público e para a consolidação profissional do (a) advogado ou escritório de advocacia;

III-Publicidade: meio pelo qual se tornam públicas as informações a respeito de pessoas, ideias, serviços ou produtos, utilizando os meios de comunicação disponíveis, desde que não vedados pelo Código de Ética e Disciplina da Advocacia;

IV-Publicidade profissional: meio utilizado para tornar pública as informações atinentes ao exercício profissional, bem como os dados do perfil da pessoa física ou jurídica inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, utilizando os meios de comunicação disponíveis, desde que não vedados pelo Código de Ética e Disciplina da Advocacia;

V-Publicidade de conteúdos jurídicos:



divulgação destinada a levar ao conhecimento do público conteúdos jurídicos;

VI-Publicidade ativa:

divulgação capaz de atingir número indeterminado de pessoas, mesmo que elas não tenham buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados;

VII-Publicidade passiva: divulgação capaz de atingir somente público certo que tenha buscado informações acerca do anunciante ou dos temas anunciados, bem como por aqueles que concordem previamente com o recebimento do anúncio;

VIII-Captação de clientela: para fins deste provimento, é a utilização de mecanismos de marketing que, de forma ativa, independentemente do resultado obtido, se destinam a angariar clientes pela indução à contratação dos serviços ou estímulo do litígio, sem prejuízo do estabelecido no Código de Ética e Disciplina e regramentos próprios.

O conceito como já afirmado, nos esclarece o sentido e função social a qual se presta norma jurídica, não cabendo mínimas dúvidas quanto ao alcance e a extensão do instrumento.

Visa propor a tutela do equilíbrio e o resgate do bom senso, por vezes ultrapassado nas tentativas de construir uma imagem na advocacia que seja apenas baseada no mundo do Ter e não do Ser.

O apelo que segue no texto construído a muitas mãos pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais de Ética e Disciplina do Brasil e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil como seu órgão máximo para a confecção do aludido provimento, é ainda mais nítido quando chama a cabo, a discrição e sobriedade, figuras indispensáveis aos Advogados, e tão mal vistas pelas recente praticas nas redes sociais.

Art. 3ºA publicidade profissional deve ter caráter meramente informativo e primar pela **discrição e sobriedade**, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão, sendo vedadas as seguintes condutas:

I -referência, direta ou indireta, a valores de honorários, forma de pagamento, gratuidade ou descontos e reduções de preços como forma de captação de clientes;

II - divulgação de informações que possam induzir a erro ou causar dano a clientes, a outros (as) advogados(as) ou à sociedade;



III - anúncio de especialidades para as quais não possua título certificado ou notória especialização, nos termos do parágrafo único do art. 3º- A do Estatuto da Advocacia;

IV - utilização de orações ou expressões persuasivas, de auto engrandecimento ou de comparação;

V - distribuição de brindes, cartões de visita, material impresso e digital, apresentações dos serviços ou afins de maneira indiscriminada em locais públicos, presenciais ou virtuais, salvo em eventos de interesse jurídico.

§ 1º Entende-se por publicidade profissional sóbria, discreta e informativa a divulgação que, sem ostentação, torna público o perfil profissional e as informações atinentes ao exercício profissional, conforme estabelecido pelo § 1º, do art. 44, do Código de Ética e Disciplina, sem incitar diretamente ao litígio judicial, administrativo ou à contratação de serviços, sendo vedada a promoção pessoal.

§ 2º Os consultores e as sociedades de consultores em direito estrangeiro devidamente autorizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do Provimento n. 91/2000, somente poderão realizar o marketing jurídico com relação às suas atividades de consultoria em direito estrangeiro correspondente ao país ou Estado de origem do profissional interessado. Para esse fim, nas peças de caráter publicitário a sociedade acrescentará obrigatoriamente ao nome ou razão social que internacionalmente adote a expressão "Consultores em direito estrangeiro" (art. 4º do Provimento 91/2000). (grifo nosso)

A propositura em síntese é uma tentativa de resgate as diretrizes esculpidas pelo bom agir, tendo por conta em inúmeras vezes presenciarmos atuações de publicidades espantosas, em todos os meios e canais de comunicação.

E os exemplos são os mais variados de desobediência ao bom senso, colegas que mostram volumes de dinheiro e sugerem sua competência por haver conseguido alvarás de soltura, filmagens de abordagens em tribunais ou delegacias, publicações de liminares concedidas em juízos cíveis, trabalhistas e tributários, exibição de recursos financeiros ostentosos, e o malfazejo, "arrasta pra cima para saber como ser rico na advocacia".

Não existe fórmula mágica para uma advocacia exitosa, que vá além de muito estudo, muito respeito pela profissão e muito diálogo com as autoridades, e técnica jurídica, política e filosófica aplicada.

Ser um virtuoso (a) é seguramente o caminho para conseguir sucesso, em nenhum momento, Ter recursos financeiros ou bens, pode ser mais importante do que ter conteúdo jurídico e construir credibilidade para uma advocacia sóbria e respeitada.

Os termos muito bem observados pelo artigo terceiro, **discrição e sobriedade**, nos remetem aos valores caros a advocacia enquanto bastião de dignidade da justiça, não sendo permitidos aos advogados, deles se afastarem em nenhuma circunstância.

Continuando assim o provimento em todo seu percurso a demonstrar que trata com exclusividade da publicidade da advocacia, e que o faz, sempre dentro do compasso do Código de Ética e disciplina, que não poderia ser revogado por essa norma e segue determinando como agir de forma ampla e genérica, à medida que o provimento pretende fazê-lo de forma específica e direcionada. Vejamos:

Art. 4º No marketing de conteúdos jurídicos poderá ser utilizada a publicidade ativa ou passiva, desde que não esteja incutida a mercantilização, a captação de clientela ou o emprego excessivo de recursos financeiros, sendo admitida a utilização de anúncios, pagos ou não, nos meios de comunicação, exceto nos meios vedados pelo **art. 40 do Código de Ética e Disciplina** e desde que respeitados os limites impostos pelo inciso V do mesmo artigo e pelo Anexo Único deste provimento ...

§ 2º Na divulgação de imagem, vídeo ou áudio contendo atuação profissional, inclusive em audiências e sustentações orais, em processos judiciais ou administrativos, não alcançados por segredo de justiça, serão respeitados o sigilo e a dignidade profissional e vedada a referência ou menção a decisões judiciais e resultados de qualquer natureza obtidos em procedimentos que patrocina ou participa de alguma forma, ressalvada a hipótese de manifestação espontânea em caso coberto pela mídia. (grifo nosso)

Evidente que a edificação da epistola, gera natural desconforto ao comportamento habitual e desrespeitoso com que a advocacia tem se relacionado no mundo digital, em um confronto dos direitos e deveres, tem costumeiramente se disposto a fazer de qualquer

maneira sua publicidade, sendo comum encontrarmos decisões vitoriosas, alvarás de soltura ou sustentações orais de advogados propalando seus êxitos como nítido objetivo de captação irregular que fere de morte o Estatuto e o Código de Ética da profissão.

Art. 5º A publicidade profissional permite a utilização de anúncios, pagos ou não, nos meios de comunicação não vedados **pelo art. 40 do Código de Ética e Disciplina.**

§ 3º É permitida a participação do advogado ou da advogada em vídeos ao vivo ou gravados, na internet ou nas redes sociais, assim como em debates e palestras virtuais, desde que observadas as regras dos **arts. 42 e 43 do CED**, sendo vedada a utilização de casos concretos ou apresentação de resultados.

Mais uma vez, a norma se coloca clara na extensão de seu alcance, se colocando contra a prática corriqueira dos advogados, e reverenciando o CED como seu guia maior para trabalhar os conteúdos adequadamente.

Não de hoje, a abordagem nos impulsionamentos pagos ou não, ou a participação em Lives, palestras, eventos e afins, tem tomado como conotação inapropriada aos objetivos da advocacia, e por vezes sendo contumaz em violar e desafiar a legislação a ética e bom senso, que deveria ser a tônica da advocacia, mas que vive um ocaso no século XXI, com a inserção do Homem pós humano na interação com a máquina.

Art. 6º Fica vedada, na publicidade ativa, qualquer informação relativa às dimensões, qualidades ou estrutura física do escritório, assim como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atuação profissional.

Parágrafo único. Fica vedada em qualquer publicidade a ostentação de bens relativos ao exercício ou não da profissão, como uso de veículos, viagens, hospedagens e bens de consumo, bem como a menção à promessa de resultados ou a utilização de casos concretos para oferta de atuação profissional.



Chegamos ao ponto que gerou maior desconforto a sociedade da advocacia brasileira, confesso que compreendo perfeitamente o descontentamento, se analisarmos o texto apenas de forma recortada e fora de contexto.

Mas, como estamos fazendo a extração analítica do texto tudo passa a ter sentido claro e diferenciado. Deixamos evidente que o texto trata de Publicidade, e que as proibições sugeridas falam sobre a proibição de ostentação como **objeto hábil a justificar uma advocacia de sucesso.**

Temos exaustivas lições do CED com relação as possibilidades de tornar-se conhecido e público pela prática profissional, e em nenhuma delas a condição financeira ou pessoal do sujeito é levada em conta, mesmo porque, essa característica não sugere qualquer justificativa para ser considerado um bom profissional.

As opções legislativas para Publicidade sempre deixaram explícitas as regras de que podemos divulgar, nossa formação, títulos e diplomas desde que devidamente comprovados, nossa capacidade técnica voltada para os esclarecimentos de cunho técnico educacional, nunca houve qualquer menção a capacidade de amealhar fortuna.

Devemos atuar em palestras, conferências, podcasts, vídeo aulas, lives e entrevistas, sempre demonstrando natureza de esclarecimento educativo, não direcionado a promoção pessoal, somos intérpretes do tecido legislativo voltado a proteção da sociedade.

A advocacia não pode se resumir a bens materiais que tenham sido conquistados dentro ou fora do exercício do mister.

O que a norma pretende proibir, e o faz de forma professoral, é que a profissão se mantenha desvirtuada dos preceitos que a fundamentam, afinal, alguém conheceu Sobral Pinto por sua fortuna ou por seu talento cognitivo? O mesmo podemos dizer de Ruy Barbosa, Clóvis Bevilacqua, Pontes de Miranda e tantos outros que construíram com dignidade e talento nossa teia jurídica nacional.

Com a transformação das relações de comunicação e expansão digital as fronteiras e as distâncias se dissiparam, sendo assim, infelizmente as práticas inconsistentes saltaram aos olhos, e sem dúvida foi a pedra de toque das escolhas ao processo de confecção da normal Provimental.

Ficando cristalino como o sol, que a intenção legislativa promovida pelo art. 6º e seu parágrafo único, desafiam a vida privada nem de intimidade ou se colocam contrários a qualquer direito fundamental, ela proíbe que a vida privada ou a vida profissional sirvam para justificar uma captação indevida de clientela, tanto por isso, rogam ao bom senso em todos os seus artigos incisos e parágrafos, e misteriosamente sofrerem ataques organizados e com discursos distorcidos.

Seguindo mais adiante com o texto, sempre com o objetivo de gerar responsabilidade por sobre os atos vinculados a publicidade da advocacia, construindo soluções que prestigiem inclusive os modelos de advocacia da modernidade como o trabalho dos espaços de **COWORKING** com a autorização para o trabalho em coletivo, que prestigia a vanguarda, em suas relações complexas e dinâmicas.

Art. 9º. Fica criado o Comitê Regulador do Marketing Jurídico, de caráter consultivo, vinculado à Diretoria do Conselho Federal, que nomeará seus membros, com mandato concomitante ao da gestão, e será composto por:

I – 05 (cinco) Conselheiros(as) Federais, um(a) de cada região do país, indicados (as) pela Diretoria do CFOAB;

II – 01 (um) representante do Colégio de Presidentes de Seccionais.

III – 01 (um) representante indicado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais de Ética e Disciplina;

IV – 01 (um) representante indicado pela Coordenação Nacional de Fiscalização da Atividade Profissional da Advocacia; e

V – 01 (um) representante indicado pelo Colégio de Presidentes das Comissões da Jovem Advocacia.

§ 1º O Comitê Regulador do Marketing Jurídico se reunirá periodicamente para acompanhar a evolução dos critérios específicos sobre marketing, publicidade e informação na advocacia constantes do Anexo



Único deste provimento, podendo propor ao Conselho Federal a alteração, a supressão ou a inclusão de novos critérios e propostas de alteração do provimento.

§ 2º Com a finalidade de pacificar e unificar a interpretação dos temas pertinentes perante os Tribunais de Ética e Disciplina e Comissões de Fiscalização das Seccionais, o Comitê poderá propor ao Órgão Especial, com base nas disposições do Código de Ética e Disciplina e pelas demais disposições previstas neste provimento, sugestões de interpretação dos dispositivos sobre publicidade e informação.

O apontamento ético é tamanho, que não apenas cria a regra, mas gera competência para analisar os casos práticos e propor soluções de contingência no enfrentamento a norma no caso concreto.

O Conselho Federal construiu no próprio provimento quem serão os outorgados para efetuar análise com relação aos casos apresentados que advirão da aplicação dessa norma.

Qualificando os valores das ações desse grupo de trabalho pelo nível técnico dos personagens que irão compor a banca chamada de **Comitê Regulador do Marketing Jurídico**.

Não bastando regular materialmente a função social da norma jurídica, mas dispondo responsáveis técnicos a quem se deve submeter os casos existentes que possam amparar as melhores decisões que façam alusão a publicidade na advocacia.

Por fim a norma dispõe sobre a competência da Seccional de criação da Comissão de Fiscalização para que possa atuar diretamente esses casos relacionados a publicidade, e termina por revogar o Provimento 94/2000 já que passa a tratar sobre a publicidade na advocacia de forma privativa, e de acordo com as diretrizes do CED e do Estatuto da Advocacia, Lei 8.906/94.

#### 4 CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

Ao mergulharmos com atenção ao provimento fazendo as interpretações devidas e para além da ótica literal, recorrendo a hermenêutica e seus modelos interpretativos, percebemos que estamos diante de uma inovação que poderia certamente ser considerada um marco para Publicidade da Advocacia do Século XXI.

Um conjunto de predicados e adjetivos necessários a compreensão do significado de SER advogado em meio a era digital, e mais que isso, com a expansão do número de operadores do direito, os problemas se expandiram com a mesma intensidade que o número de bacharéis e novos advogados.

Todos à busca de encontrar seu lugar ao Sol, por vezes cometem falhas por não conhecer ou por não aceitar que estamos na era digital e a legislação não enfrentou as questões da comunicação da pós-modernidade de frente, restando apenas sucumbir ou enfrentar o antigo texto e desafiando, apostar na sorte ou na subjetividade interpretativa para não sofrer responsabilização pela suposta infração.

Em outros casos, é a análise do risco/proveito que se pode tirar da escolha pela prática incorreta, e contando mais uma vez com a subjetividade interpretativa que não depõe em favor de nenhuma segurança jurídica.

Ademais, existem ainda os colegas dispostos a fazer o errado, e quando optam por isso, não estando preocupados com a ética de suas condutas, ou com as consequências dos seus atos, buscam a satisfação imediata e tentam equivocadamente justificar o êxito profissional exclusivamente pela demonstração do acúmulo de bens materiais.

Reflexo evidente da escravidão da sociedade de consumo desenfreado, como a advocacia é exercida no seio social, por sua vez sofre com as chagas do capitalismo de consumo, tais práticas são

reproduzidas habitualmente e sem qualquer pudor por parte dos praticantes, muitos se quer conhecem os valores dos comportamentos éticos, e se importam apenas com a pronta chegada do sucesso a qualquer custo.

Construir credibilidade a partir de bens materiais, ou de discursos vazios da demonstração de fortuna, sejam elas fruto do trabalho como advogado ou de qualquer outra fonte lícita de renda, não contribuem em nada para o crescimento da dignidade da advocacia.

Muito pelo contrário, criam estigmas sociais, e fantasiam uma realidade triste, porque os que de fato têm êxito com sua advocacia, raramente tem tempo para ostentar sua fortuna, preferem sempre, mais qualificação profissional e reforço nos sólidos laços do conhecimento a demonstrar que tem isso ou aquilo.

Mesmo que estejamos vivendo em uma sociedade dos valores líquidos, é primordial mantermos os pés firmes em terrenos sólidos, e no mundo real os advogados e advogadas, precisam matar muitos leões por dia para conseguirem se manter com dignidade.

Devendo ser considerado ainda, que as oportunidades de Publicidade para advocacia devem prestigiar a todos de forma igualitária, caso contrário haveria uma clara demonstração de beneficiamento aos economicamente mais privilegiados, que costumeiramente, são os que podem bancar ações efusivas e campanhas mais ostensivas para uma promoção seja ela pessoal ou de sua banca advocatícia.

Por todo exposto, e pela análise detalhada do Provimento 205/2021 não há outra conclusão a chegar, salvo o reconhecimento do brilhantismo do texto, com claro interesse em padronizar o comportamento com relação a publicização da Advocacia Nacional.

O CFOAB e os demais órgãos técnicos que trabalharam para confecção e elaboração do projeto, foram de absoluta prudência e elegância inclusive na definição e no uso das palavras.

Buscando deixar um legado de qualidade prestando um serviço que vai além das fronteiras da Gestão atual, mas fica para posteridade e inaugura um tempo de pacificação no comportamento da publicidade e tentando conter a infinidade de maneiras incorretas de utilização da publicidade do marketing e da propaganda para desvirtuar os valores da advocacia.

Sendo evidente que toda a celeuma criada por sobre a norma, evidentemente se deu por uma leitura descontextualizada, ou por obra de algum interesse não revelado insatisfeito com a restrição que certamente lhe será imposta, e resolveu insurgir-se em grande escala, utilizando as ferramentas de comunicação de massa para atingir com opiniões pessoais, a seriedade e confiabilidade do trabalho criado no provimento.

Tanto portanto, conclui-se pela aplicabilidade e eficácia da norma, sendo concreto o seu sentido de combate a teratologia na prática da publicidade na advocacia.

Um chamado ao bom senso e a manutenção de comunicações e interações coesas que sejam baseadas nos valores concretos de uma advocacia digna de respeito, baseado na ética e na responsabilidade com os seus constituintes e coma sociedade brasileira.

# O COMPORTAMENTO ÉTICO DOS ADVOGADOS NAS REDES SOCIAIS

*Frank Figueiredo César\**

A OAB, através de seu Conselho Federal, no Provimento nº 94/2000, já estabeleceu claramente que advogados e escritórios de advocacia, podem manter sites e perfis em redes sociais desde que sejam estritamente de caráter informativo, e ainda, respeitadas as orientações do Capítulo VIII do Código de Ética da OAB, que determina que a publicidade do advogado deve ter caráter não comercial, ser discreta e sóbria, e a palavra chave é: MODERADA, e proíbe esforços de comunicação e marketing jurídico que configurem ações para captar clientes ou causas.

Nas palavras de Vítor Furtado, em artigo publicado no site da OAB-GO<sup>1</sup>:

O Código de Ética na verdade não só protege a categoria da concorrência desleal perante Bancas com maior poder financeiro, mas também protege os Advogados de si mesmos, da prática equivocada de ações que possam comprometer sua imagem profissional, como o disparo de e-mails para listas de empresas ou pessoas que nunca ouviram falar ou não conhecem o Advogado, distribuição de panfletos

---

\* Advogado especialista em Direito do Trabalho, processo do Trabalho e previdenciário. Especialista em Direito Civil e Processo Civil. Doutorando em Direito Civil pela Universidade de Buenos Aires/Argentina.

<sup>1</sup> <https://www.oabgo.org.br/oab/servicos/sistema-de-inteligencia-e-mercado/marketing-juridico-artigos/midias-sociais-na-advocacia-efetividade-estrategica-e-o-codigo-de-etica-da-oab>, acesso em 09/06/2020 as 20:00hs



nas ruas ou uma fachada exageradamente chamativa, pois tais práticas acabariam por minar a reputação do Advogado, associando sua imagem a um conjunto de signos negativos diretamente relacionados ao desespero para captação de clientes, desencadeando uma série padrão de deduções que levaria o potencial cliente a construir uma imagem prévia de falta de sucesso profissional por incompetência técnica, o que talvez não seria a realidade deste Advogado ou Escritório.

No art. 2º., da Resolução 94/2000, é esclarecido o que vem a ser a publicidade de caráter informativo, que deverá conter basicamente o nome e o número da inscrição do advogado, e no caso dos escritórios, seu número de registro assentados na seccional, seu endereço profissional (inclusive o *Google maps* com a melhor rota), horário de funcionamento, as especialidades, e eventualmente seus títulos acadêmicos. Pode ainda informar os componentes do escritório, sócios ou advogados empregados, as associações as quais pertencem, e até os idiomas as quais dominam, para informar ao público.

Recentemente nosso Conselho Federal da OAB, mais precisamente dia 29.06.2021, aprovou a alteração dos artigos 3º. e 4º. Que ainda será levada a votação final, permitindo o impulsionamento, o qual define que, é permitido o marketing jurídico, desde que exercido de forma compatível com os preceitos éticos e respeitadas as limitações impostas pelo Estatuto da Advocacia, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina pelo atual Provimento. Assim como em seu art. 4º. proposto, vejamos:

Art. 4º No marketing de conteúdos jurídicos poderá ser utilizada a publicidade ativa ou passiva, desde que não esteja incutida a mercantilização, captação de clientela ou o emprego excessivo de recursos financeiros, sendo admitida a utilização de anúncios, pagos ou não, nos meios de comunicação, exceto nos meios vedados pelo Art. 40 do Código de Ética e Disciplina e desde que respeitados os limites impostos pelo inciso V do mesmo artigo e pelo anexo deste provimento. (...)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> <https://www.migalhas.com.br/quentes/347760/oab-libera-impulsionamento-de-postagens-em-redes-sociais>, acesso em 05/07/2021 as 22:00h



A publicidade deve ser realizada com discrição e moderação, observado o disposto nos arts. 28, 30 e 31 do Código de Ética e Disciplina. Os anúncios de publicidade de serviços de advocacia devem sempre indicar o nome ou o nome social do advogado ou da sociedade de advogados com o respectivo número de inscrição ou de registro; devem, também, ser redigidos em português ou, se em outro idioma, fazer-se acompanhar da respectiva tradução. (NR. Ver Provimento n. 172/2016)

Mas, o provimento 94/2000 ainda prevê a possibilidade de malas diretas fechadas, como é na maioria das vezes, confundida com outro método aberto. Mas o que é a mala direta fechada? A própria resolução responde em seu art. 3º. § 2º: “As malas-diretas e os cartões de apresentação só podem ser fornecidos a colegas, clientes ou a pessoas que os solicitem ou os autorizem previamente”. Ou seja, se o visitante do site, se interesse em seus “posts”<sup>3</sup>, poderá, se assim desejar, se cadastrar para recebê-los rotineiramente. E para esclarecer melhor, post é todo o conteúdo que é postado na internet. Essa “mala direta”, passa a ser autorizada, por pares, clientes e público em geral, desde que autorizem previamente e concordem e receber as informações. Mas atenção, nunca deve ser dispersado na rede de maneira difusa, o que acarreta necessariamente a publicidade imoderada, com a possível captação indevida.

Escritórios de advocacia e advogados podem publicar conteúdos “informativos, educacionais e instrutivos”, bem como divulgar “patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural”. A divulgação das informações objetivas, relativas ao advogado ou à sociedade de advogados, *com modicidade*<sup>4</sup>, nos meios de comunicação escrita e eletrônica. Um desses meios, também, são os “blogs”, que podemos considerar como um canal pelo qual os advogados ou escritórios, irão escrever textos dos mais variados assuntos, dentro da área jurídica, com o objetivo principal de gerar tráfego para o seu site. Normalmente ele se encontra dentro do próprio

---

<sup>3</sup> Post é o conteúdo criado e publicado em alguma plataforma da internet. Essa publicação pode ter o formato de imagem, vídeo, texto, áudio ou todos eles juntos. As principais plataformas de publicação de posts são as redes sociais e os blogs. Sendo assim, post é todo o conteúdo que é postado na internet.

<sup>4</sup> Não exagerado; moderado, comedido, modesto.

site institucional da empresa e a geração de conteúdo por meio dele, faz com que o tráfego do site do advogado ou do escritório jurídico, aumente.

Mas atenção, Escritórios de advocacia e advogados precisam avaliar com atenção as vantagens e desvantagens das redes sociais como veículo de publicidade, recomenda-se antes de criar um perfil oficial nos meios virtuais, tais como: *Instagram, Facebook, Twiter, LinkedIn e YouTube*, podem acabar por infringir a ética do advogado. Bem sabemos que já há no mercado grandes empresas e especialistas em desenvolverem os sistemas das mais diversas plataformas online com características bastante diferentes, que muitas vezes trazem “know-how” de outros países, sem enquadrar-se a nossa realidade.

Entendo que neste caso, a principal função das redes sociais é a de colocar, ou melhor, aproximar a população (eventual cliente) ao profissional e escritórios de advocacia, sem contudo apresentar ostensivamente seus serviços, fazendo menção a casos concretos que tramitaram sob seu patrocínio, divulgação de valores dos serviços, sua gratuidade ou forma de pagamento; informações sobre as dimensões, qualidades ou estrutura do escritório; a auto promoção ou mesmo, utilização de meios promocionais típicos de atividade mercantil.

Mas, em “tempos modernos”, é cada vez maior o número de advogados noveis que, sem orientação, e pouco dedicados ao estudo da ética e disciplina, chegam ávidos ao mercado, utilizando o que não é permitido, ou mesmo ultrapassando o limite do permitido. Isto não impede a utilização das redes sociais, plenamente familiarizados, e de uso constante na vida dos jovens, mas, dentro dos limites estabelecidos pela OAB e na ausência ou dúvida, buscar as orientações dentro do próprio conselho de classe, em suas inúmeras comissões, dentre elas a do jovem advogado.

Evidentemente que as redes sociais podem cumprir muito bem esse papel, de “fazer-se conhecer” ou de “melhorar o que já se conhece”, o que as torna especialmente úteis para advogados em início de carreira e pequenos escritórios de advocacia. Para um advogado no início de carreira, que trabalha sozinho, um grupo no WhatsApp pode funcionar perfeitamente como um canal segmentado

e dirigido a um grupo específico para o qual presta serviços, ou de amigos que ainda não sabe que o mesmo já está advogando.

Isto é, praticar o *networking*, que nada mais é do que trabalhar a sua rede de contatos, seus colegas Advogados, seus amigos e parentes, e até mesmo os “conhecidos”. É uma ferramenta que vem ganhando cada vez mais destaque, ainda que não seja nova, e que viabiliza a construção de relações com pessoas do seu entorno profissional. Destaco que ouvir de um magnífico professor a seguinte frase: “O advogado nunca vai ao cliente, a regra é que, o cliente procure o Advogado”, que sinceramente discordo, pois combato esta frase com outra: “quem não é visto não é conhecido”.

O cenário atual com a crise do COVID-19, o isolamento social, a suspensão do funcionamento dos tribunais, traz a reboque toda sorte de desespero quanto a conquista de novos clientes para a classe de advogados. Mas nada justifica postar que em detrimento da pandemia, o “escritório estará prestando assistência jurídica gratuita aos desempregados do COVID-19” como se estivesse fazendo uma ação social, ou fazer doação de álcool em gel, e máscaras com o timbre do escritório.

De tudo, com as incertezas no campo trabalhista, no campo consumerista com o aumento de 300% nas compras “on line”, e outras tantas situações, como os inventários dos falecidos aos milhares pelo corona vírus, teve e tem a consequência, imediata de vários colegas advogados mais novos, passaram a utilizar as redes sociais, postando vídeos, imagens e textos emitindo recomendações e comentários, tirando dúvidas etc., com um fundo de “auto promoção”, e gerando uma eventual captação de clientes disfarçada.

Deve-se observar o art. 39, do Código de Ética e Disciplina, que veda terminantemente a utilização da publicidade profissional do direito para a captação de clientela ou a mercantilização da profissão. As redes sociais foram criadas para interação social, diminuir as distancias sociais, e oferecer maior informação, de forma rápida e acessível Para o Advogado, não se presta para a autopromoção, como final e postar a soltura de um cliente, se vangloriando da conquista (imagine a imagem do preso solto sendo exposta, como de fato foi, na



rede WhatsApp, através de um vídeo – filmagem do advogado-ocasião em que o causídico de mascarará e seu cliente sem, na saída do presídio, e perfaz todo o trajeto até terminar a “aventura”, com uma festa na casa do cliente, agora liberto, com direito a parabéns para o advogado).

O que eleva o respeito e a confiança do advogado, são dois princípios norteadores dos operadores do direito, a *discrição* e a *confiança*. Não a “ostentação desmedida”, a promessa de resultado, a exposição de imagem ostensivamente desnecessária, devemos deixar as vaidades de lado, e buscar adequar, enquanto não se modificam as regras contidas em nosso estatuto e em nosso código de ética e disciplina. Você confia em quem fala muito, e sempre se diz “o bom”? Ou confia naquele que os outros reconhecem pela competência e que nunca aparece mais que o processo?

Por fim, e não menos importante, temos os descuidos e desatenção no que os advogados postam, ou melhor “reencaminham”, ou melhor, “replicam o que leem sem atentar se é “fato ou fake”, se é plausível ou não, emitindo opiniões “Ctrl V”. Devemos evitar o humor crasso, o racismo, machismo ou outra conduta que ofenda, denigre, e magoe o leitor. Lembre-se do dever de urbanidade e cordialidade, e principalmente da boa educação, linguagem escorreita, com destaque para o sigilo do advogado-cliente e nunca comente a conduta profissional, ou as escolhas dos meios processuais de outro colega, pois o efeito inverso também é repugnante.

É necessário cuidar da ética para não anestesiarmos a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal. – Mário Sergio Cortella

# ÉTICA COMO VALOR NORMATIVO NA CONDUTA MORAL DO ADVOGADO

*Hamilton Gomes de Santana Neto\**

## 1 INTRODUÇÃO

O exercício da advocacia não é uma prática recente, havendo manifestação de seus traços nas mais antigas escrituras da humanidade.

A título de exemplo, na Bíblia, a figura do advogado, ou ao menos o seu mister, já se mostrava aparente, apesar da incipiência. Basta-se notar a conhecida história de Moisés, em Êxodo, no famoso episódio de apedrejamento de Maria Madalena, dentre outras passagens em que figuras Bíblicas já abordavam a defesa da pessoa num anseio pelo ideal de Justiça<sup>1</sup>.

Há quem diga que os primeiros traços da profissão teriam nascidos há, pelo menos, três milênios antes de Cristo, na região da

---

\* Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. - UFAM. Especialista em Direito Processual pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM. Especialista em Direitos Humanos pela Escola Superior de Advocacia do Amazonas - ESA-OAB/AM. Graduado pela Faculdade de Direito da UFAM. Técnico Judiciário em Assessoria de Desembargador do TJ/AM. hgsneto1994@gmail.com.

<sup>1</sup> BARBOSA, Júlio César Tadeu. *O que é Justiça*. São Paulo. Editora Brasiliense, 4ª edição, 1984.

Suméria, significando, numa visão elementar, a atividade para defesa de pessoas, direitos, bens e interesses<sup>2</sup>.

A par da discussão acerca da origem e do momento de sua aparição, tal prática ganhou notório destaque na Grécia antiga, através das clássicas histórias dos oradores, como Desmóstenes, que, defendendo os interesses das pessoas locais de Atenas, conquistou influência política à época<sup>3</sup>.

De se notar, portanto, que o exercício dos atributos da advocacia, para além da defesa de interesses individuais, carrega consigo nítida capacidade de empoderamento do discurso para afetar toda uma coletividade.

Não à toa, para Jürgen Habermas, o agir comunicativo fundamenta-se na força sem violência do discurso argumentativo<sup>4</sup>.

O labor do advogado, pelo discurso argumentativo, é, pois, sua grande ferramenta e, se malversada, pode causar danos consideráveis na medida em que lida com interesses humanos<sup>5</sup>.

Logo, a responsabilidade para com seu mister é de grande valia não só ao advogado, mas às partes que lhe confiam sua representação, surgindo, aqui, a questão acerca da ética e a importância desta como diretriz normativa a ser seguida pelos profissionais da advocacia através de condutas morais e responsáveis para com seu papel constitucional de função essencial à Justiça.

---

<sup>2</sup> LÔBO, PAULO LUIZ NETTO. *Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB*. São Paulo: Saraiva, 10ª ed., 2017, p. 19.

<sup>3</sup> ROSSI, João Baptista Prado. *Reflexões sobre a advocacia e a magistratura*. São Paulo: OAB-SP, 1990, p.15.

<sup>4</sup> HABERMAS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.24.

<sup>5</sup> *Desprezar os outros, ou seja, negar-lhes o respeito devido aos seres humanos em geral, é em todas as situações contrário ao dever, uma vez que se tratam de seres humanos [...] (KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009, p. 306)*

## **2 ÉTICA COMO NORMA/VALOR À ADVOCACIA**

Tratar de ética é missão que não esgota em si, pois adentra no campo das inúmeras concepções filosóficas do pensamento humano, fazendo surgir a famosa e subjetiva pergunta: o que é ética? E, para o presente estudo, a pergunta que interessa é: o que tal instituto teria a ver com a profissão de advogado?

Longe de traçar o que seja, em conceito hermético, o estudo da ética deve se preocupar em transmitir os pensamentos teóricos acerca das “melhores” condutas<sup>6</sup> para o plano pragmático, ou seja, o mundo dos fatos, norteado e construído por atos que, no caso do profissional da advocacia, devem ser morais e tomadas com responsabilidade social.

No estudo em apreço, o foco é analisar a importância de tal profissional do direito e os impactos de sua atuação na sociedade, destacando as condutas morais esperadas de tal categoria e ressaltando, ainda, o valor normativo de tais diretrizes.

Afinal, no mundo moderno, os “operadores do direito” devem ser vistos não mais como meros aplicadores de regras frias, mas como partes de um conjunto maior, onde as normas jurídicas se preocupam com o cenário fático (efetividade social) e buscam aspecto axiológico, valorativo (o bem comum, o ideal de Justiça).

Na visão de Max Scheler, toda e qualquer atividade humana, enquanto intencionalmente dirigida à realização de um valor, deve ser considerada conduta ética<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> “O termo *ethos*, ao lado de *pathos* e *logos*, designa, na Grécia clássica, uma das dimensões ontológicas fundamentais da vida humana. Ética constitui, além da doutrina do bom e do correto, da “melhor” conduta, a teoria do conhecimento e realização desse desiderato. (...)” (ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica*. Saraiva: 2002, pp. 185-186).

<sup>7</sup> SCHELER, Max. *Esencia y formas de la simpatía*. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 2004, p. 127.

Tal raciocínio serviu de base à obra de Miguel Reale, que há muito tempo já trazia a estrutura tridimensional do direito, na sua célebre concepção de que este é fato, norma e valor.

Para o professor, fatos, valores e normas se implicam e se exigem reciprocamente, o que se reflete também no momento em que o jurisperito (advogado, juiz ou administrador) interpreta uma norma ou regra de direito para dar-lhe aplicação<sup>8</sup>.

As normas éticas não envolvem apenas um juízo de valor sobre os comportamentos humanos, mas culminam na escolha de uma diretriz considerada obrigatória numa coletividade, razão pela qual, para além de meros preceitos éticos, são, pois, normas e, portanto, devem ser respeitadas<sup>9</sup>.

Assim, a advocacia, como profissão, não deve destoar de tais juízos de valores, devendo seguir as diretrizes morais de determinado grupo como verdadeiras normas, ou seja, com viés de observância, de obrigatoriedade frente ao corpo social.

Deve-se salientar que o campo da ética é deveras subjetivo, pois diz respeito ao sujeito humano. No entanto, tal característica não lhe tira o caráter normativo, muito porque, mesmo os preceitos principiológicos devem ser considerados na formação da norma.

De se notar, à guisa do tema, que, na visão de Eros Grau, norma seria gênero do qual são espécies as regras e os princípios<sup>10</sup>, fator que corrobora, ainda mais, o enquadramento da ética como, ao menos, integrante de uma norma de conduta social.

Ao plano concreto, portanto, o viés ético impulsiona a conduta moral que, na sociedade brasileira hodierna, deve ter como escopo a

---

<sup>8</sup> REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 66.

<sup>9</sup> REALE, Miguel. Op. Cit. p.33.

<sup>10</sup> GRAU, Roberto Eros. *O direito posto e o direito pressuposto*. Malheiros Editores Ltda. São Paulo, 1996, p. 19.



tutela dos direitos fundamentais, sendo estes verdadeiros direitos humanos positivados na ordem jurídica<sup>11</sup>.

Repise-se, a postura moral, ou seja, de probidade para com o coletivo, enaltece a advocacia em seu mister, principalmente no mundo moderno onde confiança é um dos valores mais caros nas relações interpessoais<sup>12</sup>.

Tal fato, ainda, ganha amplitude ao tratarmos da figura do advogado, notadamente por ser este considerado uma das “funções essenciais à justiça”, nos termos do art. 133 da Constituição Federal de 1988<sup>13</sup>.

Logo, o profissional da advocacia não se limita em sua pessoa, mas representa instrumento/função essencial ao ideal de justiça, razão pela qual seu protagonismo ganha impacto social relevante, sendo expressão, inclusive, da democracia local.

É que, como já ressaltado ao tratarmos dos oradores gregos, as atribuições dos patronos envolvem a defesa de interesses pessoais que, muitas das vezes, acabam por ganhar notório destaque com o discurso argumentativo que interessa, por óbvio, para além da relação jurídico-processual, refletindo, assim, na formação do regime democrático<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

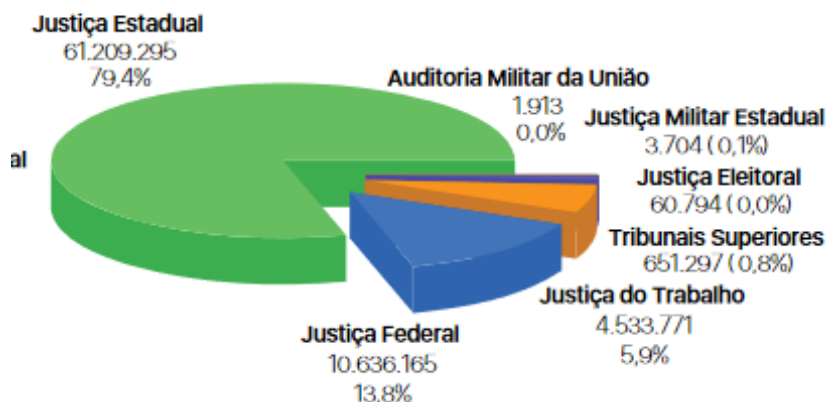
<sup>12</sup> (...)A confiança está basicamente vinculada, não ao risco, mas à contingência. A confiança sempre leva à conotação de credibilidade em face de resultados contingentes, digam estes respeito a ações de indivíduos ou à operação de sistemas. No caso de confiança em agentes humanos, a suposição de credibilidade envolve a atribuição de "probidade" (honra) ou amor. É por isto que a confiança em pessoas é psicologicamente conseqüente para o indivíduo que confia: é dado um refém moral à fortuna. (GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 35)

<sup>13</sup> Constituição Federal de 1988: Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

<sup>14</sup> RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes; CASAS MAIA, Maurílio. *A defensoria pública como expressão e instrumento do regime democrático*. In. *Democracia e constitucionalismo: riscos, pressões e resiliência*. Org. Rafael da Silva Menezes. 1 ed. Manaus/AM: Green Tree Books Edições Jurídicas, 2021.

Indo além da teoria, este raciocínio é corroborado diante do cenário fático de frenesi no número de demandas judiciais, confira-se o Relatório Justiça em Números mais atual, de 2020, do Conselho Nacional de Justiça:

**Figura 49: Casos pendentes, por ramo de justiça**



Fonte: Relatório Justiça em Números 2020 – CNJ

Ora, a expressiva quantidade de processos reflete, naturalmente, nas diversas searas sociais, razão pela qual as condutas coordenadas dos patronos podem, facilmente, influenciar práticas reiteradas de comportamentos.

Assim, espera-se por condutas morais, e não imorais, na medida em que a classe profissional detém notória capacidade de expressão através de seu mister em juízo.

Não obstante, a responsabilidade do patrono vai além de sua causa, transcendendo para a formação de uma categoria forte e com voz para mudar a realidade coletiva.

Assim, as condutas imorais, ou seja, às margens dos patamares éticos, representam ameaça potencial à sociedade e à

formação de seus pilares morais em busca da virtude na existência humana<sup>15</sup>, devendo o profissional ter consciência do impacto de sua atuação social e não se render apenas a interesses individuais ou que possam trazer prejuízos à estabilidade da comunidade.

### **3 A ÉTICA COMO TEORIA: MORAL COMO PRÁTICA**

Ao falar de ética e condutas morais, distinções devem ser feitas para não se confundir os pensamentos.

No primeiro olhar, moral se relaciona com a regência das condutas e regras de determinada coletividade, ou seja, são normas não escritas que indicam o que a pessoa deve ou não fazer naquele grupo social.

Assim, a depender da sociedade e do fator tempo, a moral varia.

Demais disso, a concepção de moral tem relação com a noção do “bem”. Tal pensamento teve como berço a Grécia antiga, entre os chamados estoicos e os epicuristas. Para aqueles, o “bem” consistiria na resignação, na virtude como única fonte da felicidade, ao passo que, para estes, a ideia do “bem” teria relação com o “prazer”<sup>16</sup>.

Longe de fechar o conceito, toma-se por base o conceito de “bem” como tudo aquilo que promove a pessoa de uma forma integral e integrada de modo que a moral favorece o direito positivo na medida em que lhe empresta valores<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> (...)A virtude, em Aristóteles, significa a ação. Significa uma prática, e não uma natureza. O homem virtuoso, portanto, é o homem ativo, que aprendeu pela prática.(...) (NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 59).

<sup>16</sup> NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 34ª ed. Rio de Janeiro:Forense, 2012, p.36.

<sup>17</sup> NADER, Paulo. Op. Cit., p.56.

Integral porque realiza a pessoa, e integrada porque condicionada aos interesses do próximo.

Logo, ao se estudar moralidade deve-se ter em mente um conjunto de valores que conduzem o comportamento, as decisões e as ações do ser humano em sociedade.

Ao revés, a ética é vista como universal, resultado do estudo de “diversas morais”, possuindo caráter imutável de um grupo social para outro.

De se salientar, ainda, que, para os chamados utilitaristas, a ética visaria a “maior felicidade”, não do próprio agente, mas ao maior número de pessoas envolvidas, sendo defendida a nobreza de caráter, avaliada e classificada de acordo com extensão de seus efeitos ao bem comum<sup>18</sup>.

Ao tratar da distinção entre ética e moral, Aristóteles ensina que ética só dependeria da vontade da pessoa e traça um paralelo com a concepção de virtude, sendo considerada um hábito que precisa ser cultivado, ou seja, exercido em sociedade<sup>19</sup>.

Assim, num breve quadro resumo, para não se alongar a temática, tem-se o cenário da distinção entre ética e moral da seguinte forma elementar:

*Ética estuda a Moral ----- Moral estuda os costumes*

*Ética é teoria ----- Moral é prática*

---

<sup>18</sup> BENTHAM, Jeremy. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 65.

<sup>19</sup> “(...)Na concepção aristotélica, a ética só depende da vontade da pessoa. Para distinguir entre virtudes intelectuais e virtudes morais, Aristóteles exemplifica de maneira ainda hoje clara e apreensível: ‘Não é, pois, por natureza, nem contrariando a natureza que as virtudes se geram em nós. Diga-se, antes, que somos adaptados por natureza a recebê-las e nos tornamos perfeitos pelo hábito’. (...)A virtude se obtém mediante o exercício: é um hábito. As aptidões, intelectuais ou físicas, são inatas. Para Aristóteles, a razão não basta. É preciso cultivar o hábito da virtude(...)”(NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009, p. 59).

Ética é o princípio ----- Moral é conduta  
Ética é objetiva ----- Moral é subjetiva  
Ética é permanente ----- Moral é temporal  
Ética é universal ----- Moral é cultural  
Ética é imutável ----- Moral é mutável  
Ética é “regra” ----- Moral é conduta da regra

Conforme já salientado, o estudo de tais pensamentos remontam a concepções filosóficas infundáveis, não sendo o alvo deste estudo, mas meio para se chegar à análise central, qual seja: a normatividade de condutas morais ao profissional advogado.

Como exemplo de atitude moral esperada do profissional da advocacia, tem-se a prestação de contas para com seu cliente, conduta já prevista em regra positiva, mas decorrente, também, de preceito ético norteador de boas práticas do agente<sup>20</sup>.

Vale ressaltar que o Código de Ética da OAB não é tido como Lei Federal<sup>21</sup>, o que poderia ensejar dúvidas quanto à obrigatoriedade de tais condutas ao profissional da advocacia.

No entanto, como já ressaltado, as condutas morais, notadamente oriundas da teoria ética pela busca da virtude humana, detém, sim, sua força normativa e servem ao controle social.

---

<sup>20</sup> (...)5. Nos termos do Código Civil e do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94), a prestação de contas é obrigação inerente ao mandato judicial, cabendo ao advogado, mandatário, prestar contas pormenorizadas quando da conclusão dos serviços, sem prejuízo de outras prestações solicitadas pelo mandante a qualquer momento.(...)(REsp 1877742/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2021, DJe 25/03/2021)

<sup>21</sup> (...)6. Ressalta-se que as regras relativas ao Código de Ética e Disciplina da OAB são mencionadas para fins ilustrativos da limitação da liberdade contratual na fixação de honorários advocatícios, pois não se enquadram no conceito de lei federal (art.105, III, da CF).(REsp 1903416/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2021, DJe 13/04/2021)

## **4 O PROFISSIONAL DA ADVOCACIA PARA ALÉM DO DIREITO**

Ao falar da advocacia, inevitavelmente, deve-se tratar acerca do campo de atuação profissional do advogado.

Muito se pensa sobre tal carreira como voltada exclusivamente ao campo do litígio judicial, notadamente com aplicação única, ou preponderantemente, do Direito.

Sucede que não é bem assim, ou, pelo menos, não deveria ser. Ora, o advogado é muito mais que mero profissional do Direito, é, pois, profissional social, atuando para além das regras positivadas<sup>22</sup>.

A atuação do advogado é próxima ao conflito social de modo que seu labor deve buscar uma pacificação da contenda e não incentivar o triste cenário de judicialização da vida<sup>23</sup> com as demandas de massa<sup>24</sup>.

Bem antes da concretização de tal fato social<sup>25</sup> inquestionável, mecanismos de solução de conflitos já eram apresentados numa expressão do sistema multiportas<sup>26</sup> de apaziguamento das lides.

Logo, a tendência da advocacia é, cada vez mais, abandonar tal cenário de disputas massificadas às portas do Judiciário e ganhar

---

<sup>22</sup> (...)Nesse cenário, a relevância da participação da advocacia é reconhecida não só por constituir função indispensável à administração da justiça, mas também por ser elemento essencial para dar concretude à garantia fundamental de acesso à justiça.(...) (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

<sup>23</sup> BARROSO, Luís Roberto. *A Judicialização da Vida e o Papel do Supremo Tribunal Federal*. Belo Horizonte: Forum, 2018, p. 64.

<sup>24</sup> CAPPELLETTI, Mauro. *Formações sociais e interesses coletivos diante da Justiça Civil*. Revista de Processo. São Paulo. Ed. RT, ano 2, v. 5, p. 122-159, jan./mar. 1977.

<sup>25</sup> DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>26</sup> SANDER, Frank E. A. *The Multi-Door Courthouse: Settling Disputes in the Year 2000*. Hein Online: 3 Barrister 18, 1976, p. 18.

autonomia, independência para a solução dos conflitos sociais através de meios alternativos<sup>27</sup>.

E isso não é retrocesso, pelo contrário, a tutela dos direitos, em escala multitudinária, deve passar por uma reformulação, muito porque se vive, hoje, numa sociedade do frenesi consumerista.

Tal cenário contemporâneo traz consigo o surgimento dos conflitos de massa<sup>28</sup>, que, no Estado do Amazonas, por exemplo, já vem refletindo no número de ações judiciais, com a concentração das demandas no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Confira-se panorama mais recente de tal represamento através do gráfico demonstrativo do número de processos judiciais pendentes de análise e julgamento até o mês de maio de 2021, notadamente dos 10 juízos mais sobrecarregados.

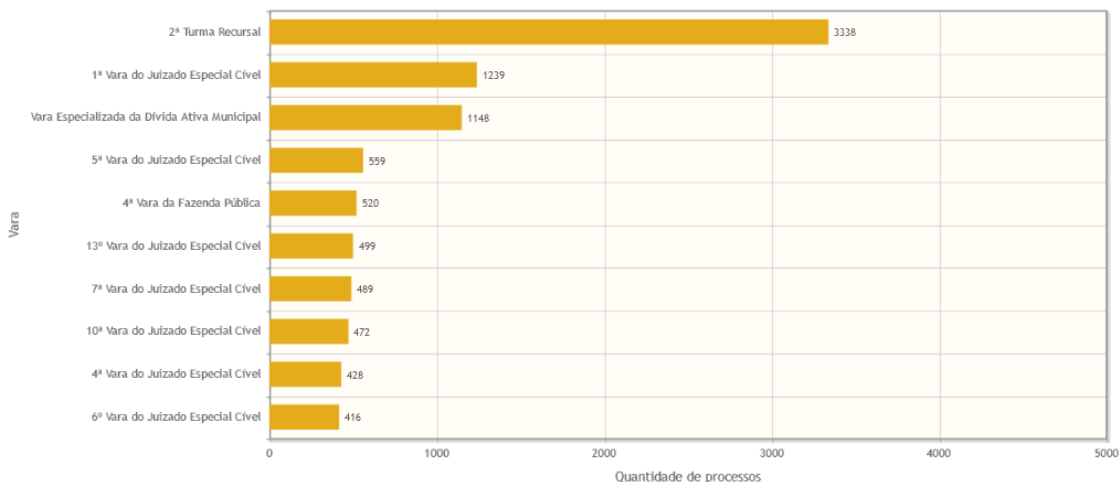
---

<sup>27</sup> SANDER, Frank E. A. *Varieties of dispute processing*. In: Levin, L. A.; Russel, W. R. (Edit.). *The pound conference: perspectives on justice in the future*. Saint Paul: West Publishing Co., 1979.

<sup>28</sup> “(...)A sociedade moderna abre oportunidade a situações em que determinadas atividades podem trazer prejuízo aos interesses de grande número de pessoas, fazendo surgir problemas ignorados nas demandas individuais. O risco de tais lesões, que afetam simultaneamente inúmeros indivíduos ou categorias de pessoas, constitui fenômeno cada vez mais amplo e freqüente na sociedade contemporânea. Ora, se a sociedade atual é caracterizada por ser de produção e consumo de massa, é natural que passem a surgir conflitos de massa e que os processualistas estejam cada vez mais preocupados em configurar um adequado “processo civil coletivo” para tutelar os conflitos emergentes (...)” (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de direito processual civil: Procedimentos Especiais*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, V. 5. p. 302)

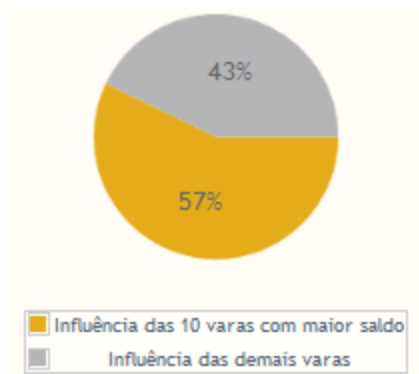


Produção - Varas com maior quantidade de PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇAS Maio/2021



Fonte: Metas TJAM (<http://metas.tjam.jus.br/index.xhtml>)

De se notar, ainda, que as demandas em Juizados Especiais no Amazonas apontam para o fato social de judicialização da vida<sup>29</sup>, representando, no âmbito Amazônico, mais da metade do acervo processual:



Fonte: Metas TJAM (<http://metas.tjam.jus.br/index.xhtml>)

<sup>29</sup> BARROSO, Luís Roberto. Op. Cit. p. 64.



Assim, a atuação do advogado no âmbito social é impactante, muito porque, para além dos números de ações processuais, tem-se por trás todo um reflexo na economia local, nas relações negociais, e, inclusive, na questão financeira do Estado. Explica-se.

Este emaranhado de ações acaba por influenciar não apenas nas prateleiras dos órgãos judicantes, mas na sociedade amazonense como um todo que, pelo represamento de demandas, tem seus direitos também represados.

Ora, o impacto financeiro dos processos reflete sobremaneira na arrecadação estatal, pois a capacidade econômica de pessoas físicas e jurídicas é gravemente afetada neste cenário de disputas desenfreadas.

Desta forma, a atividade financeira do Estado também é impactada e, por consequência, os direitos da população. Afinal, são necessários os recursos econômicos para perfectibilizar o bem comum<sup>30</sup>, finalidade do Estado, sendo esta um de seus elementos característicos<sup>31</sup>.

Na interpretação do Superior Tribunal de Justiça, a advocacia não é atividade mercantil e não vislumbra exclusivamente o lucro, devendo-se a relação entre advogado e cliente ser pautada no primado da confiança<sup>32</sup>.

Assim, como já salientado, apesar do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil ter natureza jurídica de Lei Federal (nº 8.906, de

---

<sup>30</sup> RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. *Curso de direito financeiro*. São Paulo. Saraiva, 2012, p.24-25.

<sup>31</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 107.

<sup>32</sup> “(...)6. Considerando que a advocacia não é atividade mercantil e não vislumbra exclusivamente o lucro, bem como que a relação entre advogado e cliente é pautada na confiança de cunho recíproco, não é razoável - caso ocorra a ruptura do negócio jurídico por meio renúncia ou revogação unilateral mandato - que as partes fiquem vinculadas ao que fora pactuado sob a ameaça de cominação de penalidade. (...) (REsp 1882117/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2020, DJe 12/11/2020)

04 de julho de 1994), o Código de Ética e Disciplina não teve o mesmo tratamento<sup>33</sup>.

Perceba-se, entretanto, que o próprio EOAB trata expressamente acerca da ética do advogado, no Título I, Capítulo VIII (arts. 31 a 33).

Mais especificamente, no art. 33 do EOAB dita que o advogado deverá obedecer ao Código de Ética e Disciplina<sup>34</sup>.

Vale rememorar que tal Código, em verdade, não é tido como Lei Federal, fato que, apesar de notável, não deve interferir no valor normativo das regras de condutas morais de tal categoria profissional.

O ordenamento jurídico vai muito adiante da lei. Esta é importante, por óbvio, mas não é tudo.

Rememorando os ensinamentos de Eros Grau, norma é gênero do qual são espécies as regras e os princípios<sup>35</sup>.

Ora, se a norma a ser observada deriva não apenas de lei (regra), mas também de princípios (plano axiológico) e se a ética traz em sua essência valores a nortear a moral, por que então não conferir, às condutas morais, valor normativo a torná-la obrigatórias no seio daquela sociedade?

Repise-se, a ética é verdadeiro paradigma comportamental das condutas de uma sociedade. Logo, suas condutas moralmente aceitas, apesar de variáveis conforme tempo e espaço, bebem dos

---

<sup>33</sup> (...)6. Ressalta-se que as regras relativas ao Código de Ética e Disciplina da OAB são mencionadas para fins ilustrativos da limitação da liberdade contratual na fixação de honorários advocatícios, pois não se enquadram no conceito de lei federal (art.105, III, da CF).(REsp 1903416/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2021, DJe 13/04/2021)

<sup>34</sup> EOAB, Art. 33. O advogado obriga-se a cumprir rigorosamente os deveres consignados no Código de Ética e Disciplina. Parágrafo único. O Código de Ética e Disciplina regula os deveres do advogado para com a comunidade, o cliente, o outro profissional e, ainda, a publicidade, a recusa do patrocínio, o dever de assistência jurídica, o dever geral de urbanidade e os respectivos procedimentos disciplinares.

<sup>35</sup> GRAU, Roberto Eros. *Op .cit.*, p. 20.

primados da ética, dos preceitos humanos mais singelos e elementares para a “boa vida”<sup>36</sup>.

Tal raciocínio, de não olvidar a carga valorativa da ética em reflexão nas condutas morais do advogado, ganha mais destaque quando tratamos de tal categoria profissional.

É que, consoante já salientado, o advogado lida com interesses humanos, razão pela qual está de frente a valores de primeira grandeza, sujeitos que jamais devem ser utilizados como meio para satisfazer demandas temerárias ou em busca do lucro a qualquer custo<sup>37</sup>.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que o advogado não é fim em si mesmo e não deve agir com base na sua “ética da convicção”<sup>38</sup>, pois carrega consigo mister constitucional de função essencial à justiça, tendo nítido impacto na realidade social, como demonstrado através do grande número de ações judiciais em trâmite do Poder Judiciário.

---

<sup>36</sup> “É a ciência do comportamento moral do homem em sociedade. Mais singelamente, aproxima-se de moral, porque ambas têm idêntica raiz: os costumes consolidados após longa reiteração, porque naturais, ínsitos à natureza humana.”(NALINI, José Renato, “*Por que filosofia?*”, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012)

<sup>37</sup> Pois bem, o ser humano, como natureza racional, existe como valor absoluto e fim em si e, por isso, constitui-se como a base da lei prática. O ser humano não deve, por conseguinte, absolutamente ser usado como meio, mas tão-somente como fim em si mesmo, devendo ser chamado de pessoa e não de coisa, porque, enquanto esta possui valor relativo, aquela é fim em si mesmo, possui valor absoluto e, portanto, dignidade. (NODARI, Paulo César. *A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant*. Caxias do Sul: Educs, 2009, p. 207)

<sup>38</sup> “Qualquer ação eticamente orientada pode ajustar-se a duas máximas, fundamentalmente diferentes entre si e irremediavelmente opostas: pode orientar-se de acordo com a “ética da convicção” ou de acordo com a “ética da responsabilidade”” (WEBER, Max. *Religião e racionalidade econômica*. In COHN, Gabriel (org.). Weber. Col. Grandes Cientistas Sociais n. 13. São Paulo: Ática, 1979, p. 85).

Além disso, sua atuação não deve ser limitada ao “processo judicial”, detendo autonomia e independência capazes de apaziguar os conflitos sociais para além das portas do Estado, pois seu “múnus” também é de importância pública.

Apesar do Código de Ética da categoria não deter natureza de lei (regra), significa sim norma a ser observada, muito porque o conceito desta engloba também os valores e, sendo a ética tal primado, deve sim ser observada como paradigma a ser seguido.

A expressão de tal valor ético, sob viés normativo, ou seja, de obediência salutar, deve ser reiteradamente incentivada através das condutas morais no meio social, razão pela qual o fortalecimento do respeito e credibilidade social da categoria profissional em análise dependem, sobremaneira, desta.

Este raciocínio é corroborado pelo próprio Estatuto da Ordem (EOAB) que, em seu art. 31, elucida a necessidade do patrono em se portar de forma a merecer respeito, mormente por ser parte de uma classe maior<sup>39</sup>.

É dizer, o próprio advogado é quem deve, reiteradamente, através de suas condutas morais (socialmente louváveis), buscar a vigilância de seus atos, numa preocupação coletiva e não apenas individual.

Tal postura, a nível institucional da advocacia, significa numa propagação dos preceitos éticos universais de modo que o distanciamento das balizas morais daquele grupo coletivo estará fadado à destruição do meio social paulatinamente, considerando que a ética<sup>40</sup> é, em essência, valor humano indispensável à sua existência digna.

---

<sup>39</sup> EOAB, Art. 31. O advogado deve proceder de forma que o torne merecedor de respeito e que contribua para o prestígio da classe e da advocacia.

<sup>40</sup> “É um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc” (FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II, O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Ed. Graal 1984, p. 26).

Logo, o profissional da advocacia tem dupla responsabilidade; é dizer, presta-se aos interesses de seu cliente e, também, da sociedade em que vive, devendo seus atos se pautarem nos preceitos da teoria ética, inerente e elementar ao ser humano, através da reiteração de suas condutas.

Estas condutas, como dito, não devem destoar dos costumes sociais do local, ou seja, da moral vigente, devendo tal preocupação ser encarada como valor de norma, ou seja, de observância obrigatória.

Mesmo que esta espécie de norma ampla e principiológica não traga consigo sanção coercitiva para reprimir eventual desobediência, esta, por si só, já exprime verdadeira penalidade ao meio social em que vive o profissional da advocacia, pois supostas condutas imorais distanciam-se da diretriz ética do ser humano na busca do bem comum, caminho suficiente para pôr em cheque a “maior felicidade” do coletivo<sup>41</sup>.

## REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. Saraiva: 2002;

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números**. 2020. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/.pdf>. Acesso em maio/2021;

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 05.10.1988;

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05.07.1994;

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019;

---

<sup>41</sup> BENTHAM, Jeremy. *Op. Cit.*, p. 67.



\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1903416/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2021, DJe 13/04/2021;

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1877742/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2021, DJe 25/03/2021;

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça REsp 1882117/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2020, DJe 12/11/2020.

BARBOSA, Júlio César Tadeu. **O que é Justiça**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BARROSO, Luís Roberto. **A Judicialização da Vida e o Papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BENTHAM, Jeremy. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da Justiça Civil. **Revista de Processo**. São Paulo. Ed. RT, ano 2, v. 5, p. 122-159, jan./mar. 1977.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II, O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 199.

GRAU, Roberto Eros. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial: Barcarolla, 2009.

LÔBO, PAULO LUIZ NETTO. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de direito processual civil: Procedimentos Especiais. 4. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013, V. 5.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. **“Por que filosofia?”**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

NODARI, Paulo César. **A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant**. Caxias do Sul: Educus, 2009.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. **Curso de direito financeiro**. São Paulo. Saraiva, 2012.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes; CASAS MAIA, Maurílio. **A defensoria pública como expressão e instrumento do regime democrático**. In. Democracia e constitucionalismo: riscos, pressões e resiliência. Org. Rafael da Silva Menezes. 1 ed. Manaus/AM: Green Tree Books Edições Jurídicas, 2021.

SANDER, Frank E. A. **The Multi-Door Courthouse**: Settling Disputes in the Year 2000. Hein Online: 3 Barrister 18, 1976.

SANDER, Frank E. A. **Varieties of dispute processing**. In: Levin, L. A.; Russel, W. R. (Edit.). The pound conference: perspectives on justice in the future. Saint Paul: West Publishing Co., 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHELER, Max. **Esencia y formas de la simpatía**. Buenos Aires: Editorial Losada, S.A., 2004.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROSSI, João Baptista Prado. **Reflexões sobre a advocacia e a magistratura**. São Paulo: OAB-SP, 1990.

WEBER, Max. **Religião e racionalidade econômica**. In COHN, Gabriel (org.). Weber. Col. Grandes Cientistas Sociais n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

# ADVOCACIA EM BREVES NOTAS

*Júlio Antonio Lopes\**

## 1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO

Completarei, em breve, 32 anos de advocacia. Quando olho para trás e lembro do meu aprendizado na “Velha Jaqueira”, lembro dos colegas, dos professores, da Praça e da Igreja dos Remédios, das lutas políticas e estudantis, fui presidente do Centro Acadêmico de Direito (CAD) em 1988, o ano mágico do nascimento da Constituição Cidadã, percebo que o tempo passou, as coisas mudaram, cresci e aprendi, errei, tentei de novo, mas, como diz o poeta, o coração continua. E continua o mesmo, cheio de sonhos e de busca por causas justas e, de preferência coletivas, pelas quais lutar.

Ao longo desse tempo não fiz fortuna pessoal. Isto, aliás, nunca foi meu interesse. Sempre preferi ajuntar tesouros nos céus, como nos ensinou o mestre Jesus e, por isto, tenho sido recompensado com o respeito e o reconhecimento de meus contemporâneos. É o que

---

\* Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Velha Jaqueira. Advogado, membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), membro efetivo da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA), membro efetivo da Academia Brasileira de Direito (ABD), membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas (ABCMP), membro efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado (AIJDC), sócio honorário do Instituto Sílvio Meira – Academia de Direito (ISM), sócio honorário da Academia Paraibana de Letras Jurídicas (APLJ), sócio correspondente da Academia Cearense de Direito (ACED) e sócio correspondente da Academia Paraense de Letras Jurídicas (APLJ).





basta e o que me realiza. Vivo com dignidade e enfrentando os dissabores da profissão: noites sem dormir; preocupação com prazos; dedicação e angústia para ganhar mais do que perder, pois quem perde muito acaba por ficar sem o cliente; demora para receber honorários de sucumbência; às vezes horas de espera nas antessalas dos tribunais, tristezas, mas muitas alegrias também, pois tudo o que consegui foi graças à advocacia.

Quando jovens, todos nós pensamos, com apreensão, como será o futuro. Apesar de tudo, dos altos e baixos, das retas e curvas, dos encontros e dos desencontros, das pedras e das flores no meio do caminho de nossas vidas, posso dizer que o saldo tem sido positivo.

Na pressão do dia a dia sempre encontrei tempo para escrever, inclusive em jornais, desde quando era estudante de Direito. Aliás, sou articulista do jornal A Crítica, de Manaus, há exatos 32 anos... Já publiquei livros, ingressei em entidades culturais e até idealizei e fundei, em parceria com outros notáveis juristas de nosso estado, a Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas (ACLJA). Nessa vida trepidante, encontrei intervalos para fazer breves anotações sobre alguns aspectos da nossa profissão, as quais compartilho na esperança de que sejam úteis, especialmente aos jovens advogados.

## 2 ORIGENS

A palavra advogado deriva do latim “*ad vocatus*”, cujo significando é “aquele que foi chamado” para representar outrem perante os tribunais. Há quem diga, nesta mesma linha, que a derivação correta seria “*ad vocarem*”, ou seja, “falar pelos outros”. De qualquer sorte o advogado, como o entendemos nos dias de hoje, é o bacharel em direito que, aprovado no Exame de Ordem, está apto a exercer – e de fato exerce – o *ius postulandi*; isto é, para atuar em

nome dos interesses de pessoas físicas e jurídica que lhe contratem o patrocínio.

Ele é sujeito essencial à administração da Justiça, na forma consagrada pela Constituição brasileira de 1988 (art.133), bem como por corporificar a garantia de defesa e de contraditório, é também inviolável por seus atos e manifestações no desempenho de sua profissão, nos limites da lei.

Os primeiros advogados de que se tem notícia teriam surgido há três mil anos a.C, entre os sumérios, com previsão no famoso Código de Manu. Na Grécia antiga os grandes oradores eram os advogados. Mas foi em Roma, com o Imperador Justiniano, que se instalou, por assim dizer, a primeira Ordem dos Advogados, já com as seguintes exigências: registro no foro; aprovação em exame de jurisprudência; boa reputação; obrigação de defender a quem o pretor designasse; advogar sem falsidade; e não abandonar a causa.

No Brasil a advocacia foi introduzida pelas Ordenações Filipinas, vindas de Portugal, mas o curso era feito por oito anos em Coimbra.

Em 1843 foi criado o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) por ato de D. Pedro II, a entidade do gênero mais antiga das Américas e uma das mais influentes de nossa história, que existe até os dias de hoje, com sede no Rio de Janeiro, a qual trazia na sua origem o ideário de instalar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que se concretizou, todavia, somente 90 anos depois. Atualmente a profissão, entre nós, é regulada pela Lei 8.906/94 (EOAB). O patrono dos advogados brasileiros é Rui Barbosa. Santo Ivo é o protetor dos advogados.

### 3 EXAME DE ORDEM

O sistema de seleção para avaliar se o estudante de direito possui conhecimentos teóricos e práticos para exercer, de fato, a profissão de advogado, vem da Roma antiga, quando o candidato se tinha de cumprir alguns requisitos e passar por testes, com dito linhas atrás.

No Brasil o Exame de Ordem foi introduzido por meio da Lei 4.215/63, mas só foi regulamentado pela Lei 8.906/94 (EOAB), tornando-se unificado em nível nacional no ano de 2006. Desde então vem suscitando controvérsias. Uns dizem que ele não se presta aos objetivos desejados; outros sustentam, agora com apoio em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>1</sup>, que julgou, de forma unânime, por sua constitucionalidade, que o Exame é necessário, posto que a atividade implica em riscos para os cidadãos, os quais devem ser assistidos por profissionais qualificados.

Embora eu considere que ninguém sai pronto da faculdade e que, portanto, as exigências do Exame de Ordem poderiam ser compatibilizadas com a experiência de um iniciante e que o mercado, na realidade, fará a seleção, cuida-se de fato consumado. O processo está aí e deve ser enfrentado com muito estudo e persistência por quem deseja obter a tão sonhada carteirinha de advogado. Em razão da complexidade, nos dias de hoje, de que se revestem as provas, o bacharel não pode desistir diante de um ou outro revés. Não conseguir ser aprovado desde logo não é demérito. É só mais um desafio a ser batido. Os que têm êxito de cara apenas antecipam o processo de formação e aperfeiçoamento, mas nada garante que o futuro lhes sorrirá, pois o bom advogado se forma no dia a dia. Ele deve construir o seu conhecimento com leitura e estudo contínuos e com conduta ética irretocável, a fim de ganhar, a um só tempo, tanto uma boa

---

<sup>1</sup> STF, RE 603.583 (RS), relator ministro Marco Aurélio de Mello.

reputação no ambiente em que transita quanto as causas que irá patrocinar.

Como o vinho, o advogado melhora com o tempo.

#### **4 LEITURA E ESTUDO**

Talvez não exista outra atividade onde a leitura e o estudo sejam tão fundamentais quanto no mundo do Direito e, especialmente, no desempenho da atividade advocatícia.

Isto se dá porque o advogado não defende, de regra, interesse próprio, mas interesse alheio, onde a responsabilidade, convenhamos, é bem maior. Mas isso ocorre principalmente porque toda petição formulada pelo causídico é, antes de tudo, um instrumento de persuasão, posto que é através dela que se pretende convencer o julgador sobre as razões do cliente, o que torna a tarefa mais difícil, haja vista que, na presidência dos feitos, em geral, há alguém preparado para sopesar criteriosamente os argumentos das partes e entregar a jurisdição, com consequências, portanto, na vida real.

Assim, para se desincumbir dessa tarefa, com chances de bom êxito, o advogado deve ter substancial estofo de leitura, as mais diversas, e não apenas as compulsórias. Precisa, também, dedicar muitas horas ao estudo, independentemente de estar atuando em determinado caso, pois é fundamental que esteja sempre atualizado nas leis, que mudam muito no Brasil; seja versado em boa doutrina; e esteja atento à jurisprudência atual.

Quem lê mais, pensa melhor, escreve melhor, fala melhor, expõe suas ideias com clareza e lógica, faz-se entender melhor, enfim. Uma petição mal redigida é o caminho certo para a derrota. Rui Barbosa, na “Oração aos moços”, já dizia que muitas de suas vitórias profissionais deviam-se à leitura e ao estudo sistemático, de



preferência nas madrugadas, quando a maioria das pessoas estava dormindo.

\* Algumas sugestões de leitura: a Bíblia, em especial os Evangelhos e, nestes, o Sermão da Montanha; O salão dos passos perdidos (Evandro Lins e Silva); Liberdade para as ideias que odiamos (Anthony Lewis); Oração aos moços, O dever do advogado e A imprensa e o dever da verdade (Rui Barbosa); Eles, os juízes, vistos por um advogado (Piero Calamandrei); O caso dos denunciante invejados (Dimitri Dimoulis); Teoria pura do Direito (Hans Kelsen); A morte do Direito (Francesco Carnelutti); Discursos de acusação – Ao lado das vítimas (Enrico Ferri); A luta pelo Direito (Rodolf von Ihering); Dos delitos e das penas (Cesare Beccaria); Com nasce o Direito (Francesco Carnelutti); As misérias do processo penal (Francesco Carnelutti); O que é ser advogado (Técio Lins e Silva); A oração da Coroa (Demóstenes); O contrato social (Jean-Jacques Rousseau); Quem é o povo (Friederich Müller); Discursos penais de defesa (Enrico Ferri); O espírito das leis (Montesquieu); Orações (Cícero); e O caso dos exploradores de cavernas (Lon Fuller).

## 5 DEFESA

É de conhecimento geral que nenhum acusado pode ser processado e julgado sem defensor. Daí porque se diz que o advogado é essencial à administração da Justiça, posto que esta somente se efetiva com a presença de três sujeitos: o juiz, que em suma é o estado, a quem cabe dizer o direito; e autor e réu, devidamente representados por seus advogados.

A Constituição Federal, pela conjugação dos artigos 5º, LV e 133, é bem clara neste sentido. Não obstante tudo isso, não é incomum que processos, sobretudo administrativos, sejam anulados por cerceamento de defesa ou, até mesmo, em casos mais graves, por ausência de defensor.

A defesa, aprendemos desde os primeiros anos de Faculdade, é sagrada. E ela deve ser a mais ampla possível, para espancar quaisquer dúvidas quanto à inocência de quem está sendo acusado. O caso Dreyfus, um dos maiores erros judiciais da história, relatado em *J'acuse!*, de Émile Zola, foi um divisor de águas neste assunto.

O advogado, por outro lado, não pode ter receio de aceitar o patrocínio de causas impopulares. Pode, é claro, por questão de consciência, não aceitá-la, mas, uma vez aceita, deve usar todo o seu conhecimento e entusiasmo para fazer a melhor defesa possível, ainda que ao indivíduo seja imputado algo execrável.

No livro “O Salão dos Passos Perdidos”, o grande Evandro Lins e Silva conta uma história que teve com protagonista famoso criminalista francês, o qual, saindo de um julgamento onde defendera aquele que a imprensa e a população alcunhavam de “monstro”, sob apupos e arremessos de tomates, perguntado por que estava atuando naquela causa, respondeu: “Porque eu sou advogado. E ninguém pode ser julgado sem advogado, sem defesa. Neste momento eu não sou Lachaud; eu sou a defesa!”.

\*Atenção, todavia, com a Súmula Vinculante 05, segundo a qual “A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”. Importante, também, é a Súmula Vinculante 14, que consigna “ser direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa”.

## **6 HONORÁRIOS**

Conta-se, a propósito, que Rui Barbosa certa vez foi consultado por um açougueiro sobre a possibilidade de responsabilizar

o dono de um cachorro que lhe teria surrupiado grande pedaço de carne. Rui respondeu que sim, e o sujeito, então, fez-lhe a devida cobrança, pois o animal era do jurista. Rui pagou. O açougueiro despediu-se feliz por ter, de forma sagaz, levado vantagem diante de um homem tão inteligente, quando o ainda jovem causídico lhe disse: “Epa! Não vá embora assim. O Sr. ainda não pagou a consulta”. A consulta era maior que o preço da carne. Nada mais justo.

A remuneração do serviço do advogado se chama honorários, do latim *honorarius*, cujo radical *honor* quer dizer honra, significando, assim, uma contraprestação honrosa por relevantes serviços prestados. Os honorários podem ser contratuais (acertados com o cliente antes da propositura da demanda), judiciais (fixados por arbitramento na ausência daqueles) e de sucumbência (pagos pela parte que perder a causa). Eles estão previstos nos artigos 22 a 26 do EOAB e no art. 85 do NCPC. Os honorários advocatícios têm natureza alimentar (Súmula Vinculante 47) e, por isto, possuem preferência, inclusive em precatórios (Súmula 144 do STJ), mas podem ser penhorados (§2º, art. 833 do NCPC), segundo entendimento do STJ, sendo eles contratuais ou sucumbenciais, quando a o valor devido ao advogado, a título de honorários, ultrapassar 50 salários mínimos.

A lentidão do Judiciário, porém, é uma das causas que mais conspira contra nós, advogados. É quase impossível sobreviver apenas com honorários de sucumbência. Por isto, muitos profissionais do ramo cobram consultas, prestam assessoria a empresas, celebram contratos com a *cláusula ad laborem*, ou seja, que já prevê um pagamento antecipado pelo estudo da questão e procedimentos iniciais), além de procurar, em outras situações, um cargo público que lhes permita, ao mesmo tempo, advogar. É possível, ainda, assinar um contrato de risco, que dependa do êxito da demanda ou, em outra hipótese, em situações excepcionais, atuar *pro bono*, ou seja, para o bem do povo, isto é, sem remuneração para quem não pode pagar.

A OAB possui uma tabela composta por valores mínimos referenciais, a fim de regular a cobrança de honorários e evitar o aviltamento da profissão.

## **7 O ADVOGADO E O JUIZ**

Francesco Carnelutti ensinava que o advogado é o primeiro juiz da causa. De fato, é a este profissional a quem a parte, que busca seus direitos, explicita os fatos motivadores de sua pretensão. Cabe ao advogado, como dizia o meu querido e saudoso amigo Harley Veras de Meneses, fazer de sua petição inicial, ou de sua contestação, um projeto de sentença.

Não é por outro motivo que a Constituição consigna que o advogado é essencial à administração da justiça. E é mesmo, pois é ele quem coloca a máquina do Judiciário para funcionar quando interpõe a ação, pois, embora estejamos em tempos de ativismo judicial, a regra é que a justiça atue mediante provocação. O advogado cria as teses e antíteses, para que o bom juiz produza a síntese e entregue a cada um aquilo que é seu.

Não é porque está na posição de decidir, isto é, em posição de poder, que o juiz, embora isso seja raro, possa considerar-se superior ao advogado e, mesmo, aos membros do Ministério Público. Este, aliás, é o comando do art. 6º da Lei 8906/94 (EOAB), segundo o qual “não há hierarquia e subordinação” entre tais sujeitos, devendo todos tratar-se com respeito e urbanidade. É importante notar, porém, que “o crime de desacato não está englobado pela imunidade do advogado”, segundo decidiu o STF na ADI 1127/DF, j. 17/05/2006 e Rcl 20.063 AgR/SP, j. 23/06/2015. A mesma Corte também já decidiu (RE585901 AgR/MG, j. 21/09/2020, que “a inviolabilidade do advogado por seus atos e manifestações no exercício da profissão, estabelecida pelo art. 133 da Constituição da República, é relativa, não alcançando todo e



qualquer crime contra a honra. O Crime de calúnia não é alcançado pela imunidade”.

Há juízes, que não sendo vocacionados, aporrinham-se com os advogados, fazem ouvidos moucos às razões da defesa, dão de ombros a embargos de declaração, não têm a grandeza de voltar atrás em suas decisões, ainda que estejam erradas... Vale lembrar, a propósito, mais uma lição de mestre Carnelutti: “a verdadeira virtude do advogado e do juiz, a única que os faz dignos de seu ofício, é amar aquele a quem devem conhecer e julgar. Se o juiz julgar com amor, não apenas o seu juízo se aproximará humanamente da verdade, mas irradiará dele um exemplo que, em uma sociedade cada vez menos dominada pelo egoísmo, tornará cada vez menos necessário o seu triste ofício”.

E ao advogado, enfim, além do amor pela causa, cabe utilizar todos os instrumentos a seu alcance para bem patrocinar o seu constituinte, sem medos, com respeito, mas também com altivez.

## **8 DEVERES DO ADVOGADO**

Nelson Mandela era advogado e, em 1964, no julgamento a que foi submetido, fez a sua própria defesa, a qual, em verdade, era a defesa de toda uma nação. Julgado pelo governo segregacionista da África do Sul acabou condenado, passando 27 anos na prisão, dela saindo para liderar o país na mais pacífica e espetacular revolução de todos os tempos: aquela que acabou com o apartheid.

Para começar, portanto, a ser um bom advogado, é preciso inspirar-se em bons exemplos, no destemor e na rigidez de caráter de homens como Mandela; como José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência; como Rui Barbosa, que lutou pelo abolicionismo, pela República, pelo federalismo, pelos direitos individuais e por todas as grandes causas do Brasil na época em que

viveu; e dentre outros nomes ilustres, o de nosso conterrâneo Bernardo Cabral que, cassado injustamente pelo AI 5, ressurgiu como presidente do Conselho Federal da OAB, para inscrever o seu nome na história na qualidade de Relator Geral, a Constituição brasileira de 1988.

Os primeiros e mais importantes deveres do advogado, portanto, consistem em combater as injustiças, o autoritarismo, a violação das leis, e defender a liberdade e a democracia, em toda e quaisquer circunstâncias, sem temer os poderosos de plantão, mas sem descurar, é claro, de obedecer às regras do Código de Ética da profissão, acessível hoje em dia em qualquer plataforma digital. Leia-o, sobretudo você, jovem advogado. Leia de novo, você que já avançou em anos no desempenho de tão nobre missão. Proceder com lealdade, urbanidade, independência, destemor, honestidade e respeito em relação a todos os atores sociais ou sujeitos do processo, assim como conduzir-se com dignidade em sua vida privada e laboral é o seu melhor cartão de visitas.

## 9 PRERROGATIVAS

Na Roma Imperial a palavra *praerogativa* indicava a primeira centúria a votar nas assembleias. Durante algum tempo ela foi confundida com privilégio e, hoje, a utilizamos com o sentido de garantia de determinados direitos inerentes ao exercício de uma profissão, em nosso caso, a advocacia.

Em verdade essas prerrogativas conferidas aos advogados são estipuladas finalisticamente para a proteção dos direitos e interesses das pessoas físicas e jurídicas que estão sob seu patrocínio, a fim de garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa, a paridade de armas entre as partes, o devido processo legal, enfim.

Em nosso país, o Capítulo II da Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia), em seus artigos 6º, 7º e 7º-A, os relaciona. Sugiro a leitura,

mas destaco, desde já, alguns aspectos. O primeiro, é que a violação de direitos ou prerrogativas de advogado, previstos nos incisos II, III, IV e V do caput do art. 7º, constitui crime, cuja pena varia de detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. Um outro, diz respeito à mulher advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz: a) a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X; a reserva de vagas em garagens dos fóruns dos tribunais; o acesso à creche, onde houver, ou a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê; preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição; a suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente. Essas e outras foram capitulados na Lei 13.865/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

Estando caracterizada a violação de prerrogativa, o advogado ofendido tem direito: I- ao desagravo público por meio de sua entidade de classe; II- a representação funcional contra a autoridade responsável pela violação; III- inclusão da autoridade no Registro Nacional de Violação de prerrogativas (Provimento 179/2018 CFOAB); IV- se a conduta configurar, também, crime de abuso de autoridade, caberá a representação criminal contra o infrator. Sem falar, é claro, na possibilidade de indenização por danos morais e, eventualmente, materiais. Essas providências devem ser tomadas pela seccional do ofendido, na forma do Provimento nº48 do CFOAB.

Conselho que posso dar aos novos advogados? Para bem defender o direito alheio é preciso, antes, defender os próprios direitos.

## 10 O CLIENTE

No início de minha carreira assisti a uma cena muito peculiar. Um jovem advogado tentava impressionar o seu constituinte diante de uma questão espinhosa, dizendo-lhe que a vitória, de antemão estava

assegurada. Se assim não fosse, concluíra ele, “comeria o próprio diploma”.

Considerarei aquilo uma imprudência. O colega aparentemente não sabia que a obrigação do advogado para com o cliente é de meio e, não, de resultado. Vale dizer, jamais se pode garantir a alguém que o desfecho da causa lhe será favorável. O que se pode garantir é diligência e uso de conhecimentos técnicos para buscar a vitória sempre desejável.

O bom advogado não conta e nem canta vantagens, não cria falsas expectativas para o cliente, não faz suas vontades, em especial quando desprovidas de bom senso ou de estribo na ética e no direito. Antes disso, aconselha aqueles que o procuram contra os riscos de uma lide temerária, apresenta os cenários possíveis e alerta para o fato de que um terceiro sujeito, completamente alheio às partes, o juiz, é quem decidirá o destino da causa. Sugere, inclusive, quando for o caso, a conciliação como a melhor saída para determinado problema.

Mestre Evandro Lins e Silva, que defendeu o jornalista Samuel Wainer da acusação de ter nascido na Bessarábia, o que lhe impediria de ser proprietário do jornal Última Hora, costumava dizer que “o advogado não é capanga do cliente”. Wainer jurou ao advogado que era brasileiro. E Lins e Silva trabalhou com essa ideia, mas cercando a questão por todos os meios. Ao fim, foi vitorioso no STF com a tese da prescrição.

Anos depois, morto Wainer, veio à tona a verdade: ele nascera, de fato, na Bessarábia. Evandro afirmou, então, que, se soubesse disso, não iria de forma alguma embarcar na mentira do cliente, concentrando os seus esforços unicamente na prescrição. A relação entre advogado e cliente deve ser, assim, de mútua e irrestrita confiança. O advogado, porém, não pode fazer as vontades do cliente ou deixar-se enredar numa relação de cumplicidade.

\*Importante: conhecer o Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB, que promoveu verdadeira revolução nas regras

atinentes à publicidade e ao marketing jurídico.  
<https://www.oabpr.org.br/conselho-pleno-da-oab-aprova-novo-provimento-sobre-a-publicidade-na-advocacia/>

## 11 O ESCRITÓRIO

Não faz muito tempo, uma enxurrada de mandados de busca e apreensão, deferida por juízes federais, ordenavam a invasão de escritórios de advocacia, cujos titulares defendiam alguns dos protagonistas de grandes escândalos nacionais. A justificativa para aquelas decisões seria a suposta colaboração dos advogados para ocultar provas de crimes possivelmente praticados por seus constituintes ou, então, a também suposta participação deles em determinadas organizações criminosas.

As medidas assim tomadas revestiam-se de brutal violência e ataque às prerrogativas de nossa classe. Afinal de contas, não apenas o advogado, por força do comando constitucional do art. 133 é inviolável, mas igualmente o seu lugar de trabalho, segundo previsão da Lei 8906/94 (EOAB).

A Lei 11.767/08 alterou o art. 7º, inciso II, do EOAB e nele acrescentou os parágrafos sexto e sétimo, no sentido de reforçar esse direito do advogado, dispondo que “o escritório ou local de trabalho, bem como seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica e telemática, desde que relativa ao exercício” de sua profissão são invioláveis. Sua quebra somente é possível em casos excepcionais, mediante o conjunto dos seguintes requisitos: i- indícios de autoria e materialidade de crime praticado pelo próprio advogado; ii- ordem emanada de autoridade judiciária competente; iii- decisão motivada; iv- mandado específico e pormenorizado; v- mandado cumprido na presença de representante da OAB.

Este espaço não permite mais detalhes, mas defender o nosso local de trabalho, além de significar defender a nossa dignidade profissional, importa em defender, acima de tudo, o sagrado direito de nossos clientes em processo onde haja paridade de armas e se busque a verdadeira justiça, sem abuso de poder.

## 12 COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS

Nós, advogados, temos o costume de dizer que todo juiz deveria, antes de assumir o cargo, passar necessariamente pela advocacia. Mas a verdade é que, além do papel de representação das partes, quando não siga a carreira da magistratura desde o início, o advogado nela poderá ingressar na composição do colegiado dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, dos Territórios Federais e do Distrito Federal (art. 94, CF), bem como do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho (art. 111-0A e 115, I, CF), na proporção de 1/5 (um quinto) de seus membros. No STJ (art. 104, p. único, II, CF) eles devem ocupar 1/3 (um terço) das cadeiras; duas das sete vagas no TSE e nos TRE (art. 119, II, e 120, p. único, III, CF); 1/5 (um quinto) no STM (art. 123, p. único, II, CF); e no STF, embora não haja esta reserva de vagas, podem e são, tradicionalmente, nomeados. O mesmo se aplica aos egressos do Ministério Público.

Isto é por demais salutar. É que, com muitas horas de estudo e discussão de teses, de “balcão das varas”, de espera pelas audiências, de “torcida” para a expedição de alvarás de honorários depois de longa tramitação processual ou, ainda, de defesa contra a “acusação”, de regra injusta, de querer procrastinar o feito, o julgador, que já exerceu a advocacia, estará completo, em conhecimento e sensibilidade, para decidir as questões que lhe serão submetidas com a maior chance de acerto possível, contribuindo para a melhor entrega jurisdicional.

Para chegar lá, todavia, exige-se do advogado, ainda, mais de dez anos de efetiva militância, reputação ilibada e notório saber jurídico, além de, no caso do quinto, o enfrentamento de três processos seletivos: perante a classe, perante o tribunal que o acolherá e perante o chefe do Executivo, que o nomeará.

### **13 OAB: PAPEL MAIOR**

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) foi a primeira organização da classe em nosso país, cujos estatutos, aprovados pelo Aviso de 07/08/1848, do Governo Imperial, previa a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que somente se consumou com o Decreto 19.408 de 18/11/1930.

Ao longo de todo esse tempo e para o futuro as duas entidades desempenharam papel relevante para o estudo do direito, para o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais da advocacia e, sobretudo, para os embates contra as forças do arbítrio e para a restauração da ordem democrática, tantas vezes atropelada por aqui.

Coube à OAB, dentre outras atribuições, a defesa dos interesses da classe e a regulação do exercício profissional, bem como, por outras vias, a promoção do ensino jurídico (muitas seccionais possuem escolas) e o apoio social aos membros através das Caixas de Assistência.

Isto é, contudo, o dever de casa de qualquer corporação. A OAB deve também, quando necessário, posicionar-se politicamente – sem partidanismos, fique bem claro - para defender princípios e valores maiores como ética, o Estado de Direito, os fracos, os discriminados, os oprimidos, as liberdades públicas, para opor-se também à corrupção e aos desmandos, partam eles de onde partirem, enfim, sob pena de, não o fazendo, apequenar-se.

É essa trajetória de coragem e de oposição a todo e qualquer desvio de poder que fez a categoria ser respeitada, uma referência quando o assunto é salvar a Pátria. Sempre houve, por aqui, advogados lutando em momentos dramáticos de nossa história: pela Independência, no abolicionismo, pela República, pela democracia, pela Constituição de 1988...

Esta chama não se pode e nem se deve apagar.



# PARIDADE DE GÊNERO E COTA RACIAL NO SISTEMA OAB:

## A ESPERANÇA DE UMA OAB MAIS DEMOCRÁTICA E REPRESENTATIVA

*Omara Oliveira de Gusmão\**

Angela Davis, na obra *Mulheres, Raça e Classe*, com inspiração em Frederick Douglass, expressivo abolicionista negro estadunidense e apoiador ferrenho da emancipação feminina no século XIX, afirma que a luta antiescravagista era, igualmente, uma luta das mulheres. Racismo e sexismo no mesmo rastro. Ao tratar do movimento antiescravagista e da origem do direito das mulheres, pontuou que o “lugar da mulher”, no decorrer da história, sempre foi em casa, mas o capitalismo industrial fortaleceu a ideia, de forma rigorosa, da inferioridade feminina. Na era pré-industrial, as mulheres eram as trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, sendo responsáveis pela manufatura de praticamente tudo o que fosse necessário para a família. Quando a força de trabalho feminina se transferiu para a fábrica, a ideologia da feminilidade foi encarregada de forjar a ideia da mãe e da esposa ideal, modelo que relegava à mulher

---

\* Advogada. Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas – OAB-AM. Procuradora da Fazenda Nacional aposentada, tendo atuado na Unidade Virtual da Visão Integrada da Dívida Ativa / VIDA1 da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região/BSB/DF. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Membro do Conselho Científico da Academia Brasileira de Direito Tributário. Ex-Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil-CFOAB. Professora de Direito Tributário e Processual Tributário.

a condição de coadjuvante e serviçal de seus maridos e apenas instrumento de reposição da vida humana no papel de mãe. O lugar da mulher perfeita era em casa no papel de mãe e esposa.

O caminho continuou tortuoso para as mulheres no decorrer dos anos, não obstante as conquistas, como o direito de voto, permeados por pautas segregadoras entre as próprias mulheres, com o apoio de homens, como se viu no movimento sufragista ocorrido nos Estados Unidos no início do século XX, em que, além da luta de gênero, havia aberta luta de raça. Era a luta dentro da luta. No dizer de Angela Davis, “Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira. A supremacia branca e a supremacia masculina, que sempre se cortejaram com facilidade, estreitaram os laços e consolidaram abertamente o romance”.

Como se pode ver, a luta das mulheres sempre foi intensa e, para algumas, em especial para as negras, as dificuldades eram ainda mais diversificadas, o que se reflete ainda hoje no mercado de trabalho.

É nesse contexto que a aprovação da paridade de gênero e da cota racial nos quadros do sistema OAB, já para as eleições de novembro de 2021, surge como esperança de maior representatividade feminina nos quadros da secular instituição para ser porta-voz dessas vozes, brancas e negras, muitas vezes submissas e caladas nos metros quadrados dos escritórios de advocacia, nos órgãos públicos, nos fóruns e no cotidiano da vida social.

Em 2016, quando se comemorava o Ano da Mulher Advogada e se buscava a implementação do Plano de Valorização da Mulher Advogada (Provimento 164/2015), contraditoriamente a chapa que comandava o Conselho Federal da OAB até 31 de janeiro de 2019 tinha cinco integrantes, todos homens, e a anterior também era toda masculina. A direção atual é composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e Diretor-Presidente, todos homens. A Ordem dos Advogados do Brasil só teve presidentes homens. Nas Seccionais, poucas foram as mulheres que ocuparam

originariamente o cargo de presidente. Nas chapas vencedoras das eleições de 2018 para o triênio de 2019 a 31 de janeiro de 2022 não havia nenhuma mulher como Presidente de Seccional. Por outro lado, elas foram maioria no cargo de Vice-Presidente de 19 seccionais: AC, AP, AM, BA, CE, DF, ES, MT, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, SE e TO<sup>1</sup>. Em 2021, uma mulher esteve na presidência em exercício de Seccional (OAB-AM) em razão do afastamento do titular para assumir cargo comissionado na administração pública municipal.

Por outro lado, em setembro de 2018, com inspiração nos objetivos traçados no Plano da Mulher Advogada, o CFOAB decidiu que nas eleições daquele ano as chapas deveriam atender ao mínimo de 30% e ao máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, compreendendo os cargos de titular e suplência das chapas, alterando-se o art. 131 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (Resolução nº 1/2014). Dessa feita, no mínimo de 30% de mulheres, e de homens, deveriam compor os cargos do sistema OAB, percentual não obrigatório, contudo, para cargos específicos ou de diretoria, incluindo a do Conselho Federal.

Atualmente, a Ordem dos Advogados do Brasil conta com 621.564 advogadas e 614.356 advogados, num total 1.235.920, aquelas já ultrapassando a paridade numérica (50,29%) dos membros da instituição o que vem se refletindo, continuamente, em algumas Seccionais (AM, BA, DF, ES, GO, MT, PA, RJ, RO, RS, SE e SP), sendo a Seccional do Rio de Janeiro a que apresenta a maior diferença com 76.107 advogadas em seus quadros em contraposição aos 69.857 advogados registrados<sup>2</sup>. Em contrapartida, ainda é lenta a partilha de poder entre homens e mulheres nos cargos de direção da OAB. Como se viu, nas alterações para as eleições de 2014, os percentuais mínimos de 30% para as candidaturas de cada sexo não foram de

<sup>1</sup> CFOAB. Institucional / Seccionais. Disponível em:

<<https://www.oab.org.br/seccional/ac>>. Acesso em: 31 out. 2021.

<sup>2</sup> CFOAB. Institucional /Quadro da Advocacia / Quantitativo por Gênero. Disponível em:

<<https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>>. Acesso em: 31 de out. 2021.

observância obrigatória para cargos específicos ou de diretoria, inclusive a do Conselho Federal.

Em mais uma política afirmativa em prol da igualdade de gênero, na sessão de 14 de dezembro de 2020, o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou, por maioria de votos, a paridade de gênero (50%) para as candidaturas a partir das eleições de 2021, tanto para titulares quanto para suplentes. Na mesma oportunidade foram aprovadas cotas raciais de 30%, reparação histórica da OAB nos seus 90 anos de existência sem política expressiva voltada para os advogados e advogadas negras. No triênio que ora se está encerrando, o Conselho Federal possui somente 1(um) negro em sua composição, Conselheiro Federal pela OAB/CE, autor da proposta da cota racial. Nesse cenário, além de 1 (um) homem negro, há mulheres advogadas, ainda que poucas, no Conselho Federal, mas advogadas negras não há nenhuma.

Sob o enfoque do acesso da mulher advogada aos cargos do sistema OAB, além do aumento percentual de 30% para 50%, a conquista é expressiva na medida em que a paridade vai alcançar obrigatoriamente os cargos de diretoria do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais, das Subseções e das Caixas de Assistência e “deverá incidir sobre os cargos de titulares e suplentes, se houver, salvo se o número for ímpar, quando se aplicará o percentual mais próximo a 50% na composição de cada gênero”. No Conselho Federal, deverá ser garantida uma vaga de titularidade pelo menos para cada gênero.

Por sua vez, o percentual de 30% na composição de cotas raciais para advogados negros e advogadas negras, levará em conta o total de cargos da chapa e não por órgãos, como estabelecido para as candidaturas de gênero, o que não garantirá, com efeito, a presença de negros no Conselho Federal ou em órgãos de diretoria, ou ainda na titularidade do Conselho Seccional, por exemplo. Ressalte-se, ainda, que foi delegada à Comissão Eleitoral, decidir os casos nos quais as chapas das Subseções informarem a inexistência ou insuficiência de

advogados e advogadas negras com condições de concorrer no pleito no percentual de 30%. Advogados negros e advogada negras são considerados aqueles(as) inscritos(as) na Ordem dos Advogados do Brasil que se classificam (autodeclaração) como negros(as), ou seja, pretos(as) ou pardos(as), ou definição análoga (critérios subsidiários de heteroidentificação).

Percebe-se que, a par da grandeza das conquistas, há novos desafios a serem enfrentados na instituição que se torna cada vez mais feminina. A recente desvantagem numérica de advogados ainda não se reflete na ocupação dos espaços de poder do sistema OAB, predominantemente masculino. As composições das chapas vencedoras nas eleições de novembro de 2021 vão mostrar se as políticas adotadas representarão, além do aumento da participação das mulheres no sistema OAB, também a efetiva escalada aos cargos de direção maior dos seus órgãos (Conselho Federal e Seccionais) ou se a predominância da ocupação das diretorias dos citados órgãos continuará sendo masculina, relegando-se às advogadas os cargos de vice-presidência que, majoritariamente, ocuparam na gestão de 2019-2022, continuando apenas a legitimar o poder masculino na instituição.

No caso da cota racial, o desafio consiste ainda, além da verificação do integral cumprimento da cota, em aferir-se a veracidade étnica dos ocupantes dos cargos a ela destinados, cujo grupo reúne negros e pardos, estes últimos não apresentando necessariamente cor de pele escura ou descendência africana, correndo-se o risco de, no olhar, não se perceber a mistura de cores nos órgãos da instituição, pela qual tanto se lutou, inclusive nos dias que antecederam a histórica sessão do dia 14 de dezembro de 2020 do CFOAB.

Nesse contexto, como no clássico de Angela Davis, as lutas dos negros e das mulheres, inclusive das negras, agora se cruzam no âmbito do sistema OAB, exsurgindo como esperança, não obstante os desafios ainda existentes, de que os espaços de poder da instituição também comecem a ser por eles ocupados, representando um grande passo para a democratização pela diversidade, de gênero e de raça, e

para ferir de morte a segregação vertical existente na instituição com a reparação desse erro histórico. Não há dúvida, assim, que uma nova OAB surge nas próximas eleições de 2021, mais democrática e mais representativa das advogadas e dos advogados. É o que se espera.

**B**ernardo Cabral, advogado, amazonense, relator da Constituição Federal Brasileira de 1988, sempre será lembrado pelo histórico legado deixado para advocacia. O Texto Constitucional, no artigo 133 dispõe que “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”, contemplando a importância da advocacia e a indispensabilidade do advogado.

*Jean Cleuter Simões Mendonça*

**N**ão tenho dúvidas que a presente obra, destacando a cientificidade da disciplina, proporciona, inclusive, o desenvolvimento de um novo nicho profissional. Infelizmente, é bastante comum estereótipos de sucesso criados a partir da ostentação de bens materiais, em especial, nas redes sociais, mostrando uma realidade profissional de encantamento e que pouco estimula o preparo, o estudo e a própria ética profissional.

Parabéns aos organizadores, que deixaram durante essa difícil quadra para a Advocacia um legado de muito trabalho, dedicação, com a criação de competições, de eventos e da presente obra. A história está escrita.

*Marco Aurélio de Lima Choy*

ISBN 978-85-5523-491-0



9 788555 234910 >



**Instituto Memória**  
Centro de Estudos da Contemporaneidade  
[www.institutomemoria.com.br](http://www.institutomemoria.com.br)

